

SADCC: coordenação política e econômica
dos Governos de maioria da Africa Austral
na luta contra o "apartheid"

Valéria Porto

Dissertação apresentada ao Pro
grama de Pós-Graduação do Depar
tamento de Ciência Política e
Relações Internacionais da Uni
versidade de Brasília - UnB -
como requisito parcial à obten
ção do título de Mestre.

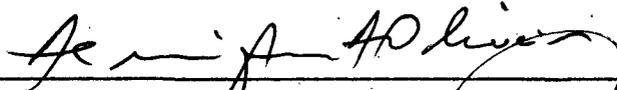
Brasília, DF - BRASIL
- Dezembro de 1991-

SADCC: coordenação política e econômica
dos Governos de maioria da Africa Austral
na luta contra o "apartheid".

por

Valéria Porto

Banca Examinadora:



Henrique Altemani de Oliveira, Dr., Prof. Adjunto
(Orientador)



Lytton L. Guimarães, Ph.D., Prof. Titular



Elimar Pinheiro do Nascimento, Dr., Prof. Adjunto

Universidade de Brasília
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Departamento de Ciência Política e
Relações Internacionais

SADCC: coordenação política e econômica
dos Governos de maioria da Africa Austral
na luta contra o "apartheid"

Orientador: Prof. Henrique Altemani de Oliveira

"Mesmo a viagem mais longa
começa pelo primeiro passo".
(Provérbio chinês)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao Henrique Altemani, professor e amigo, pela orientação segura e pela grande compreensão.

À amiga Elizabeth Tunes, pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Aos Chefes de Missões estrangeiras na Namíbia, sobretudo ao Dr. Alberto Ribeiro-Kabulu, Embaixador de Angola, pelas entrevistas valiosas e pelos subsídios de informações e materiais.

À amiga Albertina Neves, pela eficiente colaboração no "meio de campo".

A Mario Augusto Santos, pelo constante apoio e estímulo.

A todos que colaboraram na realização deste trabalho, o meu sincero reconhecimento.

RESUMO

A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da Africa Austral - SADCC, foi uma etapa na luta dos países da Africa Austral contra o regime segregacionista da Africa do Sul. Seu objetivo precípuo foi o de reduzir as dependências históricas (mormente coloniais) de seus membros daquele país. Por isso mesmo sua constituição incorporou formas extremamente flexíveis de associação para poder comportar países de origens e línguas diferentes, de filosofias políticas antagônicas e de posicionamento relativamente à Africa do Sul que abrange o de quase aliado até o de adversário.

Por sua natureza basicamente não-confrontacionista com a Africa do Sul, mereceu o apoio do mundo ocidental, numa proporção maior do que qualquer outro agrupamento econômico formado na Africa desde que o continente tomou o rumo da independência. Pode-se dizer que o apoio ocidental sustentou a SADCC e lhe deu vida. Esse apoio, porém, pelo menos na forma em que vem sendo concedido, não deverá continuar depois da eliminação do apartheid na Africa do Sul e ade são deste país à SADCC como seu 11º membro.

Este trabalho procura examinar os êxitos e os fracassos da SADCC no primeiro decênio de sua existência (1980-1990) e, no contexto de uma Africa Austral em rápida transformação para a paz, tecer considerações sobre se os resultados positivos alcançados poderão constituir a base para um repensar da Organização para enfrentar os desafios da década de 90.

ABSTRACT

The Southern African Development Coordination Conference - SADCC was a phase in the struggle of the Southern African countries against apartheid. Its main objective was to reduce the historical dependencies (mainly dating from the colonial era) of the Member States on South Africa. For this reason its constitution incorporated very flexible forms of association to enable it to take in countries with different origins and languages, with antagonical political philosophies and attitudes towards South Africa ranging from quasi-ally to adversary.

Because of its non-confrontational nature vis-à-vis South Africa, it gained the support of the western industrialized countries, to an extent much greater than any other economic grouping that came into existence since the African continent began its march towards political independence. It can be said that the economic support given by the western countries sustained SADCC. This support, however, at least in the form in which it is being granted, will most likely be discontinued after the elimination of apartheid in South Africa and the acceptance of this country as the 11th member of SADCC.

This dissertation endeavours to study the successes and shortcomings of SADCC during the first decade of its existence (1980-1990) and, in the context of a Southern Africa in accelerated transformation towards peace, explore the possibilities of evolution of the Organization on the basis of the successes attained to meet the challenges of the nineties.

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
1. - Introdução	01
2. - <u>CAPÍTULO I: A SADCC</u>	05
I.1 - Antecedentes	06
I.2 - A origem da formação e o método de integração: algumas questões teóricas.	31
I.3 - Os objetivos, as metas e a estrutura organizacional	40
I.4 - As áreas de atuação	51
3. - <u>CAPÍTULO II: O desempenho da SADCC em sua primeira década (1980-1990)</u>	57
II.1 - Dados Básicos dos Estados-membros ...	59
II.2 - As principais dependências dos países da SADCC em relação à África do Sul..	79
II.2.1 - Transporte e Comunicações ..	79
II.2.2 - Comércio Exterior	117
II.2.3 - Importação de Mão-de-Obra...	131
II.3 - O desenvolvimento do Programa de Ação nas demais áreas	137
4. - <u>CAPÍTULO III: Avaliação dos resultados obtidos e os anos 90</u>	150
III.1 - As Realizações	159
III.2 - Os Fracassos	165
III.3 - A SADCC e a África do Sul	169
5. - CONCLUSÕES	174
6. - Referências Bibliográficas	183
7. - Bibliografia Consultada	186
8. - Anexos	189

ÍNDICE DE QUADROS

	<u>Página</u>
 <u>Capítulo I</u>	
<u>Quadro 01</u> - Distribuição de Tarefas entre os Estados-membros SADCC	48
 <u>Capítulo II</u>	
<u>Quadro 01</u> - Países da SADCC e a Africa do Sul: Indicadores Básicos (1989)	59
<u>Quadro 02</u> - SADCC e a Africa do Sul: Distribuição do PIB em 1987 (%)	60
<u>Quadro 03</u> - PIB Real (valores de 1980).....	61
<u>Quadro 04</u> - Crescimento do PIB (Variação Percentual).	61
<u>Quadro 05</u> - PIB per Capita (valores de 1980).....	63
<u>Quadro 06</u> - PNB per Capita (valores de 1980).....	64
<u>Quadro 07</u> - Produção Agrícola: valor agregado (valores de 1980)	65
<u>Quadro 08</u> - Produção Industrial: valor agregado (valores de 1980)	66
<u>Quadro 09</u> - Exportação de Bens e Serviços (valores 1980)	67
<u>Quadro 10</u> - Importação de Bens e Serviços (valores 1980)	68
<u>Quadro 11</u> - Termos de Troca	69
<u>Quadro 12</u> - Balanço de Contas Correntes	70
<u>Quadro 13</u> - Investimento Estrangeiro Líquido	71
<u>Quadro 14</u> - Ajuda Internacional Líquida para o Desenvolvimento (todas as fontes)	72
<u>Quadro 15</u> - Dívida Externa Total	73
<u>Quadro 16</u> - Pagamento do Serviço da Dívida Externa de Longo Prazo	74
<u>Quadro 17</u> - Gastos Governamentais e Empréstimos, menos pagamentos	75
<u>Quadro 18</u> - Gastos com Defesa como % despesas totais do Governo	76

<u>Quadro 19</u>	- Gastos com Educação como % despesas totais do Governo	77
<u>Quadro 20</u>	- Gastos com Saúde como % despesas totais do Governo	77
<u>Quadro 21</u>	- Planos de Desenvolvimento Abrangente patrocinados pela SATCC (transporte e comunicações)	86
<u>Tabela 01</u>	- Maiores Contribuições dos Programas SATCC em termos de infra-estrutura regional ...	89
<u>Listaçãom 01</u>	- Questões de Coordenação Operacional em estudo pela SATCC	93
<u>Quadro 22</u>	- Plano de Ação da SADCC - Setor Transporte e Comunicações	116
<u>Quadro 23</u>	- Comércio Internacional - ANGOLA	118
<u>Quadro 24</u>	- Comércio Internacional - BOTSUANA	119
<u>Quadro 25</u>	- Comércio Internacional - LESOTO	120
<u>Quadro 26</u>	- Comércio Internacional - MALÁUI	121
<u>Quadro 27</u>	- Comércio Internacional - MOÇAMBIQUE	122
<u>Quadro 28</u>	- Comércio Internacional - SUAZILÂNDIA	123
<u>Quadro 29</u>	- Comércio Internacional - TANZÂNIA	124
<u>Quadro 30</u>	- Comércio Internacional - ZÂMBIA	125
<u>Quadro 31</u>	- Comércio Internacional - ZIMBÁBUE	126
<u>Quadro 32</u>	- Comércio Intra-SADCC (1979-84)	127
<u>Quadro 33</u>	- Financiamento de Projetos SADCC - Situação por setor (Quadro Geral).....	138
<u>Quadro 34</u>	- Financiamento de Projetos SADCC- Área Indústria e Comércio	139
<u>Quadro 35</u>	- Financiamento de Projetos SADCC- Área Desenvolvimento RH	140
<u>Quadro 36</u>	- Financiamento de Projetos SADCC- Área Energia	143
<u>Quadro 37</u>	- Financiamento de Projetos SADCC- Área Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais	145
<u>Quadro 38</u>	- Financiamento de Projetos SADCC- Área Mineração	147
<u>Quadro 39</u>	- Financiamento de Projetos SADCC- Área Turismo	148
<u>Figura 01</u>	- Projetos de Transportes Ferroviários, Rodoviários, Portuários, Fluviais e Marítimos ...	115

I N T R O D U Ç Ã O

A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da Africa Austral - SADCC foi criada em abril de 1980 com o objetivo principal de coordenar os esforços de desenvolvimento sócio-econômico dos países da região austral, com vistas à redução da dependência econômica externa, especialmente da Africa do Sul, além de criar condições para uma integração regional em nível equitativo e operacional.

A SADCC hoje é composta por 10 países-membros, abrangendo Angola, Botsuana, Lesoto, Maláue, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e a Namíbia, que ingressou na Organização em maio de 1990, depois de sua independência , ocorrida em 21 de março do mesmo ano.

Decorridos 11 anos de sua criação, vem a SADCC adaptando-se às mudanças ocorridas durante a década , tanto no contexto regional quanto no internacional e preparando-se para enfrentar os novos desafios.

A Africa Austral está passando de uma fase de confrontação e conflito para uma de negociação e entendimento. Há, portanto, uma completa reviravolta das condições de existência dos Estados na região.

No centro dos entendimentos que traçarão o caminho da África Austral nos anos 90 está a SADCC, que foi concebida e criada como desdobramento da luta dos povos africanos contra o apartheid. Fimado este, o que se pergunta é se a SADCC desaparece ou se será uma plataforma para a reorganização dos relacionamentos na África Austral, dentro de um contexto de paz.

O propósito deste trabalho é o de estudar a SADCC, desde os seus antecedentes e a origem de sua formação. Foram utilizados dados e informações fornecidos pela própria SADCC e pelos Governos dos países membros, bem como estudos e análises elaborados por institutos de pesquisa na África do Sul. De relevância igualmente foi o amplo material estatístico e opinativo dos países europeus, envolvidos diretamente na SADCC. No entanto, na elaboração desta dissertação, procurou a autora ater-se aos fatos e obedecer a regra da imparcialidade ao descrever pontos de vista das várias fontes.

O Capítulo I, intitulado - A SADCC -, ocupa-se dos fatos históricos que antecederam a Organização, das discussões conceituais que surgiram depois da criação do novo organismo regional e, finalmente, do ato de criação formal da SADCC, seus objetivos, metas, estrutura organizacional e áreas de atuação.

O Capítulo II faz um balanço das realizações da SADCC nos 10 anos de sua existência, com o objetivo não só de

avaliar sua efetividade como organismo regional, como também a operacionalidade da forma sui generis, na Africa, da estrutura adotada. Ali são analisados o desenvolvimento de ações e projetos nos países-membros nas áreas de maior dependência em relação à Africa do Sul, a saber, o setor transporte e comunicações, comércio exterior e importação de mão-de-obra (desenvolvimento de Recursos Humanos). Além disso, faz-se uma descrição sumária do desenvolvimento do Programa de Ação da SADCC nas demais áreas em que ela atua, tais como energia, agricultura, mineração e turismo.

Finalmente, o Capítulo III visa avaliar os resultados obtidos na primeira década e apresentar algumas conjecturas a respeito do futuro da SADCC. No décimo-primeiro ano de existência, a própria Organização auto-avalia-se e busca adequar-se melhor para atingir objetivos originais e ainda pendentes, além de definir novas metas.

Mais importante, porém, será como enfrentar os desafios lançados por mudanças significativas nos contextos regional e internacional, sobressaindo-se entre elas a adesão, mais cedo ou mais tarde, da Africa do Sul na SADCC. Para uma Organização formada em função do firme propósito de prover a existência e garantir o progresso econômico e social de seus membros tão independentemente quanto possível da Africa do Sul, integrá-la organicamente vem suscitando dúvidas e problemas que variam de país a país, mas que exigirá, na soma, um repensar profundo dos objetivos e da estrutura da Organização.

Além do mais, ao considerar-se que o apartheid foi fator que favoreceu a SADCC no que se refere à captação de recursos externos, é de se perguntar se, após sua eliminação, os países industrializados continuarão concedendo apoio financeiro privilegiado à Organização, ou se substituirão esse apoio por empréstimos comerciais e investimentos privados.

A importância desta dissertação reside na necessidade, na opinião da autora, de o Brasil seguir de perto os processos políticos que se desdobram na África Austral. É do interesse do Brasil que o processo de integração naquela região frutifique, mas não qualquer integração. Mais consentânea com os nossos interesses será uma integração polivalente, tendo a SADCC, já incluindo a África do Sul, como centro. Menos interessante será uma integração apenas unidimensional, onde o desenvolvimento regional será orquestrado pela África do Sul, mesmo com governo de maioria. Portanto, cabe determinar se a SADCC, nascida da luta contra o apartheid, preparou adequadamente seus dez membros para lidar cooperativamente com a maior potência regional.

CAPÍTULO I

A S A D C C

O Capítulo I descreve os fatos que antecederam a criação da SADCC e discute brevemente teorias e explicações que estariam por trás da mobilização dos países da Africa Austral para associarem-se e coordenarem atividades políticas e econômicas, discussões que só surgiram após a criação formal da Organização, contrariando, desde sua concepção, as teorias e metodologias clássicas da integração regional.

Estão também desenvolvidos no presente Capítulo os objetivos, as metas e a estrutura organizacional da SADCC, constantes da Declaração de Lusaka de abril de 1980, instrumento legal que criou a Organização, bem como as áreas de desenvolvimento em que a SADCC se propôs atuar.

I.1 - Antecedentes (1)

Os antecedentes da SADCC datam da independência de Botswana, Maláue, Lesoto, Suazilândia, Zâmbia e Tanzânia, nos anos 60.

Segundo a versão difundida pela Secretaria Geral da Organização, o Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, expressou o sentimento dos países independentes da região e dos movimentos de libertação já em julho de 1974, em Dar-es-Salaam, quando, antevendo a emancipação de Angola e de Moçambique, preconizou um "cinturão transcontinental de países independentes e economicamente poderosos, de Dar-es-Salaam a Maputo no Oceano Indico, até Luanda, no Atlântico".

Com efeito, no ano seguinte, em 1975, Moçambique, em julho, e Angola, em novembro, adquirem sua soberania política. Ainda no mesmo ano, estes dois países, além da Tanzânia, Botswana e Zâmbia, decidem coordenar sua atuação política e formam uma associação chamada "Países da Linha de Frente" (Front Line States, conhecida pela sigla FLS, que será utilizada doravante neste trabalho).

A preocupação imediata dos FLS era a independência da Rodésia do Sul e da Namíbia, e seu objetivo último, a derrota do apartheid. Este, porém, teria de esperar a colí-

(1) SADCC, 1980 - Southern Africa Towards Economic Liberation, SADCC, Lusaka, 1980

mação do primeiro, embora sem relaxamento da pressão sobre o regime racista de Pretória.

A Rodésia era o problema mais imediato. Com a Declaração Unilateral de Independência (UDI - Unilateral Declaration of Independence), em 1976, o regime de Ian Smith, sua identidade e ligação com o regime da África do Sul opunha sólido baluarte contra as pretensões dos FLS. Em hipótese mais otimista, significava o adiamento na consecussão dessas pretensões por tempo indeterminado.

Na luta contra Ian Smith e o apartheid, o desequilíbrio econômico entre os dois lados, desfavorecendo os FLS, ficou logo evidente. Para reduzir essa diferença, acordos econômicos foram assinados entre a Zâmbia e a Tanzânia, entre Moçambique, Angola e o Botsuana e entre Moçambique, Sua zilândia e Tanzânia. Ao mesmo tempo, o Mercado Comum da África Oriental (CAO) havia naufragado, mas negociações para o estabelecimento de uma área preferencial de comércio, idéia promovida pela Comissão Econômica para a África, da ONU, já estava em curso. Em 1978, vem à luz a Declaração de Intenções para instituir o PTA (Preferential Trade Area for Eastern and Southern States), cujo Tratado foi assinado em 1982. (1) Impulso político para concluir as complexas negociações do PTA foi dado quando, em Lagos, em 1980, os Chefes de Estados e Governos dos

(1) A lista dos países-membros do PTA encontra-se em anexo.

países africanos firmaram o Plano de Ação de Lagos para criar, até o ano 2000, o Mercado Comum Africano (1), com base na cooperação sub-regional. É necessário notar aqui que esse esforço para promover o comércio intra-regional foi provocado pela percepção das ex-colônias africanas de que nem a luta por uma nova ordem econômica mundial nem a ajuda externa iriam resolver o problema da falta de dinamismo de suas economias, de sua crônica falta de divisas, e que, portanto, era necessário encontrar fórmulas de conduzir seu comércio internacional com o mínimo de moeda conversível.

Foi nesse contexto que os Ministros do Exterior dos FLS se reuniram em Gaborone, em maio de 1979, no Botsuana, para discutir cooperação econômica. Com esse propósito, decidiram convocar para uma Conferência em Arusha, Tanzânia, em julho do mesmo ano, representantes de Governos do Primeiro Mundo com programas de cooperação internacional, organismos internacionais de desenvolvimento e organizações não-governamentais que prestam ajuda externa, com o objetivo de elaborar programa regional de desenvolvimento para a Africa Austral.

A Conferência de Arusha foi oficialmente aberta pelo falecido Seretse Khama, Presidente do Botsuana e presididada por Quett Masire, então vice-presidente daquele país,

(1) Em reunião realizada em Abuja, Nigéria, em junho de 1991, foi assinado um Tratado estabelecendo a Comunidade Econômica da Africa, que prevê o início do Mercado Comum para 40 anos após a ratificação de 2/3 dos signatários.

hoje seu Presidente. Os FLS foram para a Conferência com o esboço da futura SADCC na cabeça, mas igualmente com a consciência de que a viabilidade de qualquer projeto de organização regional dependeria inevitavelmente de ajuda externa. Assim, em Arusha, os FLS explicaram quais eram seus objetivos e as premissas políticas em que se baseavam. Por seu termo, os representantes de países doadores e de Agências Internacionais de desenvolvimento expressaram suas condições, isto é, que tipo de formato que a futura Organização deveria ter para receber o apoio da comunidade internacional.

Foi em Arusha que houve acordo em admitir no esquema regional de cooperação que nascia outros países com Governos de maioria na África Austral não pertencentes aos FLS - Lesoto, Maláue e Suazilândia. Foi uma decisão de grande sabedoria política, pois não só o grau de dependência econômica dos três da África do Sul era quase total, o que lhes incapacitava politicamente a resistir à dominação daquele país, como são geograficamente separados um do outro, o que dificultava sobremaneira a concertação político-econômica para tal. Esses países todos com Governo de maioria e alvos dos desígnios da CONSAS - Constelação de Estados da África Austral, concebida pelo Primeiro Ministro da África do Sul P.W.Botha, não podiam ser abandonados e precisavam de aliados em melhores condições de levar adiante a luta para resgatá-los. Dos três, somente o Maláue não faz fronteira com a África do Sul, enquanto o Lesoto é completamente cercado por este país e a

Suazilândia, quase cercada, tem pequena fronteira comum com Moçambique. Por outro lado, ao convidar os três, os líderes dos FLS sinalizavam que a SADCC, embora fosse Organização hostil ao imperialismo sul-africano, era também pacífica nas suas intenções e maneira de proceder, como transpira da leitura da Declaração de Lusaka. As decisões por unanimidade era mais uma garantia nesse sentido, pois nenhum dos três membros convidados votaria em resolução que pudesse provocar retaliação da África do Sul. Ao mesmo tempo, não votaria contra resolução visando a redução do esquema de dependência de Pretória.

No final de 1979 as negociações de Lancaster House foram concluídas e acertados os arranjos constitucionais para um Zimbábue independente.

Vê-se, portanto, que, ao se reunirem em Lusaka, em abril de 1980, os líderes dos nove Estados da região com Governos de maioria podiam considerar o futuro com certo otimismo. Haviam logrado conceptualizar o arcabouço de um mecanismo de integração regional, depurado dos defeitos que afundaram as experiências anteriores na África, assegurar o apoio financeiro maciço externo para seus propósitos e garantir a continuação desse apoio não só enquanto não fosse lograda a independência da Namíbia, última colônia a restar na África, como também até derrotado o regime segregacionista de Pretória.

A Cimeira de Lusaka foi um acontecimento his-

tórico na África. Os nove países de Governo de maioria adotaram , em 19 de abril de 1980, a Declaração de Lusaka, cujo título oficial é: África Austral: Rumo à Libertação Econômica. Foi ainda firmado um Programa de Ação cobrindo as áreas de transporte e comunicações, alimentação e agricultura, energia, indústria e comércio, desenvolvimento de mão-de-obra, mineração e turismo. Ao mesmo tempo, os Chefes de Estado e Governos identificavam "Transportes e Comunicações" como setor prioritário de cooperação entre seus países. A convenção básica, instituindo a comissão correspondente, foi firmada em Maputo, em junho de 1981.

O êxito do sistema acima descrito pode ser visto no resultado da Primeira Conferência da SADCC, realizada em Maputo, em novembro de 1980. Foram convidados 30 países doadores e 18 organizações multilaterais, para as quais o esboço de 97 projetos na área de transportes e comunicações , preparados por consultores dinamarqueses, foram apresentados. Entre os projetos, ressaltam os de reconstrução da estrada de ferro do porto de Nacala até a fronteira moçambicana; melhoria da estrada de ferro do Botsuana; melhoramento de rodovias no Lesoto; construção de estradas na Tanzânia; aprofundamento e expansão dos portos da Beira e de Maputo; e a expansão do aeroporto de Harare. O valor dos projetos, no global, foi de US\$ 1,9 bilhão.

Na conferência, os doadores prometeram US\$650 milhões, dos quais US\$ 273 milhões foram vinculados a projetos específicos na área de transportes e comunicações. A contribui

ção maior foi do Banco Africano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 384 milhões, a serem desembolsados no período de 1982-86. A Comunidade Económica Européia contribuiu com US\$ 100 milhões, os Estados Unidos com US\$ 50 milhões, os Países Baixos com US\$ 32 milhões, a Suécia com US\$ 22 milhões, a Itália com US\$ 15 milhões e a então Alemanha Ocidental com US\$ 2 milhões, doação simbólica para melhorar a capacidade de planeamento da Organização.

Esse resultado significativo foi obtido antes da Cimeira de Salsbury, em julho de 1981, quando as instituições da SADCC foram definidas. O marco institucional da Organização será comentado mais adiante.

Em novembro de 1981, em Blantyre, Maláue, realizou-se a Segunda Conferência de Doadores, a qual compareceram 32 representantes de governos e organismos internacionais. A Conferência focalizou a atenção em 4 áreas: transportes e comunicações, alimentação e agricultura, aperfeiçoamento de mão-de-obra e cooperação industrial. O Fundo do Coveite doou US\$ 37 milhões; Portugal, US\$ 30 milhões e a Alemanha Ocidental aumentou sua contribuição para US\$ 15 milhões. Foi aprovado um Plano Regional de cooperação industrial, estipulando como objetivos o desenvolvimento da capacidade de produção de bens elementares como vestuário, habitação, saúde, suprimento de água, energia, transporte e educação. O desenvolvimento de indústrias de base para a produção de aço, fertili

zantes, remédios pesticidas e bens de capital foi igualmente previsto.

A terceira conferência envolvendo doadores foi realizada em Maseru, no Lesoto, em janeiro de 1983. Contribuições líquidas no valor de US\$ 489 milhões foram anunciadas. A partir de Maseru, estabeleceu-se a rotina de alteração entre cimeiras em julho (Chefes de Estado e Governo) e Conferências Consultivas Anuais (doadores internacionais), em janeiro do ano seguinte. É a seguinte a relação das Conferências Consultivas Anuais que tiveram lugar depois de Maseru:

	<u>Local</u>	<u>Tema</u>
1984 -	Lusaka, Zâmbia	- Agricultura e seca
1985 -	Mbabane, Suazilândia	- Alimentação, agricultura e energia
1986 -	Harare, Zimbábue	- Os próximos 5 anos
1987 -	Gaborone, Botsuana	- Investimento na produção
1988 -	Arusha, Tanzânia	- Desenvolvimento de infraestrutura e empresa
1989 -	Luanda, Angola	- Setores produtivos-locomotiva de crescimento e desenvolvimento
1990 -	Lusaka, Zâmbia	- A próxima década: desenvolvimento empresarial, recursos humanos e produtividade
1991 -	Windhoek, Namíbia	- desenvolvimento Rec.Hum.

A versão oficial e aceita por vários estudos da SADCC corresponde, em linhas gerais, à descrita até o momento. Ela é, porém, contestada por alguns especialistas, entre eles africanistas internacionalmente conhecidos como Samir AMIN. No capítulo introduzindo a coletânea "SADCC - Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa" (1), Amin defende a tese de que a Organização não foi o resultado de um processo interno da região, e sim de pressões de fora do continente africano. Insere ele a SADCC como peça local do grand design do mundo ocidental de administrar os conflitos nas regiões periféricas enquanto se processava a luta entre o Ocidente e o bloco soviético. Assim, nas palavras de Amim:

"... É agora, entretanto, amplamente conhecido que a SADCC não foi somente uma iniciativa dos FLS. Pelo contrário, houve grande encorajamento por parte dos países do Ocidente, que desejavam aproximar a região do Ocidente e, ao criarem alternativa à confrontação integral com a África do Sul, visaram evitar que os FLS dessem maior apoio ao Congresso Nacional Africano - ANC e à Organização dos Povos do Sudoeste Africano - SWAPO. É certo também que a atividade política conjunta dos FLS entre 1974 e 1979 forneceu o ímpeto para que ela se estendesse à esfera econômica. Isso, entretanto, foi o resultado de indução externa: desde o início, a idéia da SADCC esteve dependente da "benção" do imperialismo em geral. Reconhecendo que a integração nacional e regional era essencial para o desenvolvimento "harmônico" da África Austral, os ministros dos países da SADCC concordaram em realizar conferência em Arusha, Tanzânia, em julho de 1979, com governos doadores e instituições internacionais de desenvolvimento, para discutir programa regional de

(1) AMIN, Samir; Chitala, D. e Mandaza, I. (organiz) - SADCC - Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa, New York, 1987

desenvolvimento econômico. A reunião de Arusha (conhecida como SADCC I) proporcionou à SADCC a oportunidade de explicar a investidores potenciais os parâmetros principais da nova organização e os princípios políticos sob os quais estava sendo criada. Foram apresentados estudos preparados por consultores estrangeiros cobrindo as seguintes áreas de potencial cooperação regional: transportes e comunicações; agricultura, florestas e pescas; energia, água e minerais; comércio e indústria; emprego e treinamento de recursos humanos. Foi também acordado que os outros governos de maioria da região austral deveriam ser convidados a participar do delineamento da Declaração de Lusaka para a "Coordenação do Desenvolvimento da África Austral".

Já Leys e Tostensen(1) argumentam que o projeto SADCC foi visto pelos países ocidentais como um programa de reconstrução da África Austral após anos de guerra - uma espécie de Plano Marshall para a região.

Outros autores esposam a tese de que a SADCC foi a reação à Constelação de Estados da África Austral (Constellation of Southern African States - CONSAS), concepção estratégica do Primeiro Ministro da África do Sul, P.W. Botha. A teoria relativa tem argumentos plausíveis a seu favor. Com efeito, todos os membros da Organização, com exceção de Angola e da Tanzânia, estavam presos numa rede complexa e ubíqua de relacionamento de dependência econômica da África do Sul, além de conscientes dos efeitos inibidores de seu poder militar. Há uma massa de literatura que documenta a diversida

(1) Leys, R. and Tostensen, A. - "Regional cooperation in Southern Africa: the South African Development Coordination Conference", Review of African Political Economy, 23, 1984..

de, a profundidade e a longevidade desses laços de subordinação e que tece considerações sobre as perspectivas da economia regional face à presença dominante da África do Sul. Seus autores, sem exceção, a despeito de pontos de vista divergentes sobre as possibilidades individuais e coletivas de reduzir ou mesmo eliminar esses laços de dependência, concordam sobre a extrema dificuldade de atingir a libertação almejada. Julian BURGESS resume a situação ao dizer: "A inaceitabilidade política do apartheid não deve nos cegar com respeito à presente realidade: o objetivo da Constelação não reconhecida e rejeitada é, porém, uma realidade de fato". (1)

Dentro desse quadro, a tese de que a SADCC constitui uma contra-constelação toma corpo ao levar em conta que os ganhos políticos dos FLS necessitavam logicamente de uma contrapartida no plano econômico para consolidá-los. Condições para tal foram criadas com a independência do Zimbábue, em 1980. Como 6 dos 9 membros da SADCC são mediterrâneos, a independência do Zimbábue (e, eventualmente, da Namíbia) oferecia a possibilidade de rede de transportes e comunicações alternativa àquelas existentes na África do Sul, pois era através do seu sistema que a África do Sul exercia visivelmente sua dominação. O Zimbábue constituía peça geopolítica vital para o surgimento da SADCC. Suas estradas de ferro, rodovias, fronteiras com três FLS e economia diversi-

(1) Burgess, Julian - "South Africa's Campaign against SADCC", African Business, London, Janeiro 1982

ficada preenchendo um hiato até então insuperável na estrutura daqueles Estados. Não foi por acidente que Seretse Khama, o falecido Presidente do Botsuana, país que sofreu as incursões sul-africanas e da Rodésia de Ian Smith, iniciou as discussões que desembocaram na STADCC, ao pressentir a iminência da independência zimbabuana.

A teoria da contra-constelação recebe alento adicional ao ler-se a Declaração de Lusaka onde, logo no início, os 9 países membros descrevem o contexto de dependência e afirmam que: (1)

" A África Austral depende da República da África do Sul enquanto que centro de transportes e comunicações, exportador de bens e serviços e importador de produtos e mão-de-obra barata. Esta dependência não é fenômeno natural, e nem se quer simples resultado de uma economia de mercado livre. Os nove Estados e um território ocupado na África Austral foram, em níveis diferentes, deliberadamente incorporados - por potências metropolitanas, dirigentes coloniais e grandes corporações - nas estruturas coloniais e sub-coloniais, centradas, em geral, na República da África do Sul. Nem o desenvolvimento de economias nacionais como unidades equilibradas e nem o bem-estar dos povos da África Austral desempenham papel na estratégia de integração econômica. Por isso, não constitui nenhuma surpresa que a África Austral esteja fragmentada, grandemente explorada e submetida à manipulação econômica por estranhos à região. O desenvolvimento futuro deve ter como objetivo a redução da dependência econômica, não apenas da República da África do Sul, mas também de qualquer estado ou grupo de estados externos".

(1) A Declaração de Lusaka foi assinada pelos 9 países-membros da STADCC em 19 de abril de 1980.

Richard WEISFELDER (1) não concorda com a teoria de contra-constelação. Afirma ele que a SADCC tem suas raízes em processos já em andamento anos antes da articulação das idéias que fundamentaram o conceito proposto por P.W.Botha.

Desde 1977, diz Weisfelder, haviam fortes sinais de que os arranjos consultativos dos Presidentes dos FLS poderiam evoluir em direção a uma organização regional voltada para a solução de conflitos e para o desenvolvimento econômico. Como vimos acima, a independência do Zimbábue ofereceu novas oportunidades de intensificar-se a luta entre o racismo, e a criação da SADCC constituiu desdobramento natural no contexto da nova realidade. Nesse sentido, e nesse sentido apenas, a SADCC é uma reação ao racismo e à dominação sul-africanas. "Não é a procura de libertação, mas sim o racismo, a exploração e a opressão enraizados que são a causa do conflito na África Austral", reza a Declaração de Lusaka, colocando corretamente os termos da questão. Pois se a SADCC fosse reativa, no sentido que lhe queria atribuir os dirigentes da África do Sul, estaria conferindo, indiretamente, legitimidade ao status quo e caráter defensivo, negativo e quase subversivo a qualquer iniciativa que se opusesse à situação, dando assim razão aos que, dentro do aparelho de estado sul-africano, ~~advogam~~ advogam a retaliação e a desestabilização política contra os Estados de governo majoritário negro. Na realidade ,

(1) Weisfelder, R. - "The SADCC - a new factor in the liberation process", in Callaghy, T.M (org), New York, 1983

examinando cuidadosamente os fatos históricos, verifica-se que a CONSAS de P.W. Botha foi um esforço defensivo posterior aos primeiros passos em direção à SADCC. Procurou dar contexto conceitual à política de sustentação do Bispo Abel Muzorewa na fase de transição da independência rodesiana, garantindo assim aliado conservador ao norte e negando aos FLS a peça central na montagem de um esquema econômico que ameaçasse a dominação branca. Visou ainda consolidar e intensificar os laços com o Botsuana, Lesoto e Suazilândia, bem como promover os bantustões como aliados negros independentes e como um escudo contra o nacionalismo africano. Nas palavras de Richard Weisfelder (1983):

" É conduta normal entre adversários vigiarem-se, seguirem de perto as iniciativas, reações e conduta um do outro. Mas o conhecimento dos antecedentes da SADCC e da CONSAS torna praticamente impossível aceitar a tese de que o organismo regional surgiu como opositor da Constelação. A SADCC e a CONSAS devem ser vistas como respostas simultâneas a processos que tiveram início nos primórdios do movimento independentista africano, que assumia na África Austral, naquela época, caráter revolucionário em função do apartheid. Ambos estão relacionados à hegemonia política dos brancos em estados-chaves na fronteira com a África do Sul. Ambos buscam reaver estratégias para proteger os interesses fundamentais de seus protagonistas. Mas são as forças da libertação, e não as defensivas da supremacia branca, os agentes de mudança na África Austral".

Cabe aqui pequena digressão a respeito da CONSAS, com o fito de melhor colocar a argumentação que precede.

A idéia de formar uma comunidade de nações ligadas por laços econômicos à África do Sul foi acalentada desde os anos 60 pelos próceres do Partido Nacional sul-africano. Começa, porém, a ganhar contornos mais definidos quando o Primeiro Ministro P.W.Botha insere o conceito de Constelação na "Estratégia Nacional Total", através da qual a África do Sul mobilizará todos seus recursos humanos e materiais para enfrentar o que, na sua percepção, seria ambiente internacional e regional crescentemente hostil a ele. A independência de Moçambique e Angola em 1975, seguida da do Zimbábue em 1980, bem como a guerra contra Angola e a SWAPO e a atuação política dos FLS que antecederam a SADCC e que estava voltada ao apoio de libertação do Zimbábue e da Namíbia e à luta contra o apartheid ampliavam a ameaça negra e a trazia mais próxima à sua fronteira. A "Estratégia Nacional Total" foi definida no documento "Republic of South Africa. Department of Defence. White Papers on defence and Armaments Production" (1) onde, no parágrafo 6, lê-se:

" (total strategy)... is a comprehensive plan to utilize all the means available to a State, according to an integrated pattern, in order to achieve the national aims within the framework of the specific policies. A total national strategy is therefore, not confined to a particular sphere, but is applicable to all levels and to all functions of the state structure". (2)

-
- (1) "Southern African Record", nº 22, Biblioteca de Política Internacional da Universidade de Columbia, Nova York, 1981.
- (2) A tradução de trechos de artigos e livros é da responsabilidade da autora. As citações de documentos oficiais e trechos de discursos foram mantidos na língua original.

Mais adiante, o mesmo documento descreve como o Estado resguardará o ideário do povo afrikaner e sua situação de privilégio como povo eleito e enumera os objetivos nacionais:

"a) the orderly development and maintenance of the body politic;

b) the preservation of the identity, dignity, the right to self-determination and the integrity of all population groups;

c) the identification, prevention and countering of revolution, subversion and any other form of unconstitutional action;

d) the maintenance of a sound balance of military power in relation to neighbouring states and other states in Southern Africa;

e) aiming for the greatest possible measure of economic and social development, and the maximum of self-sufficiency;

f) the creation of friendly relationships and political and economic cooperation with the states of Southern Africa;

g) planning total national strategy at government level for coordinated action between all government departments, government institutions and other authorities, to counter the multi-dimensional onslaught against the RSA in the ideological, economic, social, psychosocial, cultural, political and diplomatic fields".

Como se pode ver, a letra f) - a criação de relações amistosas e cooperação política e econômica com os Estados da Africa Austral, tem a mesma prioridade na Estratégia Nacional Total que, por exemplo, a letra d) - a manutenção de equilíbrio sadio de poder militar em relação aos países vizinhos e outros Estados da Africa Austral.

É também na letra g) que reside o motivo para a formação da Estratégia Nacional Total em geral, e para tentar-se aproximação com os Estados da região. Lê-se: "O planejamento de estratégia nacional total no nível governamental para a ação coordenada entre todos os departamentos, instituições e outras agências do Governo, para enfrentar o assédio multi-dimensional contra a República da África do Sul nos campos ideológico, econômico, social, psico-social, cultural, político e diplomático".

Mais uma vez, então, o povo Boer se sentiu cercado e viu-se na necessidade de mobilizar-se para combater o eterno inimigo externo, o negro, o comunismo e toda a comunidade internacional.

Durante 1979, por meio de vários discursos do Primeiro Ministro P.W.Botha e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, a idéia da Constelação vai tomando forma, mas nunca de uma forma totalmente precisa, como que a imprecisão e a aparência de boa vontade fossem incentivos suficientes para atrair os prospectivos parceiros, permitindo-lhes também participar na confecção da moldura do esquema proposto.

Em discurso perante o Congresso do Partido Nacional em 15 de agosto de 1979 (1), Botha, ao enumerar os

(1) Southern Africa Record, nº22, Biblioteca de Política Internacional da Universidade de Columbia, Nova York, 1981.

12 princípios constitutivos da Estratégia Nacional Total, dá forma clara à constelação e reafirma que ela possui igual importância e status prioritário quanto à bantustanização, apartheid e segurança militar para o Governo. O princípio nº 8 reza: "esforçar-se em prol de uma Constelação de Estados da Africa Austral, na qual seriam respeitadas a cultura, tradições e idéias de cada um".

Continuou indefinida a dimensão da Constelação, embora já se falava de um sistema cobrindo 40 milhões de pessoas situadas ao sul do Cunene e do Zambezi, provavelmente incluindo a Namíbia e o Zimbábue (após a independência), o Maláue, o Lesoto, a Suazilândia, o Botsuana e os três bantustões (Transkei, Venda e Bophuthatswana).

Em 22 de novembro de 1979, isto é, após a realização da reunião de Arusha (SADCC I), na qual foi limitada aos FLS, Bótha fez novo discurso em que parece confiar no potencial atrativo da Constelação. Declara que: (1) "Relações recíprocas abrangentes já existem tanto no nível bilateral como multilateral, que oferecem potencial de ampliação e racionalização. Muito já foi alcançado no nível multilateral através de organização como a União Aduaneira da Africa Austral (SACU)".

(1) Southern African Record, nº 22, Universidade de Columbia, Nova York, 1981.

Mais adiante, Botha deixa antever o pensamento sul-africano ao dizer: "A vontade política de cooperar é , em última instância, decisiva para permitir que haja plena cooperação. Essa vontade política pode ser fortalecida significativamente por meio de expansão das relações não-políticas nos campos técnico e econômico".

Vê-se, portanto, agora claramente, que, na realidade, a Constelação foi tentativa da África do Sul de formalizar no plano político a dependência já existente, e visou ainda manipular essa dependência e aprofundá-la com o objetivo de conduzir os países da África Austral a aceitar , como melhor alternativa, o conceito de uma comunidade regional diferenciada em termos raciais, mas unida nos seus interesses econômicos. Apesar da sutileza e do ardil típico da mentalidade afrikaner com que o conceito de Constelação foi avançado (constelação não é igual a satelitização, pois, conforme Botha no mesmo discurso de novembro de 1979, "numa constelação, os corpos constitutivos mantêm posição fixa relativamente um ao outro, diferentemente do sistema solar, onde os corpos giram em torno de um ponto central"), ela foi sempre entendida como uma projeção do apartheid para além das fronteiras da África do Sul, legitimando a segregação e, ao mesmo tempo, os bantustões, que seriam erguidos então ao nível de países legitimamente soberanos.

Quando o Botsuana, Lesoto e a Suazilândia as

sinaram a Declaração de Lusaka em abril de 1980, a idéia de congregar os povos abaixo do Cunene/Zambeze numa grande comunidade de interesses perdeu todo o conteúdo. A cimeira da Constelação de 23 de julho de 1980 limitou-se à Africa do Sul e aos 3 bantustões, revelando-se assim a verdadeira natureza do conceito. Mesmo assim, Botha não perde a esperança de que os membros da SADCC venham a aderir, e declara que a Constelação continua aberta a eles. Na mesma reunião, anuncia uma série de medidas concretas para transformar a CONSAS em realidade, quais sejam: (1)

a) nomeação de um "coordenador de assuntos de Constelação", na pessoa do vice-governador do Banco Nacional de Reserva;

b) o mesmo coordenador é também presidente do Grupo Especial para a Constelação, constituído do Presidente e dos Secretários dos grupos de trabalho que venham a ser constituídos;

c) Botha propõe ainda a elaboração de acordos monetários como o da Área Monetária Comum do Rand; o estabelecimento de um Banco Multinacional de Desenvolvimento da Africa Meridional; celebração de acordos fiscais e de outra natureza financeira entre a Africa do Sul e outros Estados da Africa Meridional; desenvolvimento regional, descentralização industrial e união aduaneira e desenvolvimento agrícola e produção de alimentos. (2)

Como se pode ver, ao finalmente trazer à luz os mecanismos operacionais, Botha revela ao mesmo tempo a intenção sempre presente por trás da idéia da Constelação, isto é, criar novos vínculos e aprofundar os existentes nos países

(1) Southern African Record, vol.22, Universidade de Columbia, Nova York, 1981.

(2) O texto original está resumido e traduzido pela autora.

da região com a África do Sul. Com efeito, todos os mecanismos visualizados têm seu centro na África do Sul. Se é necessário estabelecer contato entre a CONSAS e a SADCC, melhor não haverá do que o enfoque filosófico de cada um. Enquanto a Constelação, contradizendo sua definição astronômica, era essencialmente centralizadora, a SADCC iniciava colocando o nacional sobre o supranacional, a unanimidade consentida à imposição do mais forte, a harmonização dos interesses setoriais ao aprofundamento dos laços de dependência forjados na era colonial e herdada pelo capitalismo sul-africano.

Assim, em vez de dizer que a SADCC foi a reação à CONSAS, pode-se afirmar, pelo acima exposto, que a CONSAS foi reação às mudanças na região que começaram a acelerar-se com a independência de Angola e Moçambique, na qual a SADCC constituiu desdobramento natural.

Ao verificar a constituição da SADCC e a falência da Constelação, a África do Sul parte para uma política de agressão física e de desestabilização da região entre 1981 e 1988, que visou, basicamente, destruir as saídas para o mar de Moçambique, inicialmente, e depois de Angola, obrigando os países mediterrâneos a escoar sua produção pelo sistema de transporte sul-africano.

O que distingue o conflito na África Austral dos movimentos anti-colonialistas e independentistas na Africa

ca é justamente a luta contra a supremacia branca. Enquanto o processo de descolonização caracterizou-se como perturbações que acompanham normalmente o final de uma fase histórica, a luta contra o apartheid foi uma reação mundial contra a forma de relacionamento humano já ultrapassado pela história e incompatível com padrões coevos de civilização. Como diz Fernando Jorge Cardoso (1): "Na realidade, o fato de a SADCC ser, em parte, entendida como veículo positivo de combate ao apartheid, tem favorecido o apoio do eleitorado dos países industrializados às ações de cooperação dos respectivos governos e instituições".

Não poderia haver, portanto, no plano africano, ideia-força mais poderosa a mobilizar Estados com regimes políticos tão diversos e com graus de dependência, no caso de alguns deles, quase total, da África do Sul. Que outra causa poderia motivar a aceitação de perdas humanas e materiais tão colossais por países já pobres, do que a derrota final do regime racista de Pretória? Não só a causa mobilizou os Estados do continente contra a África do Sul, como também toda a comunidade internacional, graças à habilidade diplomática dos líderes dos FLS, que perceberam ser a posição sul-africana insustentável a longo prazo, não obstante as profundas ligações do capitalismo sul-africano com o do Primeiro Mundo e a impor

(1) Cardoso, Fernando Jorge - SADCC e a Interdependência Econômica na África Austral: realidades e perspectivas, IEEI, Lisboa, 1989.

tância estratégica da África do Sul para o Ocidente, no seu enfrentamento com o comunismo.

Diante dessa impressionante unanimidade, a SADCC não podia fugir do contexto histórico que lhe deu vida. Seria inconsequente para os FLS desejarem de um lado o apoio político da comunidade internacional contra o apartheid, e, de outro lado, impedirem que esse apoio se estendesse ao instrumento econômico que daria sustentação a sua ação política. Pelo contrário, havia já antecedente que podia ser invocado, em que a comunidade internacional, em ação concertada, venceu o apartheid na própria África Austral. Trata-se do caso da independência da Namíbia, a qual foi obtida, através de longas negociações, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e consagrada na Resolução 435 daquele órgão em 1978. É certo que os termos daquela Resolução só foram cumpridos 11 anos mais tarde, quando as eleições previstas na solução negociada foram realizadas em novembro de 1989, sob a supervisão das Nações Unidas e vencidas pela SWAPO, e a Namíbia, em 21 de março de 1990, iniciou sua vida independente sob a presidência de Sam Nujoma. Se 11 anos intercederam entre a aprovação da Resolução 435 e seu cumprimento, foi porque outros fatores, entre os quais o apoio da Administração Reagan às exigências protetatórias da África do Sul, de que houvesse retirada prévia das tropas cubanas em Angola, interromperam o processo, mas de modo algum enfraqueceu a determinação da comunidade internacional de propugnar pela independência da Namíbia e

infligir ao mesmo tempo derrota ao apartheid. Embora os documentos a respeito não foram ainda publicados, há informação suficiente que permite afirmar que nas negociações tripartites sobre a independência da Namíbia, envolvendo o Grupo de Contato do Conselho de Segurança (composto dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental e Canadá), a África do Sul e a SWAPO, o ponto central da barganha foi o compromisso da SWAPO, vencendo as eleições, de abandonar a ideologia marxista que sempre a informou e aceitar forma democrática de governo, em troca de apoio político e financeiro dos países desenvolvidos. A SWAPO cumpriu sua parte da barganha e, no que tange à parte financeira, os países desenvolvidos a sua, embora não no volume e na presteza desejados. Deve-se mencionar que a Conferência de Contribuições realizadas em julho de 1989, em Nova York, sob os auspícios da ONU, para ajudar a mais nova nação africana, ao seguir o modelo da SADCC, consagrou contexto para a expressão de apoio ocidental à Namíbia. (1)

Portanto, a constituição da SADCC e o apoio externo que recebeu deve ser visto como parte do mesmo processo que levou a África do Sul a finalmente abrir mão da Namíbia, processo esse que envolveu toda a comunidade internacional e que se tornou irresistível na medida que adquiria ímpeto.

(1) Ver Odén, Bertil - Namibia's Economic Links to South Africa, Scandinavian Institute of African Studies, Julho 1991.

A participação ativa dos chamados países doadores e as significativas contribuições oferecidas à Namíbia são indicativos de que, para os FLS e seus parceiros no mundo industrializado, a eliminação do apartheid transcendia outras considerações.

Samir AMIN tem razão, porém, quando diz que a participação dos doadores visou controlar o processo. Com efeito, não interessava ao Ocidente uma guerra racial no sul da África, com consequências imprevisíveis, nem a permanente frustração dos Estados negros africanos, no seu desiderato de vencer o regime que não só os explorava em nome da supremacia branca como recusava a cidadania a 30 milhões de negros no território sul-africano. A SADCC foi a luta contra o apartheid por outros meios e nesse contexto de não violência os países africanos ganharam a solidariedade internacional. (1)

(1) Amin, Samir - SADCC - Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa, New York, 1987

I.2 - A origem da formação e o método de integração da SADCC:
algumas questões teóricas

A SADCC não foi criação isolada, mas seguiu movimento que se verificou no continente africano nos anos 70 e 80, de formar agrupamentos de países como meio de superar a estagnação econômica que seguiu à independência. Classificados pelas Nações Unidas como países de menor desenvolvimento relativo, os países sub-saânicos não lograram superar, separadamente, as estruturas de produção voltadas exclusivamente para atender as necessidades de matérias-primas das ex-metrópoles. Essas estruturas os mantinham presos ao esquema de economias internamente desarticuladas e tecnologicamente atrasadas, cuja dependência externa os impedia de empreender formação de capital eficaz. Para inverter essa situação, líderes africanos imaginaram que a formação de unidades econômicas maiores seria a chave para a solução do problema.

Receberam encorajamento e apoio técnico das Nações Unidas, especialmente da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) e da Comissão Econômica para a África, unânimes nas suas conclusões de que a integração regional e sub-regional nas suas várias modalidades era a saída para o impasse econômico do continente. Em maio de 1973, a Organização da Unidade Africana - OUA - adotou a Declaração Africana sobre a Cooperação, Desenvolvimento e Independência

Econômica, pela qual os países africanos foram exortados a coordenar suas políticas econômicas, sobretudo nos campos monetário e de comunicações. Em 1980, os Chefes de Estado e Governos africanos, em Lagos, declaram, no Plano de Ação de Lagos então adotado, que deverá ser estabelecido o Mercado Comum Africano, com base na cooperação sub-regional, conforme visto na seção anterior.

A integração visou, tecnicamente, através da harmonização de políticas nacionais nos vários setores da economia, gerar empregos para a população urbana e rural, através da criação de mercado significativamente grande para estimular investimentos sobretudo na indústria.

As entidades assim estabelecidas, ao criarem uma estrutura supranacional, estariam em condições de resolver conjunto de problemas comuns dos integrantes, mas que estão além da capacidade de cada um, individualmente.

As modalidades seguidas pelos países africanos obedeceram aos quatro tipos de associação econômica clássicas descritos por Sidney Dell. (1) São elas, partindo das associações menos estreitas para as mais íntimas: área preferencial de comércio, área de livre comércio, união aduaneira e união econômica.

(1) Dell, Sidney - Trade Blocs and Common Markets. Alfred Knopf, New York, 1963.

Numa área preferencial de comércio, os membros concedem-se tratamento tarifário mais favorecido do que a terceiros países. Não se pretende necessariamente a abolição das tarifas recíprocas, mas apenas reduzi-las face às tarifas aplicadas às importações dos não-membros. A diferença entre as duas tarifas chama-se margem de preferência. A Grã-Bretanha manteve as chamadas preferências imperiais com suas colônias e a França ainda hoje adota o sistema com suas ex-possesões. Os acordos de Lomé, entre a Comunidade Européia e os países do ACP (África, Caribe e Pacífico) definem uma área de preferência comercial entre a comunidade e esses países. Na África, foi criada, em 1982, a Área Preferencial de Comércio dos Estados da África Oriental e Meridional (PTA), abrangendo o Lesoto, Maláue, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Burundi, Comoros, Dibuti, Etiópia, Quênia, Maurício, Ruanda, Seichelles, Somália e Uganda.

Na área de livre comércio a associação avança ao descobrir completamente as barreiras alfandegárias e não tarifárias entre os membros, sem no entanto unificar as tarifas externas.

A união aduaneira abole todas as tarifas e restrições não tarifárias entre os membros e exige uma barreira comum às importações de terceiros países. Poderá, inclusive, unificar impostos e taxas sobre vinda de mercadorias.

A união econômica pretende uma posse econômica dos parceiros. Além de todas as propriedades da união aduaneira, a união econômica remove todos os obstáculos ao movimento desimpedido do capital e trabalho na sua área de atuação, coordena as políticas econômicas, fiscais e sociais dos países membros e se apresenta como uma entidade nas suas relações econômicas com terceiros países. Poderá ainda instituir moeda e banco central comuns.

O termo mercado comum é utilizado frequentemente como sinônimo de união econômica, mas pode designar a associação em que os membros criam mercado comum para apenas um ou poucos produtos. A Comunidade Européia para o Carvão e o Aço é um exemplo. As quatro formas de associação descritas acima tratam de grande parte, senão da totalidade do comércio recíproco. Aliás, os privilégios concedidos a áreas de livre comércio e a uniões aduaneiras sob o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) estão predicados à eliminação tarifária e não tarifária sobre praticamente todo o comércio. O GATT não endossa, porém, áreas preferenciais de comércio, por serem consideradas prejudiciais ao comércio internacional.

Além do PTA anteriormente mencionado, são os seguintes os agrupamentos formados segundo as descrições acima: (1)

(1) Ver Altemani de Oliveira, Henrique- Os organismos de integração econômica regional na África. Revista CEA/USP, 1986.

- União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC), compreendendo o Congo, Gabão, Camarões e a República Centro-Africana;

- Comunidade da África do Leste (CAE), entre o Quênia, Tanzânia e Uganda;

- Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), compreendendo a Costa do Marfim, Burkina-Faso, Mália, Mauritânia, Níger e Senegal;

- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), ultrapassando tanto barreiras linguísticas quanto coloniais e compreendendo o Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Burkina Faso, Guiné, Guiné-Bissau, Gâmbia, Gana, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e São Tomé e Príncipe;

- Grupamento Econômico dos Grandes Lagos entre Ruanda, Burundi e Zaíre;

- União do Rio Mano entre Serra Leoa e Libéria.

A CAE já não existe mais, enquanto os outros apenas vegetam, sem produzir mudanças significativas na situação econômica e social de seus membros. Não prosperam porque a teoria que os lastreou, não contou com a contínua existência das ex-estruturas coloniais. Se a teoria diz que a soma de mercados seria suficiente para gerar atividade econômica voltada para dentro, principalmente a atividade industrial, em econo-

mias sofisticadas como as européias, ela não funciona quando se trata de economias débeis, desarticuladas internamente, como observado acima, pelas relações coloniais que permaneceram intactas depois da independência e incapazes, por causa dos termos de intercâmbio constantemente desfavoráveis, de gerar recursos para financiar o desenvolvimento, deficiência que a ajuda externa não cobriu.

Além das considerações acima, faltaram aquelas iniciativas de união política, fator essencial para evitar desequilíbrios internos. Na ausência de tal união, a distribuição de benefícios tende a favorecer o país membro com base econômica superior. Além da capacidade de investimento doméstico, os fatores que influenciam decisivamente a localização de indústria são concentrações de mercado e a qualidade e densidade da infra-estrutura econômica e social, fatores que, com o tempo e na medida que projetos industriais se completam, pesam crescentemente em favor da economia mais forte.

Para compensar essa situação, a criação de uma autoridade política supranacional com legitimidade em todo o grupo é necessária para resolver questões delicadas de localização de projetos e assegurar o compartilhamento equitativo dos pontos da União. Foram justamente os desequilíbrios causados pela ausência de um guarda-chuva político é que causou o esfacelamento da Comunidade da Africa do Leste (CAE). O problema do país prejudicado foi bem colocado pelo Presi-

dente Nyerere da Tanzânia, quando disse: (1) "Tanganika não pode ser impedida de ter sua própria indústria têxtil, açucareira e de cimento só porque o Quênia e Uganda as possuem, porque então a Tanganika não terá nada e tudo que precisar terá de comprar no Quênia e em Uganda". Por seu lado, Uganda, na véspera das eleições presidenciais de 1963, não aderiu, por causa de ataques do partido oposicionista, ao acordo para aumentar o imposto de venda sobre o açúcar. Sidney Dell, no livro já mencionado acima, observou que, mesmo nos Estados Unidos, o desenvolvimento superior da indústria dos Estados do Norte os favoreceu ao longo de quase dois séculos em detrimento do Sul, cuja base industrial assemelha-se em muitos aspectos à de um país em desenvolvimento. Assim, união econômica sem união política desemboca invariavelmente numa proliferação de indústrias que acabam tornando oco os propósitos da iniciativa, quais sejam, a alocação racional e eficiente de recursos escassos.

A SADCC seguiu caminho distinto. Adotou forma de organização conhecida por programação setorial. Os proponentes desse sistema afirmam que a programação setorial é o sistema mais adequado de apoio recíproco entre países em desenvolvimento e de cooperação "sul-sul".

(1) Ng'andwe, C. - Financial Integration and Development in SADCC and PTA Countries, in SADCC-Prospect for Disengagement and Development in Southern Africa, pg.185, New York, 1987.

A programação setorial se limita a aprofundar um ou alguns setores de atividades em vez de alargar o movimento integracionista. Visa gerar benefícios líquidos na região através do incentivo à capacidade produtiva com repercussão regional, permitir a distribuição equitativa dos benefícios ao alocar entre os países membros unidades de produção e atribuir tarefas a cada participante.

Alguns estudiosos apóiam esse método de integração regional. VAFISOS (1978), por exemplo, sustenta que a integração de países em desenvolvimento deve concentrar-se em áreas claramente identificadas ou em projetos específicos tendo como apoio uma visão programática orientada em grandes linhas para o desenvolvimento. (1)

Elaborando um pouco mais esse conceito, a autora deste trabalho sugere que os fundadores originais da SADCC, conscientes das experiências fracassadas de integração regional em outras partes da Africa, bem como das realidades e limitações políticas e econômicas de cada um, resolveram substituir a teoria pelo pragmatismo, descartaram a camisa de força das soluções prontas, da necessidade de recorrer a modelos pré-determinados em favor do factível, daquilo que consideraram, em termos de economia política, fundamental para atingir

(1) autor citado em Chitala, Derrick - The Political Economy of the SADCC and Imperialism's Response, in SADCC-Prospect for Disengagement and Development in Southern Africa. New York, 1987.

seu objetivo comum e prioritário, qual seja, evitar ser traga-
do pela Africa do Sul.

Assim, antes mesmo de definirem o marco insti-
tucional da organização que desejavam criar, os fundadores se
puseram de acordo sobre o ponto determinante da dependência da
Africa do Sul, qual seja, o setor transportes e comunicações.

I.3 - Os objetivos, as metas e a estrutura organizacional

A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da Africa Austral - SADCC, foi estabelecida em 1º de abril de 1980, quando assinaram a Declaração de Lusaka os Chefes de Estado e Governo dos seis países da Linha de Frente (Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), além do Maláue, do Lesoto e da Suazilândia. A Namíbia, o 10º país membro, só aderiu em maio de 1990, depois de sua independência, em 21 de março do mesmo ano.

Cabe reproduzir os objetivos que motivaram os nove alto signatários originais, expressos na Declaração de Lusaka.

O objetivo geral é o de "perseguir políticas visando à libertação econômica e ao desenvolvimento integrado de nossas economias nacionais". As metas específicas são:(1)

- reduzir a dependência econômica sobretudo, mas não somente da Africa do Sul;

- desenvolver vínculos com vistas ao estabelecimento de uma integração regional genuína e equitativa;

- mobilizar recursos para a promoção de políticas nacionais, inter-estatais e regionais;

(1) Declaração de Lusaka, 01.04.80.

- concertar ações visando assegurar cooperação internacional no contexto da estratégia econômica.

As finalidades acima transcritas merecem alguns breves comentários.

Duas metas são claramente definidas: liberação econômica principalmente, mas não somente, da África do Sul e desenvolvimento integrado da região.

A liberação econômica da África do Sul é a meta prioritária, pois sem ela a segunda - desenvolvimento integrado - não poderá ser alcançada. Duas das quatro metas se referem especificamente à liberação econômica, refletindo menos aspirações de progresso material e mais a preocupação com a defesa política dos Estados-membros contra os objetivos de dominação regional da África do Sul segregacionista. Portanto, a SADCC teve, na sua origem, objetivo político, como sua finalidade precípua.

A integração regional, enfeixada nas outras duas metas, é mais específica e visa dar aos Estados-membros os meios econômicos para atingir o principal objetivo, de natureza política.

Vê-se, assim, que os fundadores da SADCC tinham em mente criar mecanismo de defesa política contra potên

cia externa, no caso a África do Sul, percebida por todos como ameaça iminente, sendo que a vinculação econômica seria o meio para atingir esse objetivo. Forjar esses vínculos era essencial para evitar que os membros sucumbissem separadamente ao poder econômico da África do Sul, que, constantemente, procura enfraquecer o repúdio internacional ao apartheid oferecendo-lhes parcerias e vantagens econômicas ou, falhando estas, intimidação política e militar. Pois o que seria dessa luta pela grande causa de livrar a comunidade internacional de um regime desumano quando a voz das próprias vítimas era amortecida pela dependência econômica?

Outro aspecto a observar é que a SADCC, embora parte integrante da luta contra o apartheid, não é em si instrumento de agressão contra a África do Sul e sim concebida como organização defensiva e não militar. No entanto, foi vista pela África do Sul como contestação de seu direito natural de potência hegemônica regional e, em consequência, alvo de sua agressão econômica e militar.

No que tange à estrutura organizacional da SADCC, esta foi formalizada através de Memorandum de Entendimentos assinado em julho de 1981, em Salisbury (hoje Harare), quando foram criadas as seguintes instituições:

Cimeira de Chefes de Estado e Governos

É a instituição suprema da SADCC, responsável pela direção e controle geral das funções da SADCC e pelo cumprimento de seus objetivos. Composta pelos Chefes de Estado e de Governo de todos os Estados-membros, reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, geralmente no mês de julho.

Conselho de Ministros

É o órgão responsável pela política e coordenação geral da SADCC, pela supervisão de suas instituições e pela supervisão da execução de seus programas. Os membros do Conselho são os Ministros de cada país-membro, responsáveis por assuntos econômicos em seus países.

O Conselho reúne-se pelo menos duas vezes por ano, uma antes da Conferência Consultiva Anual e, a segunda, antes da Cimeira de Chefes de Estado.

O Conselho é responsável pela aprovação de programas e projetos para a SADCC e pela designação de Estados-membros para coordenar atividades nos vários setores, e pela indicação de Comitês Ministeriais para programas em áreas setoriais, que permanecem subordinados ao Conselho.

Cabe ao Conselho ainda a convocação dos Go-

vernos doadores de cooperação e agências internacionais para participarem nas Conferências Consultivas Anuais.

Comitê Permanente de Altos Funcionários

Composto por altos funcionários dos Estados-membros, o Comitê é responsável por auxiliar o Conselho de Ministros . O Comitê pode indicar sub-comitês de funcionários para desenvolver programas em determinadas áreas, que os reportará os resultados obtidos.

O Comitê de Altos Funcionários geralmente reúne-se para preparar as reuniões do Conselho de Ministros.

Comitês Setoriais e Comissões Setoriais

As atividades dos programas setoriais são dirigidas por um Comitê Setorial de Ministros. O Ministro que representa o setor coordenado por seu país é o Presidente do Comitê Setorial de Ministros.

Comissões Setoriais podem ser estabelecidas pelo Conselho de Ministros se e quando necessárias, através de convenção ou outro instrumento aprovado pelo Conselho e ratificado pelos Estados-membros. As Comissões Setoriais são instituições regionais, apoiadas por todos os Estados-membros e o recrutamento de pessoal para participar nas atividades das

Comissões é também regional. Os Comitês Setoriais e as Comissões deverão reportar-se ao Conselho de Ministros.

Secretaria Geral

Uma pequena Secretaria foi estabelecida em Gaborone, Botsuana, responsável pela coordenação geral da execução das tarefas da SADCC e pela ligação com outras instituições da SADCC. Ela é especialmente responsável por servir o Conselho de Ministros e a Reunião de Chefes de Estado e de Governos, incluindo o acompanhamento da implementação de suas decisões.

A Secretaria Geral é chefiada por um Secretário-Executivo indicado na Reunião de Chefes de Estado e de Governos.

Conferência Consultiva Anual

Tendo estabelecido suas prioridades e acertado seus objetivos, a SADCC busca cooperação por parte da comunidade internacional, para a implementação de seus programas regionais. Com essa finalidade, a SADCC realiza uma Conferência Consultiva Anual com a participação de países cooperantes e de agências internacionais. De acordo com o Memorandum de Entendimentos de julho de 1981, a Conferência Consultiva Anual "constitui um mecanismo para a inspeção dos resultados ,

avaliação da execução, identificação dos pontos fortes e fracos e acordos para planos futuros". Durante a Conferência os países cooperantes são informados sobre o progresso da cooperação regional, projetos são apresentados com vistas à obtenção de financiamento e os problemas enfrentados na execução dos projetos, de qualquer natureza, são discutidos nessa oportunidade. O formato da Conferência é flexível, havendo sessões plenárias e grupos de trabalho setoriais; mas o objetivo é manter um diálogo constante entre os Estados-membros da SADCC e seus parceiros internacionais.

A própria estrutura da SADCC reflete o pragmatismo que a inspirou. Os órgãos diretores criados pelos Chefes de Estado exigem nenhuma ou quase nenhuma burocracia. Dos cinco (Cimeira de Chefes de Estado e Governos, Conselho de Ministros, Comitê Permanente de Altos Funcionários, Comissões Setoriais e o Secretariado), somente os dois últimos requerem funcionários permanentes, mesmo assim em número reduzido. Como observou o Comunicado Oficial da cúpula de Harare (1981): " (Essas) instituições fornecerão à SADCC mecanismo efetivo e flexível de consultação regional e de tomada de decisões. A SADCC rejeitou a criação de burocracia central custosa e optou por sistema que confere responsabilidade para a implementação de seus programas aos Governos dos Estados-membros".

Ao explicar o papel das Comissões, o Presidente Masire disse: "Elas devem ser estabelecidas somente

quando for provado haver necessidade real. Essa maneira realista de encarar a criação de comissões, que virão somente após verificar-se realizações concretas no setor, promete certamente maior dinamismo do que um sistema em que os Governos reajam a propostas apresentadas por burocratas encastelados numa burocracia central".

O Presidente Nyerere, da Tanzânia, ao apoiar a descentralização, disse: "Nosso trabalho tem de ser - como disse Vossa Excelência (Presidente Masire), flexível, pragmático e descentralizado. O Secretariado tem de ser pequeno, mas efetivo ao nos servir. Tem de substituir quantidade por qualidade. No final das contas, porém, só poderá ser efetivo se nós, nos nossos países, nas comissões funcionais, cumprirmos bem nossas tarefas".

Na mesma Cimeira de julho de 1981 os Chefes de Estado e Governos acordaram distribuir responsabilidades entre os Estados-membros. Em estrita adesão ao pragmatismo que os inspirou, essa distribuição de responsabilidades obedeceu ao critério da descentralização. No discurso inaugural como Presidente da Cimeira, o Presidente do Botsuana, Quett Masire, disse:

"Não tenho dúvida que nossa decisão de descentralizar os programas da SADCC é correta. Descentralização significa que, na medida em que a SADCC cresce, a organização se tornará progressivamente visível na região. Essa visibilidade será as-

segurada, acredito, não tanto por meio de obras físicas, mas através de atividades e realizações que beneficiem diretamente nosso povo. Estou igualmente convencido de que o caminho a seguir em matéria de desenvolvimento setorial é o de conferir tantas atividades quanto possível aos Estados-membros, enquanto não se criem órgãos especializados de coordenação".

De acordo com essa estratégia, uma divisão de trabalho, segundo os interesses, recursos e, num grau menor, especialidades, evoluiu naturalmente. Essa distribuição, que pode ser vista no quadro abaixo, visa criar formas constitutivas de independência, e não vínculos de exploração. Nas palavras do falecido Seretse Khama:

" Entre parceiros iguais há escopo para uma divisão de trabalho e especialização genuína. Nenhum participante deverá temer ser explorado. Todos tirarão benefício do sistema. Nenhum Estado independente da Africa Austral é suficientemente grande para trilhar o caminho da autarquia. Entre parceiros genuínos, agindo coordenadamente, não há nada de mal na interdependência recíproca. É a dependência unilateral do fraco relativamente ao forte que destrói a auto-confiança, dilui a iniciativa e distorce o desenvolvimento".

Distribuição de tarefas entre os
Estados-membros (Mem.Ent. 1981)

- Quadro nº 1 -

<u>PAÍS</u>	<u>ÁREA DE RESPONSABILIDADE</u>
Angola	Políticas Energéticas
Botsuana	Agricultura e terras áridas, controle de doenças animais, sede do Secretariado.

Lesoto	Utilização e conservação de solos, Turismo
Maláue	Pesca de água doce e fauna
Moçambique	Transportes e Comunicações
Namíbia *	Pesca marítima, estudos oceanográficos
Suazilândia	Desenvolvimento de mão-de-obra e treinamento
Tanzânia	Programas de industrialização
Zâmbia	Projetos para o Fundo de Desenvolvimento, Mineração
Zimbábue	Coordenador do Setor Agricultura e Alimentação, Plano para Segurança Alimentar, Impressão de Documentos

* Aderiu à SADCC em 1990, e a área de responsabilidade só lhe foi atribuída em maio de 1991.

Outro aspecto positivo da descentralização é que ela favorece a repartição equitativa dos custos administrativos, tanto físicos quanto financeiros, da Organização.

Logo nos primeiros tempos da SADCC, surgiu o temor de que o Zimbábue, longe o Estado economicamente mais poderoso, poderia vir a monopolizar não só a estrutura organizacional, como também atrair os melhores projetos e, sobretudo, assumir o controle financeiro da Conferência. Dirigentes do Lesoto levantaram abertamente a suspeita de que o Zimbábue viesse dominar a Organização, suspeitas que foram, porém, dissipadas por outros membros, que os convenceram de que a estru-

tura da SADCC e o compromisso político que a inspirou tornava tal evento impossível. Com efeito, se o critério de alocação de tarefas e projetos fosse única e exclusivamente o do custo-benefício e racionalidade econômica, o Zimbábue seria o país mais indicado para desempenhar o papel de líder. Se assim fosse, a SADCC muito provavelmente sofreria o mesmo destino da Comunidade da África do Leste (CAE), que se desfez por tentar dirigir-se apenas por critérios econômicos e por faltar-lhe entendimento prévio entre seus membros sobre a necessidade política de distribuição equitativa de benefícios.

Outro fator de descentralização se refere à criação de comissões setoriais para assumir tarefas demasiadamente pesadas para qualquer um dos membros, individualmente. A Comissão da África Austral para Transportes e Comunicações - SATCC é o exemplo concreto. A Comissão tem sede em Maputo, uma vez que coube a Moçambique, onde estão situados os principais portos do grupo, a responsabilidade de coordenar o setor transportes e comunicações. Futuras comissões serão estabelecidas nos países incumbidos da área específica, na medida que as respectivas tarefas assumam prioridades mais elevadas. A própria SADCC não tem uma sede principal, cabendo a Gaborone abrigar pequeno Secretariado. Assim, cada Estado poderá mostrar, dentro de suas fronteiras, atividade real resultante de sua participação na sua Organização.

I.4 - As áreas de atração

A Declaração de Lusaka, documento constitutivo da SADCC, diz que a motivação principal por trás da iniciativa foi o reconhecimento de que "a dominação da República da África do Sul foi reforçada pelo seu sistema de transporte".

Prosseguindo na leitura do documento, vê-se que os signatários expressam a preocupação de que era impraticável levar avante programas de cooperação em outras áreas "... sem o estabelecimento de um sistema regional adequado de transportes e comunicações..." independente da África do Sul. Decidiram criar, em consequência, na própria Declaração de Lusaka, a Comissão da África Austral para Transportes e Comunicações. Embora tivesse sido prevista a criação de outras organizações setoriais, principalmente para tratar de questões relativas ao comércio, agricultura, recursos naturais, energia, indústria e treinamento, todos os esforços iniciais concentraram-se em transportes e comunicações. A Comissão da África Austral para Transportes e Comunicações - SATCC foi formalmente estabelecida em junho de 1981, um mês antes da de finição da estrutura organizacional da SADCC, sublinhando assim a prioridade conferida ao setor. A Comissão é o órgão setorial de nível mais importante, pois tem orçamento próprio, alimentado com contribuições obrigatórias dos Estados-membros.

Em face da proeminência dada a transportes e comunicações, descrição pormenorizada do funcionamento da SATCC, os problemas enfrentados, realizações e perspectivas será feita mais adiante. Nesta altura, apenas alguns comentários sobre a significação econômica do setor para a região.

Conforme mencionado acima, o convênio que estabeleceu a SATCC foi assinado em junho de 1981, que tem por objetivos:

- procurar coordenadamente soluções para os problemas de transportes e comunicações da região;

- fornecer meios econômicos e eficientes de transportes e comunicações para a região;

- alcançar auto-suficiência no que se refere ao treinamento e desenvolvimento de mão-de-obra técnica para operar eficientemente os meios de transporte e comunicações da região;

- estimular a utilização eficiente dos recursos disponíveis para o melhoramento dos transportes e comunicações da região.

Embora o mandato da SATCC incluía também telecomunicações, serviços postais e meteorologia, o papel do transporte é de longe o mais importante, para atividades econômicas da região. Essa importância é refletida no volume do programa

de investimento em desenvolvimento.

Como órgão regional, a SATCC interessa-se predominantemente nos meios de transporte e nas operações correspondentes que servem de tráfego trans-fronteiriço dos Estados-membros. Recente estudo do Banco Mundial (1) tentou quantificar a extensão e a importância desse sistema, com o objetivo de avaliar a viabilidade financeira dos corredores de transporte da SADCC.

De acordo com o Banco, os principais corredores de transporte do sistema da SADCC tinha valor de reposição, em 1988/89, de US\$ 298 bilhões. As rodovias, excluindo os veículos transportadores, foram avaliadas em US\$ 20 bilhões, e as ferrovias, em US\$ 8 bilhões. Embora o valor das rodovias seja consideravelmente maior, são as estradas de ferro as responsáveis pelo transporte de 90% da carga internacional dentro da região.

Outro indicador da importância dos corredores de transporte da SADCC pode ser inferido do volume de atividade econômica que representa. De acordo com o mesmo estudo do Banco Mundial, o custo operacional das ferrovias que servem de corredores para o transporte de carga internacional foi avalia

(1) "SADCC Transport Corridors: Study of Financial Strategy" - Draft Final Report; World Bank, November, 1990.

do em US\$ 255 milhões em 1988/89. Adicionando o custo do transporte por rodovia e o custo de operação dos portos, a cifra atinge US\$ 350 milhões, equivalente a 2% dos PIB's somados dos países membros, de US\$ 19 bilhões. Os corredores, ademais, empregam de 1-2% de mão-de-obra regional, percentagem que aumenta se for levado em consideração o tráfego doméstico.

Em resumo, a importância do setor de transporte regional reside no fato de viabilizar os setores produtivos no vasto capital acumulado, na grande quantidade de investimento necessário para manter e expandir a rede e, finalmente, na sua capacidade de gerar emprego.

A Declaração de Lusaka especifica outras áreas para atuação coordenada. Ao enumerá-las e justificando brevemente sua escolha, os Chefes de Estado têm o cuidado de deixar claro que cada uma será atacada de forma pragmática e que os compromissos anteriores de cada Estado-membro será levado em consideração. Assim, no que tange ao comércio, diz a Declaração:

" ...Para o desenvolvimento do intercâmbio comercial, nós reconhecemos que muitos de nós já possuem arranjos comerciais e alfandegários bilaterais e multilaterais. Contudo, apesar dessas dificuldades, acreditamos que possa haver aumento substancial das trocas entre nós. Para esse fim, os sistemas de pagamento existentes e os instrumentos aduaneiros serão estudados com vistas a encontrar meios de montar um sistema regional de comércio baseado em metas anuais e em listas de produtos negociados bilateralmente".

Apesar de reconhecer a importância da agricultura, a Declaração de Lusaka não traça nenhum plano de ação, limitando-se a observar que "a maioria dos povos da Africa Austral depende da agricultura e da pecuária. O seu modo de vida futuro é ameaçado pela degradação do meio ambiente e, em particular, pelo avanço do deserto, assim como pelo ciclo periódico da seca. Ainda hoje, poucos Estados da região são auto-suficientes em alimentos básicos. Tanto a proteção do meio ambiente como a segurança alimentar são os desafios principais, tanto no nível nacional como no regional". Pede, porém, que o Centro Internacional de Pesquisa Agrária dos Trópicos Semi-Áridos (ICRASAT) estabeleça o Centro Regional da Africa Austral no Botsuana.

No que concerne à pecuária, a Declaração de Lusaka vai pouco além. Fala sobre a necessidade de produzir vacinas para combater a febre aftosa, tida como a principal doença a afetar a região (importantes setores populacionais dependem unicamente do gado). Responsabilidade para a produção da vacina é atribuída ao Botsuana, bem como "uma abordagem coordenada para seu controle e eliminação urgentes".

Estende-se também a Declaração sobre a pesquisa e treinamento, bem como sobre a troca de informações, sem no entanto traçar planos precisos. Afirma apenas que é "questão urgente identificar formas para a coordenação dessas atividades" e decide "dar atenção especial à participação

comum nas facilidades de formação e pesquisa, para reforçar programas de proteção do meio-ambiente e para aumentar a produção alimentar".

No campo da segurança alimentar, a Declaração também dá atenção prioritária à possibilidade de coordenar políticas de reservas nacionais e de facilitar trocas interestaduais.

No que diz respeito a recursos naturais e bacias hidrográficas comuns, a Declaração limita-se a dizer que "empreenderemos projetos concertados" com a finalidade de explorá-los.

Por fim, a Declaração propõe estimular a troca de informações sobre mineração, indústria, energia e agricultura, "a fim de chegar-se a soluções a nível regional".

CAPÍTULO II

O desempenho da SADCC em sua primeira década (1980-1990)

O presente Capítulo descreve a extensão das dependências principais dos países-membros da SADCC da África do Sul e o êxito da Organização em reduzir ou eliminá-las, nos 10 anos que intercederam entre sua criação e a última Conferência Consultiva Anual, que teve lugar em Windhoek, Namíbia, em janeiro de 1991. Particular ênfase é dada à área de Transportes e Comunicações, pois foi esta a chave do sistema de dominação identificada na Declaração de Lusaka, cuja substancial redução seria necessária para que os Estados-membros pudessem ao mesmo tempo prosseguir na tarefa de expandir e aprofundar sua meta última, qual seja a de integração econômica. Portanto, êxito maior ou menor em assegurar a saída dos produtos de exportação dos 6 países mediterrâneos (Botsuana, Lesoto, Maláue, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue) determinaria o êxito maior ou menor da Organização.

O comércio exterior e a importação de mão-de-obra figuram como grandes dependências da África do Sul, seguindo-se ao setor transportes e comunicações.

Finalmente, descreve , em linhas gerais, o desenvolvimento do Programa de Ação nas demais áreas estabelecidas pela SADCC, quais sejam, o setor de agricultura e ali mentação, energia, mineração e turismo.

II.1 - Dados básicos dos Estados-membros

Uma comparação dos dados básicos dos Estados-membros da SADCC com os da África do Sul é necessária desde o começo, para salientar as realidades econômicas da região como um todo e para permitir a análise de tendências.

QUADRO 1

PAÍSES DA SADCC E A AFRICA DO SUL
INDICADORES BÁSICOS: 1989

	<u>População</u> mil.	<u>Área</u> km ²	<u>PIB/Cap</u> US \$	<u>PIB</u> US \$ bil.	<u>Expectativa</u> <u>de Vida</u> (Anos)
Angola	9.2	1,247	470	4.32	44
Botswana	1.3	582	2,216	4.88	59
Lesoto	1.8	30	87	0.14	56
Maláve	8.4	118	160	1.31	46
Moçambique	14.3	802	136	1.89	44
Namibia	1.5	823	1,290	1.66	49
Svazilândia	0.7	17	936	1.66	55
Tanzânia	28.3	945	105	2.97	50
Zâmbia	7.2	753	250	1.80	53
Zimbábve	10.0	391	580	5.80	58
SADCC	82.7	5,708	282	23.30	49.5
África do Sul (1988)	35.9	1,100	2,437	87.5	

Fonte: Relatório Anual de Progresso da SADCC
1989/1990.

O quadro revela os fatos básicos do poder econômico da região. A África do Sul, com menos da metade da população total dos países da SADCC, tem um Produto Interno Bruto mais de três vezes e meia a do conjunto. Ademais, a renda per capita da África do Sul é mais de 8 vezes superior à média dos 10 países. É interessante notar, porém, que, em 1988, a renda per capita da África do Sul era ligeiramente maior do que a do Botsuana, o país mais próspero da SADCC, o que revela a enorme disparidade na distribuição de riqueza naquele país, com grande parte de sua população possuindo condições de vida pouco melhores das que as da massa de cidadãos dos Estados-membros da SADCC.

O Quadro 2, complementando o Quadro 1, mostra a estrutura econômica da SADCC e da África do Sul.

QUADRO 2

SADCC e a África do Sul: Distribuição do PIB em 1987 (%)

	Agricultura	Indústria	Serviços
África do Sul	6	44	50
SADCC	25	32	43

Fonte: World Development Report 1987

Os Quadros 3 e 4 procuram mostrar o desempenho econômico dos Estados-membros da SADCC.

QUADRO 3

PIB REAL (EM US\$ MILHÕES A PREÇOS DE 1980)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Angola	9.221	9.319	9.460	10.030	9.610	6.127	5.443	5.564	5.817	5.967
Botswana	224	266	352	428	514	507	583	596	707	792
Lesoto	181	190	190	240	266	230	256	311	368	379
Maláve	679	791	837	861	924	981	1.028	1.076	1.185	1.251
Moçambique	====N/A====									
Svaziland	364	408	431	479	495	509	498	504	571	569
Tanz	3.730	3.842	4.125	4.343	4.434	4.613	4.764	4.785	4.874	5.009
Zâmbia	3.387	3.387	3.706	3.674	3.915	3.824	4.055	3.865	3.894	3.772
Zim	4.077	4.435	4.810	4.954	5.273	5.165	5.180	4.812	4.675	4.807
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987		
Angola	6.307	6.171	6.517	6.611	6.778	7.141	n/a	n/a		
Botswana	903	981	957	1.185	1.424	1.507	1.693	1.773		
Lesoto	382	376	380	363	393	400	423	427		
Maláve	1.250	1.184	1.211	1.260	1.327	1.388	1.400	1.406		
Moçambique	2.414	2.419	2.338	2.044	2.079	1.890	1.918	1.991		
Svaziland	542	578	585	580	603	623	669	685		
Tanzânia	5.138	5.116	5.149	5.042	5.215	5.364	5.566	5.786		
Zâmbia	3.885	4.122	4.012	3.930	3.911	3.967	3.981	3.975		
Zimbabwe	5.355	6.026	6.230	6.293	6.203	6.497	6.668	6.668		
TOTAL	26.176	26.973	27.379	27.308	27.933	28.777				

QUADRO 4

CRESCIMENTO DO PIB (VARIÇÃO PERCENTUAL)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Ang	-3.6	-1.1	2.2	4.5	2.6	5.7	-2.2	5.6	1.4	2.5	5.4	n/a	n/a
Bot	-1.4	1.5	2.2	1.9	1.2	1.4	8.6	-2.4	2.4	2.0	5.8	1.2	4.7
Les	-1.3	1.1	2.1	1.8	3.0	8.0	-1.6	1.1	-4.5	8.3	1.8	5.8	9.0
Mal	6.2	4.8	4.7	1.0	5.6	-1.0	-5.3	2.3	4.0	5.3	4.6	9.0	4.0
Moç	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	2.0	-3.3	-1.26	1.7	-9.1	1.5	3.8
Svz	2.8	-2.2	1.2	1.3	-4.0	-4.7	6.6	1.2	-9.00	4.0	3.3	7.4	2.4
Tza	4.0	3.3	4.0	1.9	2.8	2.6	-4.0	6.0	-2.1	3.4	2.9	3.8	4.0
Zmb	-2.3	6.0	-4.7	8.0	-3.1	3.0	6.1	-2.7	-2.0	-5.0	1.4	4.0	-2.0
Zve	-2.0	3.0	-7.1	-2.8	2.8	1.1	1.2	3.4	1.0	-1.4	4.7	2.6	n/a

Fonte: UNDP/World Bank, Africa Economic and Financial Data, Washington, 1989

Tomados em conjunto, os dois quadros salientam o fato de que os anos 80 foram período de fraco desempenho econômico para os países da SADCC. Com efeito, a década foi de crise para Angola e Moçambique. O Quadro 3 mostra que, em 1985, o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola foi 20% mais baixo que o nível alcançado em 1973. No que diz respeito a Moçambique, seu PIB caiu em 15% de 1982 a 1987. Esses dois países foram o principal alvo da política sul-africana de desestabilização. As perdas sofridas direta ou indiretamente como resultado das agressões da África do Sul foram calculadas, de acordo com relatório da Comissão Econômica da África nas Nações Unidas em US\$ 30 bilhões (Angola) e US\$ 15 bilhões (Moçambique, no período de 1980 a 1988. O mesmo relatório informa que os demais membros da SADCC sofreram perdas conjuntas no mesmo período, de US\$ 17,5 bilhões. (1)

A agressão sul-africana, aliada a fatores adversos, nacionais e internacionais, explicam a estagnação generalizada desses países. Somente o Botsuana, cuja economia está baseada na exportação de diamantes, logrou desempenho aceitável no período de 1980 a 1987, tendo quase dobrado seu Produto Interno Bruto.

Outro fator que inibiu consideravelmente o crescimento econômico dos 10 países foi taxa de crescimento

(1) South African Destabilization: the economic cost of front line resistance to apartheid, United Nations, 1989.

populacional de 2,5% a 3,5% ao ano, contribuindo para que o padrão de vida declinasse constantemente, como mostra o Quadro 5.

QUADRO 5

PIB PER CAPITA (EM US\$ MILHÕES A PREÇOS DE 1980)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Angola	1.650	1.617	1.592	1.638	1.520	940	807	798	806	799
Botswana	360	410	522	613	707	672	746	736	842	910
Lesoto	170	175	170	211	228	193	209	249	286	287
Maláve	150	170	175	174	182	187	190	193	207	212
Mozambique										
Suazilândia	867	948	973	1.054	1.058	1.057	1.001	985	1.079	1.043
Tanzânia	276	275	286	291	288	289	289	281	277	276
Zâmbia	814	790	838	806	833	789	812	750	733	689
Zimbábue	777	821	865	866	895	852	830	749	707	706
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987		
Angola	817	779	803	794	794	816	n/a	n/a		
Botswana	1.002	1.051	991	1.186	1.377	1.409	1.530	1.547		
Lesoto	282	271	266	248	261	259	267	262		
Maláve	205	189	187	188	192	194	190	184		
Mozambique	199	195	183	156	155	137	135	137		
Suazilândia	961	992	972	931	937	937	971	961		
Tanzânia	274	264	256	243	243	241	242	242		
Zâmbia	688	705	663	628	604	592	573	553		
Zimbábue	764	829	827	805	765	773	766	741		

Fonte: UNDP/World Bank, Africa Economic and Financial Data, Washington, 1989.

O Quadro revela que, a exceção do Botswana, o Produto Interno Bruto de todos os países-membros da SADCC caiu durante a década de 80. No caso de Angola, o Produto In

terno Bruto per capita em 1989 era metade do de 1975 (vide Quadro 1), enquanto Moçambique alcançou o status de país mais pobre da Organização, com um Produto Interno Bruto per capita, em 1987, dois terços do nível já extremamente modesto daquele atingido em 1980.

QUADRO 6

PNB PER CAPITA (EM US\$ MILHÕES DE 1980)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	817	777	799	791	792	816	n/a	n/a
Botswana	935	906	997	1.141	1.231	1.238	1.386	1.573
Lesoto	476	479	519	494	502	475	463	452
Maláve	189	172	172	173	177	169	167	194
Moçamb	197	189	177	149	148	131	129	106
Svazilândia	948	1.004	995	969	1.007	997	1.053	1.044
Tanzânia	273	264	256	242	243	241	242	244
Zâmbia	636	688	631	596	560	542	465	454
Zimbábue	754	809	798	777	743	744	734	714

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data, Washington, 1989.

O Quadro 6 salienta esses fatos. A diferença entre este e o anterior é que o Produto Nacional Bruto per capita inclui transferências do exterior. O Quadro ilustra claramente a importância, para vários dos países da SADCC, das remessas de trabalhadores migratários na África do Sul. O caso do Lesoto é particularmente interessante a esse respeito, pois

seu Produto Nacional Bruto é 1,7 vezes maior do que o Produto Interno Bruto.

Os Quadros 7 e 8 mostram as tendências nos dois setores mais importantes das economias dos países da SADCC, quais sejam, agricultura e indústria.

QUADRO 7

PRODUÇÃO AGRÍCOLA: VALOR AGREGADO (EM US\$ MILHÕES DE 1980)

	1975	1976	1977	1978	1979			
Angola	2.054	2.039	2.106	2.132	2.132			
Botswana	115	114	119	112	112			
Lesoto	88	83	105	117	121			
Maláve	315	356	396	408	421			
Moçambique	-	-	-	-	-			
Suazilândia	====N/A=====							
Tanzânia	2.057	1.949	1.972	1.939	1.954			
Zâmbia	547	585	592	595	563			
Zimbábue	716	797	627	691	691			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	2.187	2.156	2.309	2.313	2.457	2.587	-	-
Botswana	107	97	92	77	66	62	62	64
Lesoto	90	88	77	85	92	96	84	88
Maláve	393	361	384	382	424	426	431	439
Moçamb	1.129	1.099	1.037	868	784	630	-	-
Suazil	====N/A=====							
Tanzânia	2.030	2.050	2.077	2.136	2.222	2.356	2.491	2.600
Zâmbia	552	597	527	572	604	625	681	674
Zimbábue	702	801	744	627	772	956	907	738

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989

QUADRO 8

PRODUÇÃO INDUSTRIAL: VALOR AGREGADO (EM US\$ MILHÕES DE 1980)

	1975	1976	1977	1978	1979			
Angola	1.531	1.221	1.294	1.355	1.418			
Botswana	173	215	207	309	327			
Lesoto	25	34	55	64	76			
Maláve	174	168	177	198	199			
Moçambique	-	-	-	-	-			
Suazilândia	-	-	-	-	-			
Tanzânia	689	761	743	735	777			
Zâmbia	1.654	1.700	1.585	1.654	1.569			
Zimbábue	1.989	1.900	1.757	1.684	1.777			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	1.531	1.498	1.529	1.503	1.488	1.567	-	-
Botswana	375	444	413	615	818	848	990	1.040
Lesoto	83	70	88	56	64	70	85	83
Maláve	200	196	197	203	202	217	232	215
Moçambique	306	323	294	253	238	204	-	-
Suazilândia	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanzânia	774	715	709	597	634	610	636	663
Zâmbia	1.605	1.684	1.674	1.623	1.587	1.600	1.574	1.585
Zimbábue	1.942	2.076	2.062	2.012	1.955	2.074	2.151	2.232

Fonte: UNDA/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989

O Quadro 7 revela um declínio ou incremento muito modesto da produção agrícola, com exceção do Zimbábue, que ostenta aumento significativo de sua agricultura depois da independência, em 1980.

No Quadro 8, relativos aos índices industriais, o Botswana é o único país que logrou realizar progresso significativo na expansão de sua produção industrial nos anos 80. O desempenho de Moçambique nesse setor foi catastrófico,

tendo declinado, em 1985, a menos de dois terços dos níveis alcançados em 1981. Também a Tanzânia sofreu constante queda na produção industrial nos anos 80. O Quadro revela, ainda, quão vulnerável é o parque industrial da SADCC, dependente em grande parte de insumos importados, e estrangulado pela perpétua escassez de divisas.

QUADRO 9

EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (EM US\$ MILHÕES DE 1980)

	1975	1976	1977	1978	1979		
Angola	2.767	2.393	2.546	2.954	3.137		
Botswana	251	336	341	407	476		
Lesoto	28	38	27	58	80		
Maláve	230	248	221	209	231		
Mozambique	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a		
Suaílândia	343	356	310	309	315		
Tanzânia	855	887	695	664	677		
Zâmbia	1.608	2.043	1.986	1.858	1.659		
Zimbábue	n/a	1.620	1.538	1.598	1.331		
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Angola	3.251	3.142	3.087	3.135	3.162	3.229	n/a
Botswana	461	560	479	800	1.017	1.047	n/a
Lesoto	79	68	59	50	n/a	n/a	n/a
Maláve	307	252	227	235	312	295	282
Mozambique	399	372	410	244	154	148	158
Suaílândia	418	464	500	609	598	n/a	n/a
Tanzânia	676	836	641	570	553	478	455
Zâmbia	1.608	1.403	1.623	1.465	1.365	1.286	1.183
Zimbábue	1.623	1.748	1.793	1.797	1.679	n/a	n/a
							2.515

Fonte: ~~UNEP~~/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989

QUADRO 10

IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (EM US\$ MILHÕES DE 1980)

	1975	1976	1977	1978	1979			
Angola	1.341	1.399	1.456	1.755	1.848			
Botswana	374	411	396	450	556			
Lesoto	307	373	375	394	436			
Maláue	484	413	394	512	422			
Moçambique	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Svazilândia	293	352	336	416	487			
Tanzânia	1.442	1.257	1.253	1.694	1.385			
Zâmbia	2.806	2.094	2.069	1.713	1.563			
Zimbábue	n/a	1.399	1.407	1.404	1.340			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	1.875	1.929	1.740	1.792	1.820	1.717	n/a	n/a
Botswana	574	632	648	656	642	774	n/a	n/a
Lesoto	462	507	518	526	n/a	n/a	n/a	n/a
Maláue	480	373	356	362	338	403	303	323
Moçambique	844	851	932	751	639	537	765	n/a
Svazilândia	605	636	566	590	560	n/a	n/a	n/a
Tanzânia	1.353	1.324	1.274	975	1.063	1.240	316	1.301
Zâmbia	1.764	1.481	1.156	975	951	1.053	914	997
Zimbábue,	1.783	2.256	2.277	2.062	1.643	n/a	n/a	1.712

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

Os Quadros 9 e 10 se referem, respectivamente, às exportações e importações dos países da SADCC.

O Quadro 9 revela que os ingressos provenientes de exportações dos vários países - Lesoto, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, sofreram recuo no período, enquanto que os de outros mantiveram-se no mesmo nível. Por outro lado, os superávits angariados por Angola, um dos dois países que acusaram excedentes no seu comércio exterior, foram absorvidos pelo esforço de guerra.

A queda constante das rendas de exportação da grande maioria dos países reflete-se diretamente em sua capacidade de importar. O Quadro 10 mostra que Angola, Maláue, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue importaram menos em termos reais no final do período do que no início. Essa restrição na capacidade de importar foi agravada pela deterioração dos termos de troca (Quadro 11).

QUADRO 11

TERMOS DE TROCA (INDICE : 1980=100)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Ang						==== N/A =====							
Bot	116	112	104	102	107	100	98	98	98	97	97	100	101
Les	100	100	95	99	103	100	97	96	96	90	98	84	83
Moç						==== N/A =====							
Mal	118	110	118	105	104	100	94	93	95	97	87	87	81
Suz						==== N/A =====							
Tza	93	126	140	115	115	100	85	88	91	96	91	102	90
Zmb	106	111	96	91	108	100	80	71	78	70	71	71	79
Zve	111	124	117	106	104	100	92	87	95	96	88	88	91

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

Vários membros da SADCC, sobretudo aqueles dependentes de exportação de produtos agrícolas, viram-se compelidos a venderem no mercado externo volumes maiores de produtos para poderem comprar quantidades menores de bens, como pode ser visto através do declínio nos índices que medem a relação dos preços de exportação e importação, no mesmo Quadro 11.

Os efeitos dessa deterioração global contínua do setor exportação, são refletidos no Quadro 12 abaixo, que retrata a conta corrente do balanço de pagamentos dos 10 países. Somente o Botsuana logrou acumular superávit na conta corrente. Vários outros países, porém, vêm somando déficits constantes. A Suazilândia e o Zimbábue, entretanto, conseguiram, em 1986 e 1987, obter pequenos superávits.

QUADRO 12

BALANÇO DE CONTAS CORRENTES (EM US\$ MILHÕES)

	1975	1976	1977	1978	1979			
Angola	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Botsuana	- 31	15	27	-62	9			
Lesoto	-1	-3.4	-1	8	1,			
Maláue	-79	-42	-63	-175	-267			
Moçambique	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Suazilândia	44	19	12	-63	-113			
Tanzânia	-231	-35	-71	-472	-345			
Zâmbia	-720	-124	-217	-298	37			
Zimbábue	-149	55	-14	38	-108			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	n/a							
Botsuana	-74	-22	-91	-24	-15	88	139	597
Lesoto	-11	-48	-38	-11	1	n/a	-17	-4
Maláue	-265	-152	-121	-146	1	-57	-18	7
Moçambique	-367	-406	-498	-415	-309	-300	-359	n/a
Svaziland	-135	-109	-12	-910	-680	-400	6	41
Tanzânia	-432	-170	-380	-194	-216	-147	-173	n/a
Zâmbia	-537	-781	-566	-271	-152	-398	-298	-140
Zimbábue	-244	-637	-707	-459	-980	-780	6	46

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

O Quadro 13 retrata a situação de entrada líquida de investimentos estrangeiros nos 10 membros da SADCC. O nível modesto dos ingressos líquidos revela quão pouco atrativo foi e será a região para o investidor estrangeiro. Nesse ponto, a política de desestabilização da África do Sul rendeu frutos. Vários países experimentaram egressos líquidos de capital. Dos 10, somente o Botsuana registrou ingressos líquidos ininterruptos desde 1976.

QUADRO 13

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO LÍQUIDO (EM US\$ MILHÕES)

	1975	1976	1977	1978	1979			
Angola	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Botsuana	-38	11	12	41	128			
Lesoto	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Maláve	9	10	6	9	-1			
Moçambique	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Svaziland	14	7	20	22	55			
Tanzânia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a			
Zâmbia	38	31	18	39	35			
Zimbábue	n/a	n/a	-4	3	-			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	n/a							
Botsuana	109	88	21	23	62	52	90	125
Lesoto	4	5	3	5	2	5	2	2
Maláve	9	1	-	3	-	1	n/a	n/a
Moçambique	n/a							
Svaziland	17	33	-12	1	-1	11	12	38
Tanzânia	n/a							
Zâmbia	62	-38	39	26	17	52	n/a	n/a
Zimbábue	2	4	-1	-2	-2	3	7	-31

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

O Quadro 14 mostra a entrada de ajuda ao desenvolvimento de todas as procedências, nos 9 países da SADCC (a Namíbia não foi incluída).

QUADRO 14

AJUDA INTERNACIONAL LÍQUIDA PARA O DESENVOLVIMENTO (TODAS AS FONTES)

(EM US\$ MILHÕES)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola	56	71	69	80	102	102	162	168
Botsuana	106	97	101	104	103	99	106	158
Lesoto	91	101	91	109	98	92	85	105
Maláve	143	137	121	117	159	113	203	281
Moçambique	175	159	231	232	320	359	477	708
Svazilândia	50	37	28	33	30	25	35	45
Tanzânia	668	706	686	602	558	503	686	888
Zâmbia	295	241	316	223	248	326	464	429
Zimbábue	164	212	216	210	310	250	226	296

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

Como se pode ver, a ajuda a título de empréstimos, doações e assistência técnica contrasta com a situação relativa a investimentos estrangeiros. É de se notar, porém, que parte significativa da ajuda foi na forma de empréstimos. A combinação de desempenho negativo no comércio exterior, pouco ou nenhum ingresso em matéria de investimentos estrangeiros e alto nível de tomada de empréstimos externos resultou, no que concerne a 8 países sobre os quais foi possível obter da-

dos, na acumulação do endividamento externo, como se pode ver no Quadro 15 abaixo.

QUADRO 15

DÍVIDA EXTERNA TOTAL (INCLUSIVE A CURTO PRAZO). (EM US\$ MILHÕES)

	1975	1976	1977	1978	1979			
Angola		====N/A=====						
Botswana	147	165	184	124	151			
Lesoto	14	16	24	35	52			
Maláue	260	303	453	591	665			
Moçambique		====N/A=====						
Suazilândia	34	41	61	122	156			
Tanzânia	945	1.354	1.783	1.979	2.168			
Zâmbia	1.352	1.547	2.363	2.606	3.040			
Zimbábue	187	142	197	444	557			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola		====N/A=====						
Botswana	156	173	214	234	268	343	390	518
Lesoto	71	83	121	135	135	168	187	241
Maláue	821	812	870	888	885	1.022	1.132	1.363
Moçambique		====N/A=====						
Suazilândia	181	168	184	223	177	210	243	293
Tanzânia	2.564	2.690	2.989	3.405	3.473	3.879	4.066	4.335
Zâmbia	3.253	3.624	3.705	3.784	3.847	4.641	5.625	6.400
Zimbábue	785	1.246	1.842	2.302	2.067	2.195	2.340	2.512

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

Nota-se, no caso de vários países, que a relação dívida externa/Produto Interno Bruto é maior que 100%-104% no caso do Maláui; 124% no da Tanzânia e 315% no da Zâmbia. Embora para Angola e Moçambique não hajam dados disponíveis sobre suas contas externas, é lícito supor que possuem taxa de endividamento externo várias vezes o Produto Interno Bruto.

Em face do que foi dito acima, o serviço da dívida externa tem de ser, necessariamente, pesada, como mostra o Quadro 16.

QUADRO 16

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DE LONGO PRAZO

(EM US\$ MILHÕES)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola			====N/A=====					
Botswana	13	9	13	24	31	46	45	70
Lesoto	5	4	9	21	21	18	14	15
Maláue	71	100	84	78	102	108	146	110
Moçambique			====N/A=====					
Svazilândia	12	15	18	18	18	25	32	36
Tanzânia	136	144	103	109	98	71	100	95
Zâmbia	413	422	338	304	244	138	360	130
Zimbábue	44	71	142	448	301	350	417	503

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

Como as cifras representam pagamentos efetuos e não obrigações, a situação real é mais grave do que a retratada no Quadro.

No caso da Zâmbia e da Tanzânia, o Quadro revela que o pagamento do serviço da dívida aumentou até o máximo de US\$ 442 milhões, equivalendo a 30% dos ingressos das exportações, e US\$ 109 milhões, 19% das receitas de exportação, em 1981 e 1983, respectivamente. Como resultado do elevado custo do serviço da dívida, esses dois países foram obriga

dos a negociar o rescalonamento de suas obrigações internacionais. No caso do Zimbábue, o pagamento da dívida atingiu 20% das receitas das exportações em 1987, comparado com 4% em 1981, enquanto, no mesmo período, o serviço da dívida do Maláue aumentou de 23% das receitas para 37%. Embora não hajam, novamente, dados disponíveis para Angola e Moçambique, ambos foram obrigados a negociar com seus credores acordos de rescalonamento das respectivas obrigações.

Os Quadros 17 a 20 tratam de despesas governamentais. São dados importantes, pois tanto doadores bilaterais e multilaterais, bem como instituições como o FMI e o Banco Mundial, atribuem-lhes importância fundamental ao analisar a capacidade de países de absorver e processar a ajuda e os empréstimos pleiteados.

QUADRO 17

GASTOS GOVERNAMENTAIS E EMPRÉSTIMOS, MENOS PAGAMENTOS

(% DO PIB)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola			====N/A====					
Botswana	43	43	52	44	47	46	42	41
Lesoto	56	56	46	49	54	47	60	57
Maláue	39	36	29	29	27	31	35	30
Moçambique			====N/A====					
Swazilândia	31	37	39	35	34	36	31	29
Tanzânia	29	28	32	28	24	22	20	25
Zâmbia	44	37	43	33	31	37	52	37
Zimbábue	35	31	40	37	41	36	36	39

Fonte: ~~IBRD~~/World Bank. Africa Economic and Financial ~~Review~~. Washington, 1989.

A queda significativa das despesas públicas da Tanzânia é o resultado dos programas de reestruturação inspirados no FMI. As elevadas percentagens relativas ao Lesoto refletem o fato de que proporção considerável de renda do país é derivada de remessas de mão-de-obra nacional empregada na África do Sul que não são computadas no Produto Interno Bruto. Com exceção de Angola e Moçambique, para os quais dados não foram possíveis obter mas que, sabidamente, por causa da situação de guerra civil em ambos, gastos governamentais, sobretudo militares, são elevados, os dispêndios oficiais, como proporção do Produto Interno Bruto, tenderam a manterem-se nivelados, observando-se, porém, em outros países, uma ligeira queda.

Os Quadros 18, 19 e 20 retratam três principais itens de despesas governamentais, quais sejam, defesa, educação e saúde.

QUADRO 18

GASTOS COM DEFESA COMO % DAS DESPESAS TOTAIS DO GOVERNO

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Ago						-----N/A-----							
Bot	-	-	-	-	-	9.8	8.7	6.3	7.0	6.8	6.4	7.1	-
Les	-	-	-	-	-	-	-	-	7.6	7.6	9.6	-	-
Mal	-	-	-	-	-	12.8	8.4	7.7	6.2	5.7	6.0	6.2	5.2
Moç						-----N/A-----							
Sua	-	-	-	-	-	8.5	6.1	6.3	6.4	6.0	5.5	5.5	5.4
Tza	-	-	-	-	-	9.2	12.3	12.5	13.9	13.1	14.1	-	-
Zmb						-----N/A-----							
Zue	-	-	-	-	-	2.5	2.05	1.7	1.8	1.6	1.5	1.6	1.7

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

QUADRO 19

GASTOS COM EDUCAÇÃO COMO % DAS DESPESAS TOTAIS DO GOVERNO

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Angola				====N/A=====				
Botswana	22.2	21.2	17.6	19.4	17.5	17.7	18.9	18.4
Lesoto	11.0	13.0	15.3	17.4	12.4	15.5	-	-
Maláve	9.0	11.1	14.3	13.4	12.3	11.0	10.1	11.1
Moçambique				====N/A=====				
Svazilândia	24.6	21.2	17.9	20.8	22.2	20.3	21.1	23.1
Tanzânia	13.3	12.5	13.8	12.0	7.4	-	-	-
Zâmbia	11.4	11.9	15.1	14.5	16.0	12.3	10.3	8.3
Zimbábue	15.5	20.0	21.9	21.5	20.4	20.9	21.2	19.6

QUADRO 20

GASTOS COM SAÚDE COMO % DAS DESPESAS TOTAIS DO GOVERNO

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Ago				====N/A=====				
Botswana	5.4	5.9	4.9	5.6	4.8	5.0	6.3	6.4
Lesoto	3.6	4.8	6.2	7.2	5.4	6.9	-	-
Maláve	5.5	5.2	5.2	6.8	7.9	6.9	6.6	5.8
Moçambique				====N/A=====				
Svazilândia	7.2	5.4	7.1	7.4	6.7	7.5	8.2	8.6
Tanzânia	6.0	6.0	5.4	5.3	5.6	5.1	-	-
Zâmbia	6.1	6.0	8.3	6.6	7.2	5.8	5.3	4.7
Zimbábue	5.4	7.1	6.4	6.1	6.2	6.2	6.3	6.2

Fonte: UNDP/World Bank. Africa Economic and Financial Data. Washington, 1989.

As despesas com defesa, acompanharam a tendência geral de nivelamento das despesas governamentais globais no período 1980 a 1987, chegando em alguns casos a cair. O item maior nos orçamentos governamentais, educação ,

manteve sua posição, assim como saúde, o que, nas circunstâncias de enfrentamento com a África do Sul, demonstrou notável equilíbrio por parte da maioria dos Governos. Sem Angola e Moçambique, porém, o quadro não está completo. Dados obtidos de outras fontes revelam que, em 1989, defesa consumiu 40% do orçamento, enquanto educação e saúde, conjuntamente, foram responsáveis por apenas 15%, comparando com 28% em 1983. (1)

As estatísticas acima reunidas dão uma visão global de cada país membro da SADCC e da Organização propriamente dita. A impressão é de estagnação e fragilidade geral, com grande dependência da maioria dos membros da ajuda e de empréstimos externos e de alguns poucos produtos primários com preços declinantes no mercado internacional. O baixo nível da produção industrial é responsável por elevados índices de importação de alimentos e bens de consumo, situação que a África do Sul, como veremos adiante, aproveitou para forjar laços de dependência na área comercial.

(1) Ver Mozambiquefile, 149, December 1988.

II.2 - As dependências dos países da SADCC em relação à Africa do Sul

Será descrito nesta seção as dependências que, segundo a Declaração de Lusaka, "nem são um fenômeno natural e nem sequer o resultado de uma economia de mercado livre". De acordo com a Declaração, as dependências se concentraram na área de Transportes e Comunicações, comércio exterior e importação de mão-de-obra. Cada uma dessas áreas será examinada, descrevendo-se o contexto da dependência e os progressos realizados nos 10 anos de existência da SADCC para minimizar ou eliminá-las.

II.2.1 - Transportes e Comunicações

Conforme dito anteriormente, os Chefes de Estado da SADCC assinaram, em junho de 1981, uma Convenção estabelecendo a Comissão da Africa Austral para Transportes e Comunicações - SATCC, traduzindo assim em ação a afirmação de que a chave da dependência da Africa do Sul reside nos transportes. A Convenção definiu os objetivos, a estrutura organizacional e as funções da SATCC, assim como o mandato e as responsabilidades de seus membros.

O objetivo principal da SATCC, nomeadamente

o de proporcionar meios de transporte e comunicações econômicos e eficientes através do aperfeiçoamento da coordenação e utilização mais extensiva dos recursos existentes, é o de atender o objetivo-chave da SADCC, possibilitando a redução da dependência da África do Sul e promover integração econômica regional.

1. A primeira década - principais atividades

Juntamente com a SADCC, a SATCC celebrou seu 10º aniversário em 1990. Tendo em vista os objetivos formais da Comissão, descritos no Capítulo I, é importante observar agora as atividades específicas em que a SATCC esteve envolvida durante o período. As atividades serão agrupadas da seguinte maneira:

a) a identificação de necessidades regionais para o setor e a mobilização de recursos para satisfazer essas necessidades;

b) o aperfeiçoamento das capacidades e da eficiência na área dos transportes e comunicações através da provisão de melhorias adicionais de infra-estrutura e serviços correlatos (i.e. assistência técnica, treinamento, etc.);

c) obtenção de serviços de transporte e comunicações regionais mais eficientes e rentáveis, através da coordenação, padronização e harmonização das operações .

1.a) Mobilização de Recursos

Em termos de identificação das necessidades e da mobilização de recursos para implementação de projetos, os resultados ultrapassaram em muito as expectativas. Por exemplo, a Declaração de Lusaka rezou que "... mais de US\$ 1,5 bilhão serão necessários para financiar projetos urgentes de transporte e comunicações ao longo da próxima década". De fato, as conquistas em termos de mobilização de recursos financeiros foi bem além do esperado. No início de 1990 o Programa SATCC (i.e. o valor total de todos os projetos identificados para implementação através da Comissão desde sua implantação), somou cerca de US\$ 6,48 bilhões, dos quais US\$ 5,80 bilhões provenientes de fontes externas. Dos US\$ 6,48 bilhões, US\$ 2,39 bilhões estão assegurados e US\$ 512 milhões encontram-se em negociação. O setor transporte conta com cerca de 83% dos recursos do Programa Setorial, enquanto que o setor telecomunicações fica com 16% do total, cabendo aos setores serviços postais e meteorologia apenas 1% do valor total do Programa da área Transportes e Comunicações.

É interessante notar que a habilidade da Comissão para atrair recursos externos foi mantida durante toda a primeira década de sua existência. O programa manteve componente de recursos externos à razão de 1:4 e 1:3 desde o seu início. Essa relação perdurou mesmo depois de 1986, época de mais rápido crescimento da SATCC.

Há vários fatores que concorrem para o sucso da SATCC na obtenção de maciço suporte financeiro. Os mais importantes são:

- o interesse dos parceiros internacionais em apoiar os programas de investimento setoriais regionais, motivados, em grande parte, pelo desejo de atenuar o impacto negativo das políticas de agressão e desestabilização sul-africanas; e

- a habilidade da Comissão em efetivamente desenvolver e montar os investimentos de maneira a atrair suporte financeiro de um grande número de doadores.

Embora o apoio à SADCC, em geral, e à SATCC, em particular, tenha sido contínuo, as contribuições dos maiores doadores não foram necessariamente consistentes durante toda a década. Durante os primeiros anos, o apoio mais significativo tanto em termos de contribuição financeira como em apoio político foi prestado pela Comunidade Nórdica (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia), Canadá e Itália. Somente mais tarde, depois de 1986, os EUA, a Grã-Bretanha, a Alemanha e o Banco Mundial iniciaram sua participação mais significativa nos programas da SADCC.

Esse comportamento foi examinado em 1989 pelo "Economist Intelligence Unit". De acordo com o referido relatório, a Grã-Bretanha e os EUA, com líderes muito conserva-

dores no início dos anos 80, estavam desestimulados a apoiar ativamente uma organização que incluía proclamados membros marxistas - Angola e Moçambique. Eles também estavam conscientes de que a SADCC havia sido de fato criada para contrapor-se à África do Sul, um país com o qual tinham fortes laços comerciais e que alguns viam como baluarte contra a ameaça comunista de Angola e Moçambique. (1)

Finalmente, parece que os analistas americanos e ingleses simplesmente não acreditaram que os Estados da SADCC poderiam constituir alternativa efetiva para os serviços de transportes e comunicações oferecidos pela África do Sul.

Por outro lado, observa o relatório ainda que a URSS e outros países do bloco do leste não apoiavam a orientação social-democrata da SADCC. Portanto, esse grupo não participou desse apoio maciço.

Na metade dos anos 80 notou-se que os EUA começaram a mudar sua posição inicial, talvez percebendo que Moçambique estava mais inclinada a repensar sua política de "confiança na União Soviética". Os Governos dos EUA e da Grã-Bretanha estavam também sendo pressionados para impor sanções

(1) "Economic Realities in Southern Africa", 1987, citado no "SADCC in the 1990's: development on the frontline", The Economist Intelligence Unit, September, 1989.

contra a Africa do Sul e argumentaram que apoiar a SADCC era maneira mais construtiva de encarar o problema. Além disso, era difícil ignorar o êxito obtido pela SADCC desde o seu início, particularmente através da SATCC, em atrair financiamentos e realizar projetos.

Durante o período 1986-1988, os EUA, a Grã-Bretanha, a Alemanha Ocidental e o Banco Mundial (que até então estava ausente do cenário da SADCC) tornaram-se contribuintes significativos, particularmente no setor transporte.

Enquanto as políticas das agências internacionais tiveram papel importante no que se refere à habilidade da SATCC em atrair recursos financeiros, crédito também deve ser dado ao trabalho da Comissão ao desenvolver fórmula de enorme sucesso para a preparação e venda de projetos de infraestrutura em larga escala. Em 1984 a Comissão começou a agrupar os projetos SATCC em torno da idéia da formação de um "sistema de transporte portuário", o que permitiu que os projetos com objetivos comuns (i.e. melhoramento de acesso a portos, capacidade e eficiência) fossem consolidados e apresentados às agências de financiamento de forma mais abrangente.

Até o presente a SATCC designou os seguintes sistemas de transportes portuários:

- Dar-es-Salaam (Tanzânia)
- Nacala (Moçambique)
- Beira (Moçambique)
- Maputo (Moçambique)
- Lobito (Angola)
- Namibe (Angola)

Além do conceito de sistema de transportes portuários, a Comissão iniciou em 1986, com a publicação "Sistema de Transporte do Porto da Beira - Plano Decenal de Desenvolvimento", a prática de consolidar projetos de longo-prazo com programas de investimento bastante abrangentes, visando um resultado de maior impacto regional e, conseqüentemente, a atração de recursos externos com maior facilidade. Esses planos são compostos, geralmente, de uma descrição concisa do problema a ser tratado, alguns dados sobre as condições de infra-estrutura existentes, uma avaliação do desempenho operacional, bem como avaliação econômico-financeira bastante abrangente do programa de investimento proposto e uma lista de projetos a serem desenvolvidos no âmbito do programa, acompanhada de estimativa de custos e esquema de implementação.

A produção e distribuição dos documentos dos Planos são geralmente seguidas de uma conferência técnica de doadores, onde o Plano é explicado em detalhes pelas autoridades competentes. Na oportunidade, são solicitadas às agências financiadoras indicações de possíveis interesses no financia-

mento de certos projetos do Programa/Plano.

O Quadro 21 mostra os Planos de longo-prazo que foram preparados desde 1986. Ainda não está disponível informação consolidada sobre o Plano de Telecomunicações e o Plano de Ação na área da Segurança em Aviação Civil é bastante recente para permitir informação comparativa.

QUADRO 21

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ABRANGENTE PATROCINADOS PELA
SATCC

<u>Plano Assegurado</u>	<u>Data Início</u>	<u>Moeda Estrang.</u> <u>(US\$ milhões)</u>	<u>%Part.</u> <u>Estrang.</u>
Sistema de Transporte do Porto da Beira	Abril 86	685	65
Plano Telecomunicações 10 Anos Desenvolvimento	Abril 87	N/D	N/D
Sistema de Transporte do Porto de Lobito	Jan 88	400	2
Estrada de Ferro Limpopo e Cam.Ferro Moçambique	Ago 88	238	53
Plano de Desenvolvimento TAZARA - 10 anos	Ago 88	342	52
Plano de Desenvolvimento Estradas Ferro Zâmbia-10 anos	Jun 90	227	7
Plano de Ação de Segurança em Aviação Civil	Abril 91	N/D	N/D

A SATCC conseguiu maior sucesso na obtenção de recursos financeiros para os Planos, mais abrangentes, do que para projetos ordinários, conseguindo, inclusive, através dos Planos, estabelecer bases de relacionamento mais profundas com a comunidade financeira internacional. No início de 1991 a SATCC estava em processo final de negociação com 10 agências multilaterais e 23 agências bilaterais para obtenção de financiamento para os projetos.

1.b) Desenvolvimento de Infra-estrutura

A SATCC não se envolve diretamente na implementação física dos projetos. Seu papel é o de negociar a obtenção de apoio físico, político e financeiro junto às agências de financiamento, bem como preparar relatórios de progresso consolidados que permitam uma revisão da coordenação de implementação dos projetos e a visão dos resultados dos esforços empreendidos pelas agências interessadas, inclusive as da comunidade financeira internacional. Finalmente, apesar da distância física existente entre a Comissão e a implementação, é importante citar algumas das maiores contribuições para o aperfeiçoamento de infra-estruturas de transporte e outras atividades relacionadas que foram realizadas, ou estão em processo de implementação, através da SATCC.

A Tabela 01 mostra os resultados obtidos nos 4 sistemas de transporte que estão sendo recuperados na

parte leste da região através do programa SATCC. Ênfase está sendo dada à reabilitação da infra-estrutura, ao fornecimento de equipamentos, bem como à assistência técnica e treinamento. As atividades listadas foram totalmente concluídas ou estão em vias de conclusão. Em alguns casos, os projetos encontram-se em estágio avançado de planejamento, aguardando a conclusão de fases preliminares. É mister destacar que os recursos já encontram-se assegurados para esses projetos.

Avanços também foram obtidos no setor da Aviação Civil e das Telecomunicações. Em parte devido a resultado das iniciativas da SAATCC, todos os Estados-membros têm hoje pelo menos um aeroporto internacional capaz de receber aviões de grande porte. Todos os Estados da SADCC têm sua própria estação de terra e foram também estabelecidas nas fronteiras entre o Zimbábue e o Botsuana, Zimbábue e Zâmbia, Zimbábue e Moçambique (em fase de conclusão) e Tanzânia e Maláui, estações para conectar as redes nacionais de microondas.

No setor das atividades não-operacionais foram providenciadas instalações para treinamento de pessoal na área portuária em Dair-es-Salaam e Maputo, um programa de treinamento de longa-duração para gerentes de estradas de ferro foi iniciado e programas de treinamento no setor postal também está sendo desenvolvido.

Em conjunto com a SATCC, o UNDP e a UNCTAD estão desenvolvendo um sistema de informação e controle de carga que poderá, no curto prazo, ser adaptado para servir como um sistema regional de controle de vagões ferroviários.

TABELA 01

MAIORES CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS SATCC EM TERMOS DE INFRA-ESTRUTURA REGIONAL

<u>Instalação Transporte</u>	<u>Atividades/Melhorias (fundos assegurados)</u>
Dar-es-Salaam	<ul style="list-style-type: none"> - reabilitação instalações existentes - construção de novo terminal para container e instalações para manuseio de cargas de grão a granel - provisão de equipamentos para transporte de cargas - assistência técnica e treinamento
Estrada de Ferro TAZARA	<ul style="list-style-type: none"> - provisão de locomotivas e vagões - provisão de oficinas de manutenção equip. - provisão equip.manutenção de trilhos - assistência técnica e treinamento
Auto-Estrada TANZAM	<ul style="list-style-type: none"> - reabilitação/alargamento 925 Km
Porto de Nacala	<ul style="list-style-type: none"> - reabilitação instalações existentes - construção novo terminal para container - assistência técnica/trein.pessoal operac.
Estrada de Ferro Nacala/C.F.Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> - reabilitação 615 Km trilho do Porto de Nacala à fronteira com o Maláue - reabilitação de locomotivas,mater.rolante - realização de workshops - fornecimento equipamentos telecomunicações - assistência técnica
Porto da Beira	<ul style="list-style-type: none"> - reabilitação instalações existentes - provisão novos equipamentos e instalações, terminal de container e inst.espec.manutenção de carga

- melhoria no acesso canal de profundidade
 - assistência técnica e treinamento de pessoal operacional
- Estrada de Ferro Machipanda/C.F.Moçambique
- reabilitação e melhoria da linha de ferro do Porto da Beira à fronteira do Zimbábue em Machipanda.
 - reabilitação e manutenção de "workshops"
 - provisão vagões e "motive power"
 - reabilitação de locomotivas e vagões
 - provisão de manutenção de equipamentos e materiais
 - provisão de equipamentos de telecomunicação
 - assistência técnica e treinamento
- Linha de Ferro Sena
- reabilitação trechos da linha Dondo-Vila Nova
 - construção de uma pedreira e uma fábrica de "dormente".
- Estrada Beira-Machipanda
- reabilitação da estrada de Beira à fronteira com o Zimbábue em Machipanda
 - estabelecimento de capacidade de manutenção da estrada após a reabilitação
 - assistência técnica para manutenção da estrada
- Porto de Maputo
- assistência técnica para operações de portos
 - provisão de equipamentos para manuseio de containers
 - reabilitação de guindastes nos ancoradouros de cargas
- Estrada de Ferro Limpopo/C.F.Moçambique
- reabilitação da linha Maputo-Chicualacua
 - reabilitação de locomotivas e vagões para CFM
 - provisão de manutenção de equipamentos e materiais
 - fornecimento de assistência técnica e treinamento para construção, manutenção e funções operacionais

Enquanto a melhoria da eficiência foi um dos óbvios objetivos do desenvolvimento de infra-estrutura, a principal meta da maioria dos projetos em desenvolvimento é aumentar as capacidades de instalação de transportes-chaves. Essa meta está sendo atingida e criando uma alternativa aos sistemas sul-africanos.

1.9) Coordenação Operacional

Enquanto os esforços da SATCC durante os primeiros anos estiveram concentrados no desenvolvimento de programas de investimento abrangentes e na solicitação de financiamento para implementação, a Comissão entendeu que melhorias operacionais tinham a capacidade de produzir consideráveis benefícios a um custo financeiro bastante baixo. A Comissão também compreendeu a dificuldade de efetivar essas melhorias, tanto bilateralmente quanto em âmbito regional.

Com a conclusão dos maiores programas de investimento, os últimos anos testemunharam o início de uma nova fase no trabalho da SATCC, quando maior ênfase passou a ser dada às melhorias operacionais. A título de exemplo, a Listagem 01 mostra as questões operacionais que foram objeto de interesse nos últimos 2-3 anos e uma avaliação dos resultados alcançados. É evidente que, nessa área, a Comissão não obteve tanto sucesso quanto na atração de financiamentos e na promoção de

investimentos de capital em infra-estrutura.

Existem várias razões para o relativo fracasso dessa área até o momento, que incluem:

- a contínua ênfase dada pelo pessoal governamental e de serviços de transporte a projetos de investimento em detrimento das geralmente "menos charmosas" questões operacionais;

- a falta de capacidade na área governamental e geradores de serviços de transporte para entender questões geralmente complexas onde há medidas compensatórias a tomar;

- a falta de orientação comercial entre os tomadores de decisão; tanto na área governamental quanto dos operadores de serviços de transporte, que deveriam dar ênfase a questões operacionais;

- as complicações surgidas em função do envolvimento frequente de agências governamentais, além daquelas que lidam diretamente com transportes (i.e. alfândega, Ministério das Finanças, Ministério do Comércio, etc.)

- a inabilidade de pessoas que participam de reuniões de grupos de trabalho para esclarecer suas posições ou para engajar-se em nome de seu Governo ou agência;

Evidentemente há muito ainda a ser feito. Conscientes da dificuldade em ver o que deve ser o papel da

SATCC a longo prazo, medidas foram tomadas em 1990 para assegurar uma maneira mais sistemática para a implementação e melhorias de monitoramento operacional.

Listagem 01

QUESTÕES DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL EM ESTUDO PELA SATCC

Estradas de Ferro

Êxito:

- Adoção de sistema de padronização para componentes e montagem de vagões.
- Provisão de treinamento conjunto de gerentes de níveis médio e superior.

Êxito Parcial:

- Preparação de regulamento de tráfego conjunto
- Unificação de modelos de fatura e notas de recebimento
- Compartilhamento de instalações de treinamento nacionais
- Adoção de sistema padronizado de freios a ar.

Pouco ou nenhum êxito:

- Adoção de um sistema comum de nomenclatura de carga
- Adoção de uma política de aquisição regional de vagões
- Adoção de sistema padronizado de engates de locomotivas.

Iniciado Recentemente:

- Desenvolvimento de sistema de controle regional de vagões
- Desenvolvimento de um sistema comum de regras de intercâmbio técnicos e operacionais
- Desenvolvimento de um sistema de aquisição conjunta de sobressalentes para vagões e locomotivas
- Estabelecimento de um Centro Regional de Desenvolvimento Gerencial.

Estradas RodoviáriasÊxito:

- Adoção de um sistema comum de balisamento e sinalização rodoviários.

Êxito Parcial:

- Adoção de especificações padronizadas para o desenho de rodovias e pontes
- Regulamentações conjuntas para peso e dimensões de veículos
- Treinamento conjunto para o sub-setor transporte rodoviário.

Pouco ou nenhum êxito:

- Adoção de um sistema conjunto de pedágio
- Desenvolvimento de sistema conjunto de numeração de rodovias
- Sistema conjunto de Seguro contra Terceiros
- Sistema conjunto sobre Legislação de Tráfego Rodoviário

Fonte: Relatório de Progresso Anual da SATCC 1989/1990.

Seguindo as recomendações contidas no Relatório Final de 1989 do "Plano de Operações de Transporte Regional", preparado pela Unidade Técnica da SATCC, foi criado um Comitê de Planejamento de Operações de Alto Nível - OPC - , sob a direção geral do Comitê de Coordenação da SATCC. Ao OPC foram dadas as seguintes responsabilidades:

- conduzir avaliações detalhadas das recomendações operacionais feitas pelo Plano de Operações de Transporte Regional e outras fontes;

- estabelecer os meios para o início da implementação das ações acordadas, de maneira sistemática; e

- desenvolver mecanismos para monitorar a implementação e fazer necessárias intervenções para assegurar o atendimento ao planejamento.

O Comitê teve sua primeira reunião no final de 1990 para delinear seu futuro programa de trabalho. Ainda é muito cedo para avaliar sua eficácia.

Apesar de poucos avanços em algumas áreas, houveram notáveis sucessos no setor transporte. Por exemplo, devidos em grande parte aos esforços da SATCC, as linhas aéreas regionais coordenaram suas escalas com um objetivo em mente, o de ligar mais capitais da SADCC com serviços regulares e frequentes. A aviação civil também negociou a concessão de liberdades através de acordos, que permitiu o embarque de passageiros em um país e seu desembarque em outro país por uma companhia de um terceiro país. Essa atitude resultou num transporte maior de cargas e na redução de perdas operacionais para algumas transportadoras da SADCC.

Atualmente, o Banco Mundial, sob os auspícios da SATCC, está conduzindo um grande estudo regional dirigido à coordenação de serviços e manutenção de aeronaves. Os resultados desse trabalho, esperados para fins de 1991, formarão a base de um Plano Decenal para a Indústria de Aviação Civil.

Em suma, a SATCC atingiu remarcável sucesso em carrear apoio financeiro para seus programas. Através de seu patrocínio foi também possível a reabilitação, construção e obtenção de significativa infra-estrutura de maneira a aumentar sua capacidade de instalações de transportes e comunicações. Teve também algum sucesso no melhoramento da coordenação operacional entre seus membros, mas admite que maiores esforços serão necessários no futuro.

2. Realização dos Objetivos

A seção 1 discorreu sobre as principais áreas de atividade da SATCC durante a década passada. Mais importante, embora mais difícil de avaliar, é o impacto dessas atividades sobre os objetivos gerais da SADCC. Em particular é importante examinar os resultados dos esforços da Comissão no que se refere à redução de dependência da Africa do Sul em serviços de transporte e comunicações e em proporcionar serviços mais eficientes nesses setores na região austral.

2.1 - Redução de Dependência da Africa do Sul

Em termos de aquisição de capacidade, a SATCC atingiu grande sucesso na redução de dependência do sistema de transportes da Africa do Sul. Pode ser inferido do Quadro 23 que a reabilitação das instalações existentes e a provisão

de novas instalações nos portos e estradas de ferro da SADCC proporcionaram abundância de capacidade sob condições normais de operação.

Mesmo em condições de contingência, para as quais foi destinado parte dos investimentos, os Estados da SADCC poderiam virtualmente acomodar todo o seu tráfego de produtos.

Entretanto, a dependência deve ser vista de outra maneira. Apesar do aumento das capacidades, as instalações de transporte da SATCC foram somente parcialmente efetivas em conseguir desviar o tráfego da África do Sul.

Por outro lado, alguns dos países-chave mediterrâneos da SADCC estão atualmente utilizando-se mais dos portos da SADCC do que na metade da década de 80. Por exemplo, está estimado que aproximadamente 100.000 toneladas de importações e exportações do Maláui agora utilizam-se dos portos da SADCC, contrariamente aos anos 80, quando virtualmente todo o tráfego era processado através do sistema sul-africano. Em 1989 a Zâmbia exportou cerca de 500.000 toneladas e importou cerca de 1,2 milhões de toneladas através dos portos da SADCC. Isso representa um aumento marginal em exportações, mas um aumento significativo no tráfego de exportação. (1)

(1) SATCC Technical Unit Estimates, Maputo, 1990.

Entretanto, houve pequena alteração no padrão total de utilização de portos para o tráfego do Zimbábue entre 1980-1989, embora este quadro poderá modificar-se agora. Também o tráfego da Suazilândia para o exterior através de Maputo é atualmente cerca de 50% do volume de 1981/82 e mostrou um consistente declínio.

No total, mais de 2,5 milhões de toneladas de carga do Maláui, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue transitaram por portos sul-africanos em 1989.

Numerosas razões combinam-se para explicar isso mas a mais importante são as condições de segurança de Moçambique, que claramente influenciou sobre o uso dos serviços de transporte daquele país. Isso é particularmente verdade nos casos do Maláui e da Suazilândia que, apesar das vantagens de custo teóricas em utilizar portos moçambicanos, continuam a mover-se através do sul. Além das dificuldades de segurança também parece que as rotas sul-africanas, em alguns casos, ainda proporcionam maiores vantagens de custo e, mais importante, a confiança que ainda está por ser estabelecida no âmbito dos sistemas da SADCC. Mesmo depois que as dificuldades de segurança em Moçambique forem eliminadas certamente não será automático aumento significativo do tráfego nos sistemas da SADCC.

Na aviação civil a situação é mais otimista. Os avanços feitos nas rotas de vôo por companhias regionais

foram notáveis. O efeito foi a grande redução da necessidade de transitar através da África do Sul a caminho da maioria das capitais da SADCC. Nos últimos anos conexões diretas foram estabelecidas entre Maseru-Gaborone, Manzini-Gaborone, Maputo-Gaborone e Maseru-Manzini-Gaborone, o que tornou possível aos viajantes entre qualquer capital da SADCC evitar a utilização do aeroporto da África do Sul.

A redução da dependência na área das telecomunicações também foi demonstrada. A rota do tráfego de telecomunicações foi bastante alterada para reduzir significativamente a utilização do sistema sul-africano. Por exemplo, no início da década de 80 mais de 12% do tráfego de telecomunicações da SADCC transitava através da África do Sul. Em 1988/89 esse número foi reduzido para menos de 4%. Além disso, em 1980/81 somente 11% do total do tráfego da SADCC era feito entre membros da SADCC. Em 1988/89 esse número subiu para mais de 22%. Ao mesmo tempo o tráfego entre os Estados da SADCC e a África do Sul foi reduzido de 63% para menos de 40%. (1)

2.2 - Aumento da Eficiência do Transporte

É reconhecido que os operadores de transporte regional ainda têm um caminho considerável a percorrer para

(1) "Transport and Communications Sector: Summary Review of the First Decade 1980-1990, SATCC Technical Unit, August, 1990.

melhorar a eficiência de custos. Infelizmente os dados que permitiriam comparações dessa eficiência através do tempo são inadequados e não podem ser utilizados para demonstrar a mudança. Entretanto, trabalho recentemente publicado pelo Banco Mundial sugere que, pelo menos para as estradas de ferro regionais, os problemas maiores ainda persistem. Eles incluem: (1)

- fechamento parcial ou total de algumas linhas de ferro por razão de segurança, com consequentes falta de serviços, de confiabilidade e altos custos;

- baixa produtividade de material rolante e mão-de-obra, resultando em altos custos operacionais e maiores limitações de capacidade em fretes e tráfego de passageiros;

- baixo nível de serviços para exportadores, resultando na troca das estradas de ferro pelas estradas rodoviárias para o transporte de cargas.

- baixo retorno de investimentos.

Para colocar a seriedade do problema em perspectiva, o Banco também observou que "... consideradas num todo, as estradas de ferro (SADCC) perderam US\$ 265 milhões nas operações de 1988/89, que remonta a mais de 1% do PIB combinado da SADCC em 1988. De fato, a investigação do Banco mostrou

(1) "SADCC Transport Corridors: Study of Financial Strategy", Draft Final Report, World Bank, November, 1990.

somente dois dos oito corredores de ferro ativos, em posição de recuperar seus custos fixos de material rolante, mas nenhuma das estradas de ferro em condições de recuperar custos totais. Isso ocorreu apesar do maciço apoio em termos de reabilitação de infra-estrutura, provisão de equipamentos e assistência técnica e treinamento destinado às estradas de ferro nos últimos 6-7 anos.

Embora reconhecendo que investimentos em infra-estrutura além do necessário como forma de obter segurança no que concerne a transporte contribuiu para os altos custos das operações de estradas de ferro, o Banco acredita que há consideráveis possibilidades de se melhorar as eficiências de custo. Nesse aspecto, o relatório do Banco propôs várias medidas visando melhorias operacionais e gerenciais que, conforme sugerido, deveriam ser imediatamente adotadas para começar a reduzir os custos operacionais. O Banco estimou que a economia de custo a ser atingida com a adoção dessas propostas poderiam atingir US\$ 85 milhões por ano somente pra tráfego trans-fronteiriço.

Mais criticamente, o relatório concentra-se na necessidade de fomentar uma orientação comercial no âmbito das estradas de ferro nacionais e trabalhar no sentido de um grande sistema regional de tarifas baseado em custos atuais. Argumenta-se que a escassez geral de dinamismo comercial contribuiu para a ineficiência das operações. Outro argumento é

o de que as empresas estatais, acostumadas a receber subsídios governamentais para cobrir perdas operacionais, em muito contribuíram para essa ineficiência.

A maioria das melhorias operacionais sugeridas pelo Banco foram analisadas pela SATCC e por alguns grupos de trabalho no sub-setor estradas de ferro. Os problemas identificados na seção 1.c) - Coordenação Operacional, no que se refere a mudanças nas questões operacionais, persistiram em algumas instâncias, limitando então os progressos. Além disso, a maioria das melhorias são tais que devem ser tratadas numa base nacional ou bilateral e então sair da esfera de competência da Comissão.

Embora não explicitado pelo relatório do Banco, parte dos problemas das estradas de ferro reside no fato de que os custos para proporcionar muitos serviços não são conhecidos. A operação de instalações públicas, com subsídios escondidos e geralmente técnicas inadequadas de contabilidade, não permite ao pessoal operacional tomar as melhores decisões em termos do nível de serviço para proporcionar a fixação de tarifas para a cobrança de serviços.

Novamente, a SATCC está ativamente promovendo avanços nessa área. Esforços para melhorar a prática de custos contábeis nos portos e estradas de ferro começam a mostrar resultados. A introdução de instrumentos analíticos para per-

mitir planejadores de operação a melhor alocar seus recursos também começaram a ocorrer.

Embora o desempenho financeiro dos portos da SADCC não tenha sido estudado pelo Banco na mesma intensidade que as estradas de ferro, foram encontrados em outros estudos (1) dados que mostram que a eficiência nos portos tendem também a ser pobres. Entretanto, as tarifas portuárias na região são conhecidas como geralmente colocadas em níveis que permitem a recuperação de custos totais. Isso foi mais prontamente atingido devido à pequena percentagem dos custos totais de transporte atribuídos aos portos.

Pouca informação consistente está disponível para a indústria de transporte rodoviário no que se refere a custo-benefício. De fato, o trabalho da Comissão nessa área, até o momento, foi bem menos extensivo do que nos outros sub-setores.

3. A SATOC e a Integração Regional

Por sua própria natureza, transportes e comunicações são forças integradas. Estradas rodoviárias, linhas de ferro, aviação e telecomunicações, em número cada vez maior e de melhor qualidade servem para delinear países conjuntamen

(1) Ver Relatório de Progresso Anual - Setor Transporte e Comunicações - Apresentado na Conferência Consultiva Anual realizada em Windhoek, Namibia, em janeiro de 1991.

te - regionalmente. Um dos derivados do esforço de diminuição da dependência da África do Sul foi o estreitamento de ligações entre os Estados-membros da SADCC. Em termos de acesso físico e facilidade de comunicação rápida, os países da África Austral estão mais próximos do que estavam no início da década de 80.

Entretanto, esses resultados não são um fim em si mesmos. Estados independentes optam por promover integração com seus vizinhos quando há vantagens a serem desfrutadas. A vantagem mútua do intercâmbio de bens e serviços é geralmente a principal fonte desse benefício.

Apesar de vários compromissos de aumentar o comércio intra-regional, a SADCC teve pouco sucesso nesse aspecto. O comércio intra-regional permaneceu, de fato, em menos de 5% do total do comércio da SADCC, permanecendo-se estável entre 1982 e o final dessa década. Essas são as principais razões dadas para isso: (1)

- a continuidade dos padrões de comércio dos tempos coloniais que perpetuaram ligações entre consumidores regionais e, particularmente, fornecedores europeus;

- a crença geral, algumas vezes justificada, de que a qualidade dos produtos produzidos pela SADCC é inferior;

(1) "Economic Realities in Southern Africa", 1987, citado no "SADCC in the 1990's: development on the Frontline", The Economist Intelligence Unit, September, 1989.

- dificuldades para produtores de bens exportáveis em obter (ou obter depois da venda) moeda estrangeira para compra de materiais e equipamentos;

- falta de habilidade em marketing e preços para exportação de bens.

A inadequacidade ou alto custo de serviços de transporte, embora usados para explicações de escolha de rota, são geralmente considerados como contribuintes para a inabilidade de produção regional para exportação. De fato, desenvolvimento de transportes e comunicações na região cumpriram seu papel na redução de impedimentos para o comércio intra-regional, entretanto, não foi suficiente para o estimular.

Interessante é que, pelo menos em termos de melhoria de infra-estrutura, o grosso do investimento que foi realizado no setor transporte da SADCC visou ao incremento das ligações entre os maiores portos e os centros de consumo no interior, tendo sido a maior parte desse esforço concentrado nos próprios portos e nos trechos de linhas de ferro e rodoviárias dos países costeiros. De fato, somente 22% dos investimentos de infra-estrutura assegurados para transportes de superfície, incluindo contribuições domésticas, serviram para o melhoramento das instalações de transporte terrestre em países mediterrâneos da SADCC (1).

(1) SADCC Technical Unit Estimates, Maputo, 1990.

Isso, é claro, não dá uma idéia do nível geral dos esforços da Comissão, uma vez que uma parte desproporcional do aperfeiçoamento em coordenação operacional visou movimentos trans-fronteiriços. Entretanto, a evidência é a de que houve um esforço relativamente maior no apoio a relações de comércio trans-oceânicas.

4. A SATCC em 1991

As seções anteriores descreveram as atividades da Comissão e seus sucessos durante sua primeira década. Como estará agora em termos de seu programa de investimento e prioridades operacionais?

O programa de investimento cresceu a uma base de 15% ao ano durante a década passada. Na realidade, o ritmo de crescimento do programa foi acelerado nos últimos anos. Isso é devido parcialmente à inclusão da Namíbia como membro da SADCC. Mais importante, porém, foi o desenvolvimento de planos de investimento para os sistemas de transportes portuários, que ainda não tinham sido atendidos, recentemente concluídos e somados ao programa geral.

Em termos do programa de investimento da SATCC e da solicitação de apoio para implementação, as seguintes ações deverão ser desenvolvidas nos próximos 2-3 anos:

- inclusão de dois novos e abrangentes projetos no programa. São estes o Plano Decenal de Desenvolvimento na área da Aviação Civil e o Sistema de Transportes do Porto do Namibe;

- ação renovada para solicitação de fundos visando o desenvolvimento do sistema de transportes do Porto de Lobito;

- desdobramento gradual dos programas em desenvolvimento nos sistemas de transporte portuários na costa leste e suas conexões terrestres.

O Plano de Aviação Civil não vai ser tão abrangente quanto os programas de desenvolvimento de portos e estradas de ferro. As estimativas do Plano de Ação da SADCC para Segurança em Aviação Civil (1), por exemplo, que compreenderá grande parte do total do Plano Decenal de Desenvolvimento, sugere que cerca de US\$ 125 milhões, durante o período de 10 anos, serão requeridos para o projeto.

Embora Namibe tenha sido oficialmente designado sistema regional pela SATCC no início de 1990, pouca atividade foi realizada para iniciar a identificação do projeto. Isso por causa dos contínuos problemas de segurança que atacam Angola e o fato de que o sistema de Lobito, sendo de óbvia

(1) "Civil Aviation Safety Plan", SATCC Technical Unit, January 1991.

maior ~~pri~~oridade, está sendo iniciado. Quando os problemas de segurança forem resolvidos, é provável que o desenvolvimento do Corredor de Lobito seja mais acelerado, considerando o número prospectivo de doadores que já se identificaram. O sistema de Namibe deverá, inevitavelmente, ficar bem atrás de Lobito.

Existem também muitos programas que, embora em andamento, são considerados de longo prazo e serão investidos num futuro relativamente longínquo. Finalmente, há um considerável número de projetos que foram admitidos no programa, apesar do seu caráter regional ser considerado "suspeito". Outros, embora de óbvia natureza regional, têm extremo baixo retorno nos investimentos. A julgar pela resposta de agências de financiamento prospectivas, a maioria dos projetos nessa categoria pode ficar sem financiamento indefinidamente.

A conclusão do que está descrito acima é que alguns novos projetos deverão ser adicionados ao Programa da SATCC nos próximos anos, com concomitante diminuição no crescimento do valor do Programa. Um período de consolidação dos investimentos do Programa está previsto, enquanto a ênfase da SATCC será no aprofundamento dos programas existentes, muito provavelmente através da adição de assistência técnica e componentes de treinamento e aperfeiçoamento da coordenação operacional e organizacional, desempenho empresarial e financeiro.

Talvez a modificação mais significativa empreendida pela Comissão até o presente momento tenha sido a iminente transferência de responsabilidade de pessoal, financiamento e operacionais dos países nórdicos para os Estados da SADCC. Durante os 10 primeiros anos a Unidade Técnica foi desenvolvida em uma organização eficiente com um grau razoável de capacidade profissional e recursos suficientes para permiti-los cumprir suas responsabilidades satisfatoriamente. A efetividade da Unidade Técnica contribuiu muito para o sucesso da Comissão, particularmente para a mobilização de recursos de investimento. É de se esperar que a Unidade seja permitida a continuar a funcionar como um verdadeiro corpo regional, sem o impedimento de interesses nacionais, que transponham os regionais.

5. A SATCC e a próxima década

A razão de ser da SADCC e de seus órgãos setoriais foi a existência de uma África do Sul com políticas raciais domésticas inaceitáveis e políticas direcionadas à destabilização dos países vizinhos. Uma das razões para o sucesso da SATCC na arrecimação de recursos para investimento e outros apoios foi a contínua existência de uma África do Sul antagônica aos Estados-membros da SADCC, tanto em termos econômicos quanto em termos morais.

Desde 1987, em particular, mudanças foram iniciadas na Africa do Sul, e parecem continuar aceleradamente, o que pode eliminar num curto espaço de tempo o objetivo principal e original da SADCC. Nações do Ocidente a favor dos objetivos da SADCC indicaram recentemente que a reaproximação com a Africa do Sul deveria começar, com o passo inicial, em muitos casos, sendo a remoção de sanções econômicas. Esse é, sem dúvida, um desafio para a Organização e seus membros.

No caso dos transportes e comunicações essa eventualidade já foi aceita intelectualmente há vários anos, através dos numerosos estudos realizados pela Comissão, particularmente os que têm por objetivo avaliar os benefícios econômicos de investimentos de capital. Esses estudos incluíram uma "integração política entre a SADCC e a Africa do Sul" - cenário sobre comércio e transportes, para avaliar o investimento proposto.

Contatos sempre existiram entre alguns países da SADCC e a Africa do Sul num nível de trabalho, particularmente nos sub-setores linhas de ferro, estradas rodoviárias e aviação civil. No entanto, em geral, a presunção básica da SADCC tem sido a de proceder com base na manutenção da situação política durante o período de planejamento. Esta posição está prestes a modificar-se. Na Conferência Consultiva Anual de 1991, realizada em Windhoek, os maiores doadores na área de transportes e comunicações discutiram com a Comissão uma

proposta para a realização de um estudo extensivo sobre as solicitações setoriais da África Austral, que inclui a África do Sul como uma participante plena e legítima. O estudo será conduzido com recursos da Comunidade Européia e executado pelo Banco Mundial, e deverá ser iniciado no final de 1991. Ficou entendido que os futuros projetos SATCC a serem financiados pelas agências de financiamento serão baseados, em grande parte, nos resultados desse estudo.

O seguinte trecho da minuta dos termos de referência do estudo resume concisamente o seu grande objetivo:

"Investments and policies for the transport and communications sectors in Southern Africa must be adapted to the changing market conditions that are being brought about by recent social and economic developments in the region. The prospective emergence of a post-apartheid RSA as a full trading partner with the other countries in the region will bring about many opportunities and problems, particularly in the transport and communications sectors. Economic problems and civil disturbances in some of the region's countries have hindered the maintenance and further development of their internal transport systems. In view of these developments the region's priorities are evolving in new directions and a program of actions and investments is urgently needed to promote the fuller integration of regional trade, transport and communications". (1)

A utilidade desse estudo foi amplamente aceita no âmbito da SATCC. O fato sugere apreciação da inevitabilidade das mudanças e vontade de promover cooperação. Entre-

(1) "Draft Terms of Reference - Regional Transport and Communications Integration Study for Southern Africa", World Bank, March, 1991.

tanto, há importantes considerações que os Estados-membros e seus setores de transporte e comunicações estão conscientes de que afetará significativamente a forma que a integração tomará em última instância.

Primeiramente reconhece-se que o poder econômico relativo da África do Sul excede em muito o dos estados da SADCC combinados. Seu PIB é 3,5 vezes maior que toda a SADCC, apesar de ter apenas cerca de 50% da população. Tem também um grande número de gerentes e técnicos treinados e a capacidade desenvolvida de treinar muito mais ainda. Seus setores de transporte e comunicações são comercialmente orientados e eficientes. Em suma, a África do Sul como um membro da SADCC, ou pelo menos um parceiro de cooperação é, para muitos, uma probabilidade avassaladora.

O que deve a Comissão fazer para preparar-se para o futuro? A resposta parece ser continuar agindo da mesma maneira, embora com alguma mudança de foco. Por exemplo, continua a necessidade de perseguir maior eficiência de serviços através de melhor coordenação regional e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção das linhas de abastecimento dos Estados-membros. No mais, mudanças serão necessárias, no sentido de que menos esforço será requerido para aumentar capacidades e mais será exigido para diminuir custos e aumentar a eficiência operacional.

Um importante passo agora, proposto nas conclusões do estudo do Banco Mundial, particularmente com respeito à avaliação antecipada de futuros padrões de comércio, é o planejamento nos setores transportes e comunicações. Outras considerações são:

- várias maneiras de promover custo-benefício e confiabilidade de serviços nos sistemas de transporte e comunicações da SADCC têm que ser empreendidos, de modo a preparar a região para a competição política livre com a África do Sul, assim como remover impedimentos do comércio intra-SADCC;

- agora que foram conseguidas instalações adequadas, principalmente no sub-setor transportes, há a necessidade de consolidar investimento de infra-estrutura e perseguir operações eficientes. Isso será principalmente adquirido através de esforços unilaterais e bilaterais, embora a SATCC possa apoiar através da contínua mobilização de recursos para aperfeiçoamento de mão-de-obra e melhores práticas gerenciais;

- provisão deveria ser feita para atender as eventualidades que podem acompanhar a transição para o Governo de maioria da África do Sul. Em particular a SATCC deveria continuar a assegurar capacidades adequadas para acomodar seu comércio, se os sistemas da África do Sul tornarem-se inadequados ou não-confiáveis durante a transição;

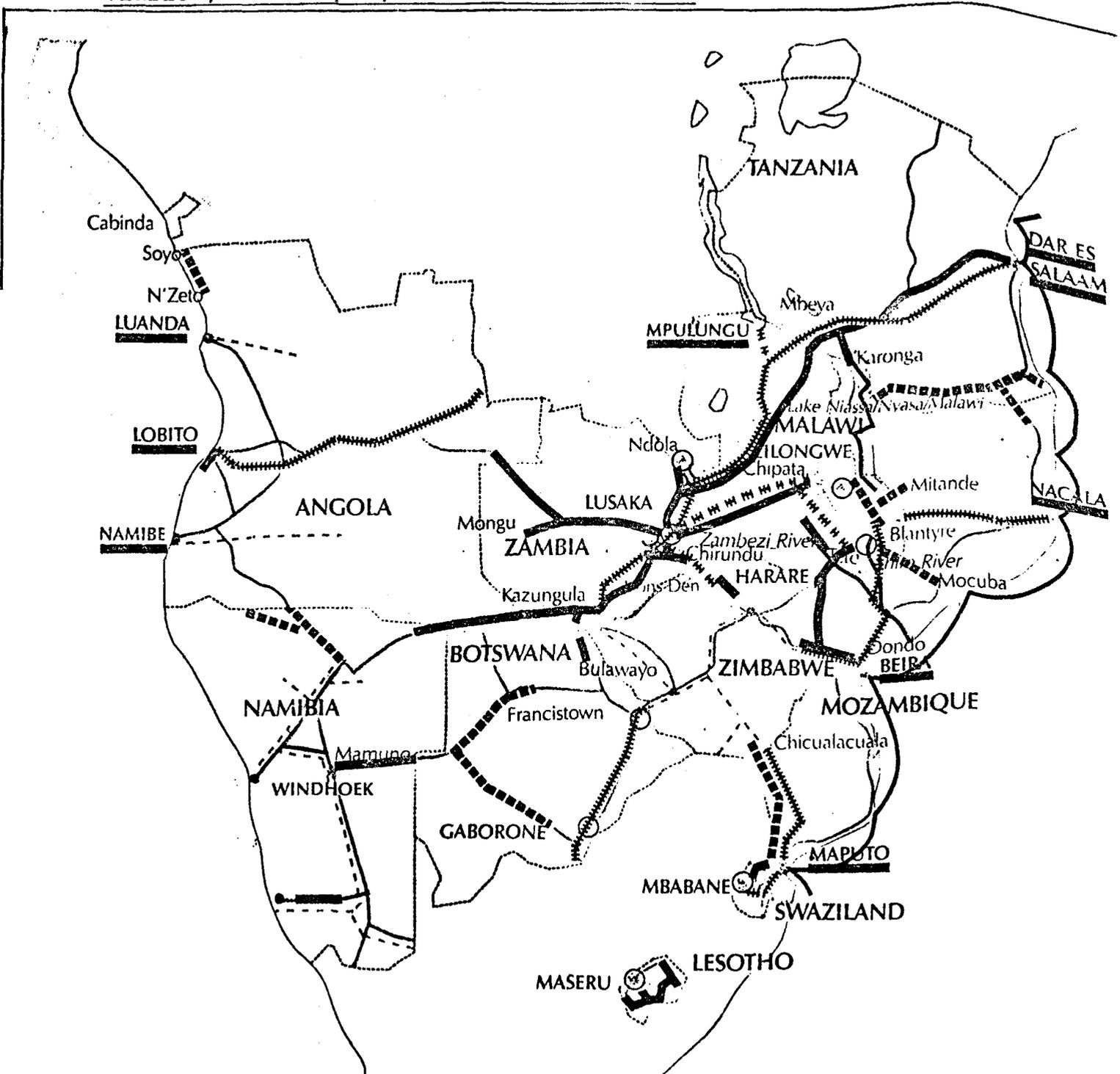
- a SATCC deveria tornar-se mais ativa no encorajamento de troca de informações e na promoção de coordenação operacional entre seus próprios operadores de serviços de transporte e os da África do Sul;

- a estrutura e operações da Comissão deveria ser examinada de maneira crítica para ver como podem melhor se adaptar com antecipação às mudanças que virão, na priorização de objetivos.

Apesar dos desafios apresentados durante os últimos 10 anos, a próxima década não parece menos desafiadora. De fato, pelo menos uma coisa parece que não corre o risco de mudar no futuro próximo. Esse é o dinamismo da região, na medida em que ela continua a demandar adaptações e inovações dos setores de transporte e telecomunicações.

FIGURA 01

Projetos de Transportes Ferroviários, Rodoviários, Portuários, Fluviais e Marítimos



- ~~~~~ Railway Project
- ~--- Railway Study
-)(Railway Bridge Project
- Dry Port
- Road Study
- Road Project
- Coastal Navigational Aids and Inland Water Transport Project
- Regional Port Project

Scale 1:20 000 000

QUADRO 22

PLANO DE AÇÃO DA SADCC - PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO NO SETOR TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO (1990)

SUB-SETOR	NO.	TOTAL	REC. EXT.	LOCAL	RECURSOS	%	EM NEGOCIAÇÃO		GMP	
		US\$M	US\$M	US\$M	ASSEGURADOS			%		%
Projetos Regionais de Coordenação Operacional	31	96.10	94.90	1.20	24.50	26.00	8.00	8.00	63.60	66.00
Projetos de Treinamento	20	91.50	83.10	8.40	48.70	53.00	8.20	9.00	34.60	38.00
Projetos Sistema Transporte Porto de Maputo	22	2.60	861.30	111.30	394.20	41.00	11.10	1.00	567.30	58.00
Projetos Sistema Transporte Porto da Beira	7	739.40	684.80	54.60	371.20	50.00	96.70	13.00	271.50	37.00
Projetos Sistema Transporte Porto de Nacala	5	285.30	251.40	33.90	168.70	59.00	6.50	2.00	110.10	39.00
Projetos Sistema Transporte Porto de Dar-es-Salaam	8	863.50	771.90	91.60	559.30	65.00	43.70	5.00	260.50	30.00
Projetos Sistema Transporte Porto de Lobito	6	577.70	571.60	6.10	32.60	6.00	22.00	4.00	523.10	91.00
Projetos Transporte Intra-Regional	36	1412.00	1179.70	232.30	364.60	26.00	233.30	16.00	814.10	58.00
Projetos Aviação Civil	25	362.70	344.50	18.20	63.40	18.00	8.00	2.00	291.30	80.00
Telecomunicações	44	1029.90	924.40	105.50	341.80	33.00	74.80	7.00	613.30	60.00
Projetos Meteorologia	10	18.90	18.50	0.40	9.30	49.00	-	-	9.60	51.00
Projetos Serviços Postais	4	31.60	19.50	12.10	13.70	43.00	-	-	17.90	57.00
TOTAL	218	6481.20	5805.60	675.60	2392.00	37.00	512.30	8.00	3576.90	55.00

Fonte: Relatório de Progresso Anual da SADCC - 1989/1990

II.2.2 - Comércio Exterior

Nesta seção serão examinadas as relações comerciais dos países da SADCC com a África do Sul, com o objetivo de averiguar a extensão da dependência. Procurar-se-á também determinar o intercâmbio comercial entre os países da SADCC, uma vez que a promoção desse intercâmbio constitui importante fator de integração. A autora deseja assinalar neste ponto que foi extremamente difícil obter dados confiáveis sobre o comércio exterior atualizados. Os reproduzidos aqui foram extraídos de trabalho publicado pelo Secretariado da Organização, em 1986. (1) Os dados mais recentes referem-se a 1984. No entanto, a situação daquele ano para cá não teria evoluído. Como se pode depreender das estatísticas compiladas na primeira seção deste capítulo, a característica geral dos nove membros da SADCC na década de 80 é a estagnação, o mesmo se referindo à África do Sul, que, a partir das aplicações das sanções impostas pelas Nações Unidas, aliada à queda do preço do ouro, seu principal produto de exportação, entrou numa fase de recessão econômica. Este estudo se valerá, para complementar os dados aqui reproduzidos, das estatísticas levantadas por Fernando Jorge Cardoso em ensaio de 1989 (2), que servirá para confirmar a observação de que o intercâmbio co-

(1) "SADCC Intra-Regional Trade Study, Gaborone, 1986

(2) Cardoso, Fernando Jorge - "SADCC e a Interdependência Econômica na África Austral-Realidades e Perspectivas, Lisboa, Outubro 1989.

mercial regional pouco evoluiu no período.

Os Quadros seguintes (nº 25 a 34) retratam a evolução do comércio internacional dos membros da SADCC entre si no período 1979/84, bem como com a África do Sul e com o resto do mundo.

QUADRO 23

ANGOLA: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	24.20	(28.23)	(19.60)	(7.74)	(2.08)	(24.76)
including:						
Angola						
Botsvana	23.18	(27.50)	(14.94)	(-)	(0.16)	(-)
Lesoto	-	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Maláve	-	(-)	(-)	(-)	(-)	(0.65)
Moçambique	0.11	(0.60)	(0.71)	(3.58)	(1.79)	(2.46)
Suazilândia	-	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Tanzânia	0.91	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Zâmbia	-	(-)	(0.35)	(0.07)	(-)	(1.71)
Zimbábue	-	(0.13)	(3.60)	(4.09)	(0.13)	(19.94)
B: PTA-nes	0.33	(0.12)	(0.20)	(0.15)	(0.15)	(0.15)
C: África do Sul						
D: Resto do Mundo	1,087.67	1,330.75	1,571.20	997.11	(726.87)	(796.69)
E: Total	1,112.20	1,359.10	1,591.00	1,005.00	(729.10)	(821.60)

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	1.35	(0.02)	(0.11)	(0.98)	(0.25)	6.31
including:						
Angola						
Botsvana	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
Lesoto	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
Maláve	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
Moçambique	1.35	(0.02)	(0.11)	(0.98)	(0.25)	6.31
Suazilândia	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
Tanzânia	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
Zâmbia	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
Zimbábue	-	(-)	(-)	(-)	(-)	-
B: PTA-nes	0.05	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
C: África do Sul						
D: Resto do Mundo	1,089.30	1,766.18	1,772.89	1,691.02	1,776.55	1,979.89
E: Total	1,090.70	1,766.20	1,773.00	1,692.00	1,776.80	1,986.20

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 24

BOISUANA: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF + Tarifas (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		46.10	50.12	43.41	53.83	
including:						
Angola	(-)	(-)	-	-	-	(-)
Botswana						
Lesoto	(0.01)	(0.01)	0.03	0.02	0.03	(0.03)
Maláue	(0.33)	(0.18)	0.72	0.51	0.60	
Moambique	(-)	(-)	-	-	0.01	-
Suazilândia	(-)	(-)	0.08	0.27	0.01	
Tanzânia	(-)	(-)	0.02	0.02	0.02	(-)
Zâmbia	(0.20)	0.49	0.72	0.67	1.98	
Zimbábue	45.42	48.55	41.92	51.18	(54.47)	
B: PTA-nes		(0.30)	(0.33)	0.45	0.10	
C: África do Sul	(456.35)	(601.00)	(699.20)	585.66	611.08	
D: Resto do Mundo		(43.62)	(49.04)	58.35	92.97	
E: Total	520.64	691.02	798.69	687.87	757.98	

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		(41.67)	36.49	54.31	52.33	
including:						
Angola	(21.00)	(25.00)	2.98	-	-	(-)
Botswana						
Lesoto	(0.02)	(0.02)	0.03	0.04	0.01	(0.02)
Maláue	(-)	(0.15)	0.13	0.07	0.05	
Moçambique	(1.15)	(0.01)	8.21	8.35	4.76	(2.40)
Suazilândia	(-)	(-)	0.01	-	0.01	
Tanzânia	(-)	(-)	-	0.01	0.07	(-)
Zâmbia	(1.12)	0.97	1.58	0.99	0.92	
Zimbábue		15.52	23.55	44.85	46.51	(30.91)
B: PTA-nes	(0.67)	(0.60)	(0.56)	0.23	0.46	
C: África do Sul	(30.40)	(33.30)	(66.20)	51.47	52.38	
D: Resto do Mundo		427.45	296.45	350.75	520.58	
E: Total	436.26	503.02	399.70	456.76	625.75	

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 25

LESOTO: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		(0.31)	(1.94)	(0.43)	(1.07)	(0.38)
including:						
Angola	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Botswana	(0.02)	(0.02)	(0.03)	(0.04)	(0.01)	(0.02)
Lesoto						
Maláve	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Moçambique	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(0.01)
Svazilândia	(0.02)	(0.02)	(0.04)	(0.01)	(0.03)	(0.03)
Tanzânia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Zâmbia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Zimbábue		(0.27)	(1.87)	(0.38)	(1.03)	(0.32)
B: PTA-nes		(0.10)	(0.10)	(0.11)	(0.10)	
C: África do Sul	351.30	449.80	490.30	(512.70)		
D: Resto do Mundo		13.49	12.66	(14.74)		
E: Total	360.70	463.70	505.00	527.98	587.10	

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	(0.01)	(0.09)	(0.20)	(0.04)	(0.34)	(0.15)
including:						
Angola	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Botswana	(0.01)	0.01	(0.02)	(0.02)	(0.03)	(0.03)
Lesoto						
Maláve	(-)	-	(-)	(-)	(-)	(-)
Moçambique	(-)	0.07	(0.16)	(-)	(0.30)	(0.08)
Svazilândia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Tanzânia	(-)	-	(-)	(-)	(-)	(-)
Zâmbia	(-)	(0.01)	(-)	(0.01)	(-)	(-)
Zimbábue	(-)	(-)	(0.02)	(0.01)	(0.01)	(0.04)
B: PTA-nes	(-)	(-)	(-)	(0.01)		
C: África do Sul	15.30	23.55	23.10	14.90		
D: Resto do Mundo	29.73	34.56	26.20	21.16		
E: Total	45.04	58.20	49.50	36.11	21.80	

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 26

MALÁUE: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	16.69	27.90	29.20	29.06		
including:						
Angola	-	-	-	(-)	(-)	(-)
Botsuana	(0.15)	0.17	(0.14)	(0.08)	(0.06)	
Lesoto	(-)	-	(-)	(-)	(-)	(-)
Maláue						
Moçambique	2.21	2.26	2.59	3.35	(2.62)	(3.33)
Suazilândia	(-)	0.10	(-)	(-)	(-)	(-)
Tanzânia	0.19	0.33	0.21	0.14	(0.66)	(0.03)
Zâmbia	8.27	9.44	5.17	4.98		
Zimbábue	5.87	15.60	21.09	20.51	(16.47)	(14.03)
B: PTA-nes	1.16	1.01	(1.47)	(1.21)		
C: África do Sul	(165.70)	162.35	115.70	103.50		
D: Resto do Mundo	(214.05)	248.97	213.33	170.23		
E: Total	397.60	440.23	359.70	304.00		

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	8.26	22.93	28.50	22.93		
including:						
Angola	(-)	-	-	(-)	(-)	(0.59)
Botsuana	(0.30)	0.16	(0.65)	(0.46)	(0.55)	
Lesoto	(-)	-	(-)	(-)	(-)	(-)
Maláue						
Moçambique	0.45	3.16	1.54	1.15	(0.42)	(1.35)
Suazilândia	(-)	0.01	(-)	(-)	(-)	(-)
Tanzânia	0.03	0.08	0.03	0.01	(6.85)	(0.65)
Zâmbia	5.92	4.35	4.10	3.35		
Zimbábue	1.56	15.17	22.18	17.96	(8.09)	(10.93)
B: PTA-nes	1.58	2.96	2.67	(2.56)		
C: África do Sul	(10.40)	9.22	13.50	13.60		
D: Resto do Mundo	202.56	250.04	243.03	197.91		
E: Total	222.80	285.15	287.70	237.00		

Fonte: SADCC Intra-regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 27MOÇAMBIQUE: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	14.24	(23.87)	17.49	25.04	32.01	22.24
including:						
Angola	0.72	(0.02)	(0.12)	1.08	0.27	6.98
Botsuana	1.27	0.01	4.86	5.93	6.46	2.65
Lesoto	-	(0.07)	0.11	-	0.33	0.09
Maláue	0.15	(2.98)	1.49	(1.26)	0.46	1.49
Moçambique						
Suazilândia	2.84	(1.00)	(1.02)	0.54	2.24	3.12
Tanzânia	9.05	(18.85)	5.30	(2.47)	1.79	1.01
Zâmbia	0.21	(0.55)	0.08	-	0.08	-
Zimbábue	-	0.39	4.51	13.76	20.38	6.90
B: PTA-nes	1.85	(1.84)	(25.90)	(2.02)	(2.14)	3.71
C: África do Sul	81.85	88.19	100.10	67.64	60.96	63.41
D: Resto do Mundo	472.56	687.92	658.68	742.84	541.34	
E: Total	570.50	801.82	802.17	837.54	636.45	

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	6.74	(6.87)	29.20	26.73	5.10	10.48
including:						
Angola	0.10	(0.56)	0.59	3.25	0.08	3.15
Botsuana	-	-	-	-	-	-
Lesoto	-	-	-	-	-	0.01
Maláue	2.67	(2.05)	3.64	(3.05)	2.38	3.03
Moçambique						
Suazilândia	2.89	1.41	1.09	1.30	2.00	0.37
Tanzânia	1.08	(2.06)	2.04	12.23	0.58	3.81
Zâmbia	-	0.03	-	-	-	0.02
Zimbábue	-	0.76	21.84	6.90	0.06	0.09
B: PTA-nes	6.55	(49.22)	(6.30)	(17.90)	(0.49)	(2.55)
C: África do Sul	12.19	7.14	7.84	4.04	4.56	6.71
D: Resto do Mundo	229.77	218.21	237.881	80.92	121.30	
E: Total	255.25	281.44	281.22	229.59	131.45	

Fonte: SADCC Intra-regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 28

SUAZILÂNDIA: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF + Tarifas (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		(2.29)	(3.61)	(3.88)		
including:						
Angola	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Botswana	(-)	(-)	(0.01)	(0.01)	(0.01)	
Lesoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Maláve	(-)	(0.01)	(-)	(-)	(-)	(-)
Moçambique	(3.20)	(1.55)	(1.20)	(1.43)	(2.20)	(0.41)
Suazilândia						
Tanzânia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Zâmbia	(0.04)	(-)	(0.10)	(0.64)		
Zimbábue		(0.73)	(2.30)	(1.80)	(1.32)	(0.54)
B: PTA-nes	(2.55)		(0.55)	(0.44)		
C: África do Sul	396.96	561.06	497.60	431.20		
D: Resto do Mundo			95.44	84.83		
E: Total	434.81	602.23	597.20	520.35	614.00	

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		(3.68)	(8.28)	(8.29)		
including:						
Angola	(-)	-	-	-	(-)	(-)
Botswana	(-)		(0.07)	(0.25)	(0.01)	
Lesoto	(0.02)	0.02	0.04	0.01	(0.03)	(0.03)
Maláve	(-)	-	-	-	(-)	(-)
Moçambique	(2.58)	0.91	0.93	(0.49)	(2.04)	(2.84)
Suazilândia						
Tanzânia	(-)	-	-	-	(-)	(-)
Zâmbia	(1.82)	1.25	2.90	3.57		
Zimbábue		(1.50)	(4.34)	(3.97)	(1.54)	(0.32)
B: PTA-nes	(3.02)	(3.00)	(2.65)	3.29		
C: África do Sul	53.97	106.30	124.50	113.20		
D: Resto do Mundo		245.8	230.17	182.12		
E: Total	233.54	358.83	365.60	306.90	310.00	

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 29

TANZÂNIA: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	9.18	7.36	7.85	34.86	25.09	11.16
including:						
Angola	-	-	-	-	-	-
Botsuana	-	-	-	-	-	-
Lesoto	-	-	-	-	-	-
Maláve	0.04	0.18	0.04	0.02	7.54	0.71
Moçambique	1.83	2.88	3.54	15.78	4.07	3.83
Suazilândia	-	-	-	-	-	-
Tanzânia	-	-	-	-	-	-
Zâmbia	7.31	4.30	3.42	5.99	4.81	6.62
Zimbábue	-	-	0.85	13.07	8.67	-
B: PTA-nes	12.05	10.24	14.00	15.32	12.89	19.88
C: África do Sul	-	-	-	-	-	-
D: Resto do Mundo	1,066.85	1,228.06	1,153.69	787.83	905.59	-
E: Total	1,088.08	1,245.66	1,175.54	838.01	943.57	-

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	26.51	19.77	4.94	3.67	3.85	4.57
including:						
Angola	-	-	-	-	-	-
Botsuana	-	-	-	-	-	-
Lesoto	-	-	-	-	-	-
Maláve	0.11	0.21	0.13	0.29	0.60	0.03
Moçambique	15.53	17.16	2.69	2.08	1.53	3.66
Suazilândia	-	-	-	-	-	-
Tanzânia	-	-	-	-	-	-
Zâmbia	10.87	2.30	1.89	1.15	1.41	0.88
Zimbábue	-	0.10	0.23	0.15	0.31	-
B: PTA-nes	29.47	31.27	26.58	12.95	9.22	10.97
C: África do Sul	-	-	-	-	-	-
D: Resto do Mundo	472.54	522.39	536.45	426.78	338.19	-
E: Total	528.52	573.43	567.97	443.40	351.26	-

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 30

ZÂMBIA: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	11.15	19.79	(62.96)	62.98		
including:						
Angola	-	-	(-)	-	(-)	(-)
Botsuana	1.12	1.53	(1.77)	1.73	(0.90)	
Lesoto	-	0.01	(-)	0.01	(-)	(-)
Maláve	6.59	3.50	(2.97)	1.83		
Moçambique	0.02	0.03	(-)	-	(-)	(0.02)
Svazilândia	1.82	1.52	(4.33)	4.19		
Tanzânia	1.60	3.02	(2.63)	2.96	(1.41)	(0.88)
Zâmbia						
Zimbábue	-	10.18	(51.26)	52.26	(31.72)	(33.79)
B: PTA-nes	12.92	13.22	(4.06)	4.02		
C: África do Sul	81.28	173.09	160.80	145.04		
D: Resto do Mundo	642.99	905.72	836.77	789.85		
E: Total	748.34	1,111.82	1,064.59	1,001.89	538.00	

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC	24.25	29.82	(50.68)	36.04		
including:						
Angola	0.01	-	(0.32)	0.06	(-)	(1.55)
Botsuana	0.18	0.42	(2.22)	0.22	(1.80)	
Lesoto	-	-	(-)	-	(-)	(-)
Maláve	6.93	5.16	(6.40)	3.72		
Moçambique	0.12	0.51	(0.06)	0.06	(0.07)	(-)
Svazilândia	0.04	-	0.10	0.58		
Tanzânia	4.20	4.01	(5.79)	2.80	(4.37)	(6.02)
Zâmbia						
Zimbábue	12.77	19.72	(35.79)	28.60	(22.84)	(21.29)
B: PTA-nes	4.60	6.38	(5.74)	2.48		
C: África do Sul	5.25	7.21	6.31	2.97		
D: Resto do Mundo	1,339.96	1,254.31	1,015.74	982.44		
E: Total	1,374.06	1,297.72	1,078.47	1,023.93	866.00	

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 31

ZIMBÁBUE: COMÉRCIO EXTERIOR 1979-84

Importações CIF (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		49.151	15.03	108.18	86.11	63.85
including:						
Angola	(-)	-	-	-	-	-
Botswana		15.26	25.23	45.05	44.35	30.91
Lesoto	(-)	-	0.01	0.01	0.01	0.04
Maláue	(1.56)	15.28	21.85	13.57	8.09	10.93
Moçambique	(-)	0.67	27.56	12.52	8.96	0.09
Suazilândia		1.50	4.33	3.97	1.54	0.32
Tanzânia	(-)	0.15	0.26	0.16	0.32	0.27
Zâmbia	(12.77)	16.29	35.79	32.90	22.84	21.29
Zimbábue						
B: PTA-nes		0.53	0.72	0.32	0.48	0.24
C: África do Sul			406.33	315.69	256.86	186.17
D: Resto do Mundo			956.64	1,003.81	706.72	
E: Total	808.00	1,259.51	1,478.72	1,428.00	1,050.17	

Exportações FOB (milhões US\$)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A: SADCC		68.17	138.98	122.86	108.06	114.58
including:						
Angola	(-)	0.12	3.37	3.72	0.49	9.98
Botswana		39.37	41.67	33.68	40.36	49.52
Lesoto		0.25	1.70	0.34	0.94	0.29
Maláue	(5.30)	12.59	20.67	16.23	14.97	12.75
Moçambique	(-)	4.61	16.21	22.72	15.14	5.39
Suazilândia		0.66	2.09	1.64	1.20	0.49
Tanzânia	(-)	0.01	2.00	7.76	3.24	2.37
Zâmbia	(-)	10.56	51.27	36.77	31.72	33.79
Zimbábue						
B: PTA-nes		7.79	8.54	7.25	3.97	9.55
C: África do Sul			279.23	181.99	189.71	186.60
D: Resto do Mundo			863.66	753.73	698.26	
E: Total	949.30	1,225.43	1,290.41	1,065.83	1,000.00	

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

QUADRO 32

COMÉRCIO INTRA-SADCC 1979-84 (milhões US\$)

Importações de Países de SADCC						
Importações para:	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Angola	24	28	20	8	2	25
Botsuana	(40)	46	50	43	54	(56)
Lesoto	(0)	0	2	0	1	0
Maláve	17	28	29	29	(25)	(23)
Moçambique	14	24	17	25	32	22
Suazilândia	(4)	2	4	4	(4)	(2)
Tanzânia	9	7	8	35	25	11
Zâmbia	11	20	63	63	(40)	(42)
Zimbábue	(26)	49	115	108	86	64
Total	(145)	204	308	315	(269)	(245)

Exportações para Países de SADCC						
Exportações de:	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Angola	1	0	0	1	0	6
Botsuana	(45)	42	36	54	52	(34)
Lesoto	0	0	0	0	0	(0)
Maláve	8	23	29	23	(22)	(18)
Moçambique	7	7	29	27	5	10
Suazilândia	(5)	4	8	8	(7)	(7)
Tanzânia	27	20	5	4	4	5
Zâmbia	24	30	51	36	(33)	(35)
Zimbábue	(41)	68	139	123	108	115
Total	(158)	194	297	276	(231)	(230)

Fonte: SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC, Gaborone, 1986.

Ao examinar os quadros, nota-se imediatamente grande disparidade no intercâmbio comercial dos países membros da SADCC com a África do Sul. O leque abrange países como Angola e Tanzânia, que, até 1984, não mantinham relações comerciais com a África do Sul, e Lesoto, Maláui e Suazilândia, e, em grau pouco menor, o Botsuana, cujo comércio exterior é realizada em porcentagem avassaladora com aquele país. No que se refere a esses países, é de se notar que são todos

países sem fronteiras marítimas e cujos contatos com o mundo exterior são realizados, por gosto ou a contra-gosto, através da África do Sul, o que fez sobressair a importância dos transportes para as trocas comerciais.

Outra característica interessante diz respeito à estrutura do comércio exterior do Botsuana, Lesoto e Maláui. Os três países, todos membros da União Aduaneira da África Austral - SACU (1), são máquinas de fabricação de divisas para a África do Sul. Com efeito, esses países, em 1989, dirigem mais de metade de suas exportações para o resto do mundo, mas derivam quase a totalidade de suas necessidades externas da África do Sul. Assim, o Botsuana, em 1983, colocou 83,2% de suas exportações em países não-africanos, enquanto importava da África do Sul, no mesmo ano, 80,6% do global das compras externas. O Lesoto, em 1982, vendeu para países não-africanos 58% de suas exportações e colocou na África do Sul 97% de suas importações, no mesmo ano. O Maláui, em 1982, dirigiu 84% de suas exportações para o resto do mundo e comprou da África do Sul, também em 1982, 34% de suas necessidades externas. As cifras acima citadas não são ocorrências esporádicas e sim reflexo de padrão de comportamento do comércio exterior desses países que tem por trás fato-

(1) São membros da SACU o Botsuana, a Suazilândia, o Lesoto e a Namíbia, além da África do Sul. As tarifas externas comuns, decididas pela África do Sul, caracterizam-se por altas tarifas para produtos produzidos também na RAS e tarifas relativamente baixas para os demais produtos.

res múltiplos, sendo que, no caso do Lesoto e da Suazilândia, predomina a respectiva situação geográfica. Tão fortes são esses laços de dependência que 10 anos de SADCC não lograram nem sequer os atenuar. No entanto, tudo indica que essa situação não perdurará depois da democratização da África do Sul. Ela é mantida hoje por meio de união aduaneira (SACU) que serve de escudo protetor das exportações sul-africanas a esses países por preços superiores a similares encontráveis em outras partes do mundo. Sendo esse o papel da união aduaneira, pode-se especular aqui sobre sua sobrevivência após o advento de uma nova África do Sul. Estudos já estão sendo realizados para verificar se a retirada da união e o estabelecimento de regime aduaneiro próprio não resultaria mais rentável do que o mecanismo de rateio dos direitos aduaneiros pela fórmula prevista no acordo da SACU. Em 1988, esse rateio representou, para o Botsuana, Lesoto e Suazilândia, 15%, 70% e 60% da receita orçamentária, respectivamente. No caso específico do Lesoto, o caminho mais racional poderia ser a negociação de uma união econômica com a África do Sul que, além de melhor atender a estrutura de comércio exterior daquele país, cobrirá seu maior produto de exportação, qual seja, mão-de-obra. Com efeito, o Lesoto cobre o enorme déficit estrutural de sua balança comercial com as remessas dos trabalhadores empregados nas minas e na agricultura da África do Sul.

O que precede sobre o papel do Botsuana, Lesoto, Maláui e Suazilândia de ser conduto de divisas para a África do Sul leva a pensar que o relacionamento de dependência expresso no intercâmbio comercial descrito não é apenas unilateral, mas funciona nos dois sentidos. No entanto, se utilizarmos o conceito de interdependência, pelo qual as relações entre dois parceiros criam necessariamente dependências recíprocas, verificamos que a interdependência acima mencionada não tem o equilíbrio que o termo exige. O intercâmbio comercial entre a África do Sul e os países da SADCC acima mencionados está viciado em uma assimetria provocada por uma série de fatores de dominação que permitem à África do Sul ditar os termos do relacionamento e obter concessões que são desvantajosas para o outro parceiro. Não fosse o elemento de dominação, seria possível àqueles países importar os mesmos produtos de outras fontes, a preços e condições mais favoráveis.

Outra característica do comércio exterior dos países da SADCC é a estagnação. Nos 6 anos analisados, nenhum dos nove países logrou expandir constantemente suas exportações e, assim, melhorar sua capacidade de importação. O quadro é típico de países exportadores de matérias primas e importadores de bens manufaturados, com pouca ou nenhuma base industrial própria. De 1984 para cá, a situação não mudou muito, mesmo depois das iniciativas da SADCC de dar maior atenção ao intercâmbio comercial. Dentro do atual quadro consti-

tucional da SADCC, porém, de priorizar os interesses nacionais e de recusar qualquer estrutura supranacional, será muito difícil estimular o intercâmbio entre os membros da Organização. Contudo, passo importante será realizado nesse sentido quando forem superadas as contradições entre a SADCC e o PTA, ao qual alguns países (Angola, Botsuana e Moçambique) ainda não aderiram.

Importantes exceções ao padrão acima descrito são o Zimbábue e o Botsuana. A estrutura econômica mais diversificada desses países os permite competir contra a Africa do Sul no seu próprio mercado e penetrar, embora minimamente, nos mercados de alguns dos membros da SADCC. O intercâmbio com a Africa do Sul mostra também dinamismo bilateral, embora até 1984 favorecesse a este. O fato é, porém, que o Zimbábue e o Botsuana vêm demonstrando, ultimamente, mais dinamismo do que a Africa do Sul. Mais adiante far-se-ão comentários sobre as perspectivas de manutenção do atual esquema de hegemonia sul-africana sobre os membros da SACU (Namíbia inclusive), diante das mudanças que ora acontecem na Africa do Sul.

II.2.3 - Importação de Mão-de-Obra

A importação de mão-de-obra é o relacionamento onde a verdadeira face do apartheid e onde a dominação são

aparentes. Estima-se hoje que nada menos de 1,5 milhão de trabalhadores estrangeiros, provenientes de países do sul da África, estão empregados nos setores mineiros e agrícolas da África do Sul, principalmente, mas também na indústria e ainda como empregados domésticos. Desde 1975 a África do Sul vem recorrendo paulatinamente menos ao trabalhador estrangeiro, em função de crescente pressão para a absorção de mão-de-obra interna. Mesmo assim, a importação do trabalho forâneo dificilmente poderá desaparecer, mesmo após a democratização da África do Sul, pois os laços criados, sobretudo os de dependência, não podem ser desfeitos pura e simplesmente por nenhum dos parceiros. A economia do Lesoto depende das remessas de seus nacionais que trabalham na África do Sul. Cortar essa importação provocaria convulsão social tão grande no Lesoto que seus efeitos extravasariam certamente para o país importador. O que poderá modificar no futuro serão as condições de trabalho, com a eliminação do caráter quase escravo do atual esquema no qual o trabalhador não possui nenhum direito e está submetido a regras rigorosas de comportamento.

As importações de mão-de-obra pela África do Sul (com exceção dos bantustões) do Lesoto, do Botsuana, do Maláue, de Moçambique e da Suazilândia são examinados de maneira sucinta, a seguir.

Lesoto

Em 1976, segundo as estatísticas disponíveis, cerca de 150 mil cidadãos do Lesoto trabalhavam nas minas de carvão sul-africanas, representando mais de 30% da força de trabalho ativa do país. Esse número baixou para 140 mil em 1980 e 113 mil em 1987, ou 21% da força de trabalho. Essa redução deveu-se, conforme mencionado acima, à substituição de mão-de-obra importada pela local, em função do aumento do de desemprego crescente na África do Sul. As remessas de divisas auferidas por esta força de trabalho foram responsáveis, em 1979/1980, por ingressos de US\$ 200 milhões e US\$ 276 milhões em 1987. Para se ter uma idéia ainda mais precisa da importância para o Lesoto da exportação de mão-de-obra, basta examinar o quadro relativo ao comércio exterior do país, onde a enorme disparidade entre exportação e importação é conciliada pelas remessas dos trabalhadores na África do Sul.

Suazilândia

A situação é menos dramática na Suazilândia, de onde cerca de 10.000 trabalhadores, representando, em 1980, 6% de força de trabalho, obtinham emprego em minas sul-africanas. Em 1987 esse número subiu para 16.000, equivalente, porém, a 3,1% da força ativa, responsáveis por remessas de US\$ 12 milhões. Para um país cujas exportações médias na década dos 80 foi de US\$ 3,20 milhões, as remessas representam quase 4%.

Botsuana

O Botsuana não foge à regra dos dois países anteriores, com cerca de 60 mil cidadãos trabalhando nas minas e fazendas na África do Sul, conforme estatísticas constantes do Plano de Desenvolvimento do Botsuana (1). Aproximadamente 15% da população masculina trabalha fora do país. Considerando, porém, a faixa etária entre 20 a 40 anos, limites de idade normalmente abrangidos pelos contratos de trabalho, estima-se que 55% da população masculina naquela faixa emigra.

O bom desempenho econômico do Botsuana nos anos 80 permitiu que houvesse sensível retração na exportação de mão-de-obra, na medida que aumentavam as oportunidades de emprego no país. Assim, em 1987, 18.000 cidadãos daquele país, ou 3,4% da sua força de trabalho, encontravam-se nas minas sul-africanas, o que rendeu ao país US\$ 20 milhões em remessas.

(1) National Development Plan, 1979-1985, Botswana, Ministry of Finance and Development.

Maláue

O Maláue teve até 1978 entre 100.000 e 130.000 nacionais trabalhando na Africa do Sul, estatísticas que variam segundo as fontes consultadas (1). Em 1987, porém, esse número caiu para 18.000, equivalente a 3,4% da força de trabalho ativa, com remessas calculadas em US\$ 68 milhões.

Moçambique

Depois do Lesoto, Moçambique é o segundo país mais dependente das remessas de trabalhadores emigrantes. As vinculações com a Africa do Sul são muito antigas, tendo sido formalizadas com Portugal em 1909 e revistas em 1928, 1930, 1977 e 1979.

A Convenção regulou durante décadas os contratos de trabalho de aproximadamente 100.000 moçambicanos por ano nas minas do Transvaal e, nas palavras de Mário Azevedo (2), passou a constituir o núcleo do relacionamento de Moçambique com a Africa do Sul e de sua dependência daquele país.

(1) Ver Cardoso, Fernando Jorge (op.cit., 1989) e Massot, A.- Africa Meridional: coordenação para independência económica e para o desenvolvimento, IRB, Brasília, 1982

(2) Azevedo, Mario-"A sober commitment to liberation?", African Affairs, 1981.

Segundo Azevedo, as características da Convenção sempre foram muito favoráveis a Portugal, que, até a independência de Moçambique, recebia do Governo sul-africano, diretamente em Lisboa, 60% dos salários dos operários negros em barras de ouro, ao valor de US\$ 35 a onça. Os 40% restantes eram pagos aos operários em escudos ao final do contrato. Portugal vendia o ouro aos preços de mercado, auferindo, em 1973, US\$ 121 milhões. A partir da independência, o ouro passa a ser remetido a Moçambique, que prossegue na operação de revenda durante 1975 (US\$ 175 milhões), 1976 (US\$ 220 milhões), 1977 (US\$ 150 milhões) e 1978 (US\$ 230 milhões). Em 1979, o Governo sul-africano decide não mais observar os preços de US\$ 35 a onça, mas os preços de mercado, o que se quantifica, segundo Azevedo, numa perda de R 160 milhões para o país.

Segundo Hardinger Singh (1), estima-se em 120.000 o número de moçambicanos trabalhando em minas sul-africanas, em 1978. Esse número não é exato, por muitos trabalhadores estarem em situação irregular e por não desejarem os Governos divulgar as cifras reais.

Esse número, em 1987, já havia baixado para 47 mil, ou 9% da força de trabalho do país, rendendo, mesmo assim, a Moçambique, US\$ 106 milhões, montante considerável face a uma exportação que se situa em torno de US\$ 300 milhões.

(1) Singh, H. "Economic Implications of Migratory Labour in South Africa, India Quaterly, 1981.

II.3 - O desenvolvimento do Programa de Ação nas demais áreas (1)

O Quadro 35 abaixo mostra a situação dos projetos em desenvolvimento no âmbito da SADCC, distribuídos por setor.

Como se pode ver, o setor transportes e comunicações é o de prioridade máxima, reunindo 218 projetos dos 518 existentes no total, representando 39% do total do Programa de Ação.

Se, no entanto, observarmos os valores financeiros dos referidos projetos, do total geral do Programa de US\$ 8,245.28 bilhões, US\$ 6,481.20 bilhões estão alocados no setor transporte e comunicações, representando, agora, 78,6% do valor total.

No que se referem às duas outras áreas de maior dependência da África do Sul, a saber, o comércio exterior e a importação de mão-de-obra (desenvolvimento de recursos humanos), observa-se que os recursos alocados são inexpressivos. A área de comércio conta com 16 projetos, no valor total de US\$ 23,07 milhões, sendo que somente US\$ 6,53 milhões assegurados até o momento; o setor de desenvolvimento de recursos humanos conta com 34 projetos aprovados, no valor de US\$ 20,02 milhões, sendo que US\$ 10,12 já assegurados.

(1) Relatório de Progresso Anual da SADCC 1989/1990.

QUADRO 33

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - SITUAÇÃO POR SETOR (Posição 1990)

SETOR	NO.	TOTAL	REC. EXTERNOS	%	LOCAL	%	ASSICURADAS	%	EM NEGOCIAÇÃO	%	GAP	%
ENERGIA	89	668.49	645.00	96.49	23.49	3.51	168.42	25.20	29.70	4.44	470.37	70.36
ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E REC. NATUR.												
Treinamento e Pesquisa Agrícola	17	259.23	246.40	95.05	12.83	4.95	79.52	30.68	0.00	0.00	179.71	69.32
Pescas, florestas e Animais Selvagens	56	362.93	351.15	96.75	11.78	3.25	120.42	33.20	11.60	3.20	230.91	63.60
Segurança Alimentar	40	185.99	148.30	79.74	37.69	20.26	62.53	33.62	1.47	0.79	121.99	65.59
Produção de Gado e Controle Doenças Anim.	15	91.87	45.39	49.41	46.48	50.59	56.28	61.26	7.90	8.60	27.69	30.14
Conservação de Solo e Água e Utilização de Terras	13	64.36	54.09	84.04	10.27	15.96	22.46	34.90	0.00	0.00	41.90	65.10
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	16	23.07	22.65	98.18	0.42	1.82	6.53	28.31	0.39	1.69	16.15	70.00
DESENVOLVIMENTO RECURSOS HUMANOS	34	20.02	19.82	99.00	0.20	1.00	10.12	50.55	0.00	0.00	9.90	49.45
MINERAÇÃO	52	77.63	73.68	94.91	3.95	5.09	34.13	43.96	1.20	1.55	42.30	54.49
TURISMO	8	10.49	10.27	97.90	0.22	2.10	2.56	24.40	0.00	0.00	7.93	75.60
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	218	6481.20	5805.60	89.54	675.60	10.42	2392.00	37.00	512.30	8.00	3576.90	55.00
TOTAL	558	8245.28	7422.35	90.02	822.93	9.98	2954.97	35.84	564.56	6.85	4725.75	57.31

Notas: 1) A coluna "secured" inclui recursos locais e estrangeiros.
 2) A coluna "negotiation" refere-se a recursos já identificados.
 Fonte: Relatório de Progresso Anual 1989/1990 - SADCC

QUADRO 34

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - ÁREA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Pos.1990)

Sub-Setor	No.	Total	Rec. Ext.	Local	(Milhões US\$)					
					Recursos Assegurados	%	Em negociação	%	Gap	%
Coordenação Geral	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de Apoio	7	11.63	11.21	0.42	3.94	33.88	0.14	1.20	7.55	64.92
Promocão de Comércio	6	2.24	2.24	-	2.24	100.00	-	-	-	-
Financiamento de Comércio	2	9.20	9.20	-	0.35	3.80	0.25	2.72	8.60	93.48
Total	16	23.07	22.65	0.42	6.53	28.31	0.39	1.69	16.15	70.00

QUADRO 35

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - ÁREA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (Pos.1990)

<i>Categoria de Projetos</i>	<i>NO.</i>	<i>TOTAL US\$000</i>	<i>RÉC. EXT. US\$000</i>	<i>LOCAL US\$000</i>	<i>RECURSOS ASSEGURADOS US\$000</i>	<i>RECURSOS EM NEGOCIAÇÃO</i>	<i>GAP</i>
<i>Inter-Setorial</i>	17	9.43	9.43	-	7.43	-	2.00
<i>Setor Especifico</i>							
<i>Energia</i>	2	3.20	3.20	-	-	-	3.20
<i>SACCAR</i>	-	-	-	-	-	-	-
<i>Segurança Alimentar</i>	3	6.35	6.35	-	1.65	-	4.70
<i>Animais Selvagens</i>	3	-	-	-	-	-	-
<i>Indústria e Comércio</i>	1	-	-	-	-	-	-
<i>Mineração</i>	3	-	-	-	-	-	-
<i>Turismo</i>	1	1.00	0.80	0.20	1.00	-	-
<i>Transporte e Comunicações</i>	1	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	3	0.04	0.04	-	0.04	-	-
Total	34	20.02	19.82	0.20	10.12	0.00	9.90

O programa na área de indústria e comércio é baseado no apoio e na expansão das indústrias locais dos países membros, bem como do comércio regional, além do estabelecimento de mecanismos de financiamento de comércio.

No que se refere ao setor Desenvolvimento de Recursos Humanos, essa será a área prioritária da década de 90, tendo em vista a constatação, por parte dos membros e participantes da SADCC, de que, ao lado da falta de recursos financeiros, o maior problema que redundou nos atrasos dos projetos durante a década 80-90 foi justamente a falta de pessoal qualificado para o desempenho de atividades nas diferentes áreas de atuação da Organização.

Dois novos projetos foram aprovados em 1990:

- Centro de Educação à Distância, a ser estabelecido na Suazilândia; e

- Fortalecimento do ensino de Matemática e Ciência na região da Africa Austral.

Durante o período 1980-1990 foram distribuídas 136 bolsas de estudo a cidadãos da região austral para participarem de diferentes cursos em instituições de ensino e universidades estrangeiras (mormente européias), porém os resultados e o retorno do investimento ainda não foi avaliado.

Descrever-se-á, a seguir, o desenvolvimento de programas e projetos dos demais setores de atuação da SADCC, a saber, as áreas de energia, alimentação, agricultura e recursos naturais, mineração, turismo e pesca marítima.

Energia

É um setor dominante do Programa de Ação. As redes elétricas estão agora conectadas entre seis países da SADCC: Botsuana, Maláui, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue e já existem planos para conectar os outros países, incluindo Angola-Namíbia, através do Rio Cunene e Namíbia-Zâmbia.

No sub-setor petróleo, ênfase tem sido dada na exploração conjunta de hidrocarbonetos.

O Lesoto e a Suazilândia têm trabalhado no desenvolvimento de estratégias de reservas de carvão; programas vêm sendo desenvolvidos na área de conservação e novas e renováveis fontes de energia.

Os projetos na área de energia totalizam 89, incluindo 5 novos projetos aprovados em 1990. Dos 89 projetos 29, no valor total de US\$ 54,65 milhões estão totalmente financiados; 9 projetos estão em reformulação; 7 estão parcialmente financiados e 39 necessitam de financiamento. Do total, 10 projetos foram totalmente realizados até 1990.

QUADRO 36

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - ÁREA ENERGIA (Posição 1990)

Sub-Setor	No.	CUSTO	REC.	RECURSOS		EM		GAP		
		TOTAL	EXT.	LOCAL	ASSEGUADOS	NEGOCIAÇÃO		US\$ MIL.	%	
		US\$ MIL	US\$ MIL	US\$ MIL	US\$ MIL	%	US\$ MIL	%	US\$ MIL	%
Geral	7	26.54	20.91	5.63	23.96	90.28	0.00	0.00	2.58	9.72
Petróleo	13	45.68	43.27	2.41	14.61	31.98	29.20	63.92	1.87	4.10
Carvão Mineral	6	2.51	1.11	1.40	2.40	95.62	0.00	0.00	0.11	4.38
Eletricidade	45	566.33	555.46	10.87	119.44	21.09	0.00	0.00	446.89	78.91
N.R.S.E.	2	0.25	0.25	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.25	100.00
Carvão Vegetal	12	21.35	18.32	3.03	3.66	17.14	0.50	2.34	17.19	80.52
Conservação	4	5.83	5.68	0.15	4.35	74.61	0.00	0.00	1.48	25.39
TOTAL	89	668.49	645.00	23.49	168.42	25.20	29.70	4.44	470.37	70.36

Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais

A área cobre cinco sub-setores: pesquisa agrícola; segurança alimentar; pescas em rios, florestas e animais selvagens; pecuária e controle de doenças animais; conservação de água e solos e utilização de terras. O programa consiste de 141 projetos num custo total de US\$ 964,38 milhões, dos quais US\$ 341,21 milhões já foram assegurados.

- Pesquisa Agrícola de Treinamento - Os projetos têm sido desenvolvidos principalmente no estudo do sorgo e do milho, além do estudo de outras sementes.

- Segurança Alimentar - Foi estabelecido o "Regional Early Warning", apoiado por uma rede de unidades nacionais, com o objetivo de garantir o fluxo de informações entre os países membros da SADCC no que se refere à situação de cada um na área alimentação, permitindo assim o planejamento de abastecimento.

- Pecuária e Controle de Doenças Animais - A atenção foi inicialmente voltada ao estudo e controle das principais doenças animais e, em 1987, foi instalado o Laboratório de Referência de Doenças Animais, já em utilização pelos países membros. Atualmente o programa está voltado para a produção animal, com programas de aumento da produtividade leiteira e serviços de inseminação artificial.

QUADRO 37

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - ÁREA ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

(Posição 1990)

SUB-SETOR	NO.	CUSTO TOTAL	REC. EXT. US\$m	LOCAL US\$m	RECURSOS ASSEGURADOS US\$m	%	EM NEGOCIAÇÃO US\$m	%	GAP US\$m	%
Segurança Alimentar	40	185.99	148.30	37.69	62.53	33.62	1.47	0.79	121.99	65.59
Pesquisa Agrícola	17	259.23	246.40	12.83	79.52	30.68	0.00	0.00	179.71	69.32
Produção de Gado e Contro- le de Doenças Animais	15	91.87	45.39	46.48	56.28	61.26	7.90	8.60	27.69	30.14
Conservação de Solos e Água e Utilização de Terras	13	64.36	54.09	10.27	22.46	34.90	0.00	0.00	41.90	65.10
Pescas	18	174.05	171.99	2.06	15.91	9.14	0.00	0.00	158.14	90.86
Florestas	20	149.71	142.53	7.18	83.43	55.73	10.65	7.11	55.63	37.16
Animais Selvagens	18	39.17	36.63	2.54	21.08	53.82	0.95	2.43	17.14	43.75
TOTAL	141	964.38	845.33	119.05	341.21	35.38	20.97	2.18	602.20	62.44

- Pescas, Florestas e Animais Selvagens

A área inclui o desenvolvimento de projetos na área da aquacultura, maior programa no sub-setor das pescas. No que se refere às florestas, está sendo concluído o Centro de Treinamento em Indústrias Florestais, além do desenvolvimento de projetos de reflorestamento. O setor animais selvagens (fauna) e flora, está desenvolvendo programas contra a seca para preservar a fauna e a flora da região.

- Conservação de Água e Solos e Utilização de Terras

A preocupação inicial foi criar na região austral uma consciência dos efeitos da degradação do meio-ambiente, através da realização de "workshops" e seminários. O ZACPLAN (Zambezi River System Action Plan) é o maior programa do sub-setor. Ainda não foi implementado, por falta de recursos.

Mineração

Ênfase foi dada à exploração e desenvolvimento de projetos delineados para aumentar o processamento local de minerais em produtos acabados e semi-acabados. O programa compreende um total de 52 projetos, no valor de US\$77,63 milhões, dos quais US\$ 34,13 milhões estão assegurados.

QUADRO 38

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - ÁREA MINERAÇÃO (Posição 1990)

SUB-SETOR	NO.	TOTAL	Rec-Ext.	LOCAL	RECURSOS		EM		GAP	
		US\$M	US\$M	US\$M	ASSEGUADOS	%	NEGOCIAÇÃO	%	US\$M	%
					US\$M		US\$M			
Coordenação Geral	10	6.73	6.36	0.37	4.05	60.00	-	-	2.68	40.00
Minerais Energéticos	9	14.01	13.43	0.58	3.29	23.48	1.20	8.57	9.52	67.95
Metais Preciosos	2	0.24	0.24	-	-	-	-	-	0.24	100.00
Minerais Metálicos	10	3.30	3.30	-	-	-	-	-	3.30	100.00
Minerais Não-Metálicos	14	51.91	48.91	3.00	25.50	49.00	-	-	26.41	51.00
Água	1	1.00	1.00	-	1.00	100.00	-	-	-	-
Mão-de-Obra	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Mineração	6	0.44	0.44	-	0.29	65.90	-	-	0.15	34.10
TOTAL	52	77.63	73.68	3.95	34.13	387.40	1.20	0.00	42.30	312.60

QUADRO 39

FINANCIAMENTO DE PROJETOS SADCC - ÁREA TURISMO (Posição 1990)

Projetos	US\$ Million		Local	Rec. Asseg.	Em Negociação US\$ Mil	Gap US\$ Mil
	Total	Rec. Ext.		Fonte US\$ Mil		
TURISMO						
1.0.1	Distribuição de Rede Interna	0.02	-	0.02	0.02 (SADCC)	-
1.0.2	Desenvolvimento Base Promoção Recursos	0.48	0.48	-	-	0.48
1.0.3	Marketing Turismo na Europa	8.65	8.65	-	1.20 (CBI/IMPOD) (SWE) (NET)	7.45
1.0.4	Marketing Turismo Intra-Regional	0.40	0.40	-	0.40 (CFTC)	-
1.0.5	1. América do Norte & Océano Pacífico Projetos Pesquisa de Mercado	0.30	0.30	-	0.30 (CFTC)	-
	2. Pesquisa Mercado Escandinávia	0.04	0.04	-	0.04 (CFTC)	-
	3. Pesquisa Mercado Europa Oriental	-	-	-	-	-
2.0.1	Desenvolvimento de Produto	-	-	-	-	-
3.0.1	Classificação de Hotéis & Planeja- mento de Turismo	0.20	0.10	0.10	0.10 (SADCC) 0.10 (UNDP)	-
3.0.2	Harmonização & padronização de Estatísticas Turísticas	0.40	0.30	0.10	0.10 (SADCC) 0.30 (WTU/UNDP)	-
TOTAL		10.49	10.27	0.22	2.56	0.00
						7.93

Turismo

O programa de turismo tem se concentrado no marketing das atrações turísticas da região. O programa está sendo revisto, para adequar-se às prioridades da indústria turística. Atualmente existem oito projetos no valor de US\$ 10,49 milhões, dos quais US\$ 2,56 milhões (24,4%) já assegurados.

Pesca Marítima e Estudos Oceanográficos

A área é bastante recente no âmbito da SADCC, e foi destinada à Namíbia em maio de 1991. O plano de desenvolvimento do setor, bem como relação e descrição dos projetos de desenvolvimento serão apresentados na próxima Reunião Consultiva Anual, a realizar-se em Maputo, em janeiro de 1992.

CAPÍTULO III

Avaliação dos resultados obtidos e os anos 90

Simba Makoni, Secretário Executivo da SADCC, durante a Conferência de Parlamentares da Europa Ocidental a favor de Ações contra o apartheid (AWEPA), realizada em Windhoek, Namíbia, em abril de 1991, disse:

"It must be stated very clearly that we seek to reduce our dependence on South Africa not just because it is governed by a white minority racist regime, which denies the majority of people their basic rights. We seek now, in the era of apartheid, and will continue to seek, in the era after apartheid, to reduce our dependence on South Africa, principally because that dependence is basically uneconomic and also politically unacceptable. It does not make economic or political sense for most able bodied Basothos to have to emigrate in search of jobs, in the process developing and enriching one country while their own remains poor and backward. It does not make economic sense for Malawi's tea to travel 5000 Km to Durban or Port Elizabeth, at four-fold the cost of travelling to Nacala, 800 Km away. It does not make economic or political sense for Botswana and Namibians to import high cost electricity from South Africa, generated from high sulphur polluting Witbank coals, when respectively, their own Morupule Coal and Ruacana Hydropower potential remain unexploited. These and indeed many more ironies of our situation will remain central concerns of SADCC, even after the scourge of apartheid has been eliminated". (1)

(1) Discurso de abertura da Conferência da AWEPA, Windhoek, Namíbia, 08.04.91.

Simba Makoni estava respondendo à indagação que muitos se fazem hoje sobre o futuro da SADCC, depois da derrota do apartheid e o advento, na África do Sul, de um regime de maioria. Na sua resposta alguns elementos ficam bastante claros, quais sejam:

a) a SADCC foi criada não apenas para reduzir ou eliminar os laços de dependência dos seus membros da África do Sul segregacionista mas também para facilitar seu desenvolvimento através da coordenação de políticas econômicas;

b) os laços de dependência criados durante o apartheid ainda permanecerão depois de sua eliminação e , portanto, a SADCC continuará sendo a melhor maneira de resolver esses problemas, já com a participação de uma África do Sul democrática;

c) a SADCC é ainda o escudo que evitará que o poderio econômico puro e simples da África do Sul domine as economias mais frágeis dos países da região. Logo, a integração da África do Sul na SADCC, Organização comprometida com a equidade, equilíbrio e benefício mútuo, é o desafio que a Organização terá de enfrentar.

A resposta a esse desafio não será o abandono da luta contra a subjugação, dominação, ineficiência econômica e desperdício, o que seria a reversão ao conceito da

Constelação de Estados. Soluções para os novos e difíceis problemas que sobrevirão depois do apartheid, não só na África do Sul como na região, poderão ser mais facilmente encontradas no marco institucional da SADCC, que já demonstrou possuir flexibilidade para adaptar-se às mudanças.

As observações citadas podem-se acrescentar outras ligadas às realizações da SADCC que, por si só, fornecem impulso suficientemente forte para que os 10, e eventualmente, os 11 membros desejem mantê-la.

Em primeiro lugar, a SADCC desempenhou papel muito importante ao gerar a idéia de unidade e solidariedade entre seus membros, ao estabelecer identidade regional e ao desenvolver uma consciência entre variados setores dos respectivos povos, de estarem associados a uma entidade maior do que cada país-membro, mas dedicada ao bem-estar de todos. Nos últimos 10 anos, surgiram multiplicidade de associações e organizações regionais, oriundas de vários setores da sociedade, como, por exemplo, de contabilistas da SADCC, arquitetos da SADCC, conselhos empresariais da SADCC, banqueiros da SADCC, jornalistas da SADCC, juventude da SADCC, museus da SADCC, mulheres da SADCC, etc. Em outras palavras, a SADCC saiu dos escritórios dos Governos e das salas de conferência para penetrar a sociedade e tornar-se um órgão novo e presente na consciência das populações.

Em segundo lugar, a SADCC já demonstrou ser capaz de formular e implementar programas e projetos de desenvolvimento. O Programa de Ação da SADCC consiste hoje de mais de 500 projetos em 7 grandes áreas, avaliados em US\$ 8,245.28 bilhões. Além de formular e calcular os custos dos projetos, a SADCC realizou progresso substantivo na mobilização de recursos não só para financiar projetos como também para sua implementação, Cerca de 35% do valor total do Programa de Ação isto é, US\$ 2,954.97, já foi coberto por fontes internacionais e dos próprios países, dos parceiros externos da SADCC e dos Governos dos países membros. Há projetos da SADCC sendo executados em toda a região, valendo a pena mencionar, a título ilustrativo, as seguintes listas de projetos operacionais :

- o corredor da Beira; a ligação por microondas Francistown/Victoria Falls/Lusaka; operações conjuntas entre a Air Botsuana , Air Tanzania, Air Zimbabwe, Lesotho Airways, Linha Aéreas Moçambicanas e Zambia Airways; o sistema regional de alerta no que concerne à segurança alimentar, as usinas de moagem de Matopos para sorgo e cevada e os programas de melhoramento de grãos de Arusha; o Centro de Administração Agrícola de Mananga; as conexões de força de Mutare/Chibata/Levingstone/Kasane/Bulawayo/Morupule; a usina hidrelétrica de Semnkong; o centro de treinamento em petróleo de Sumbe; os laboratórios de geocronologia de Harare e de análise de carvão de Lilongwe; o centro de informação de qualidade e padronização de proventos de Blantyre, etc.

Em terceiro lugar, a SADCC é, na firme convicção dos países da região, o instrumento melhor dotado para efetuar a integração regional que todos reconhecem ser necessária à sobrevivência. A Organização já demonstrou-se capaz de executar a complexa tarefa de desenvolvimento regional coordenado, que exige a harmonização de interesses nacionais e regionais competitivos e muitas vezes conflitivos, além de conciliar expectativas imediatas e objetivos a longo prazo. O objetivo final da SADCC - integração regional genuína e equitativa - não foi ainda alcançado, embora fortes vínculos regionais nessa direção já tenham sido forjados. Existe tendência mundial para formar blocos como única maneira de assegurar o progresso. Mesmo os países mais avançados, pequenos e grandes, estão procurando ampliar suas bases econômicas através da formação de agrupamentos regionais, tais como a Europa 1992, a União Econômica dos países que emergiram depois da desmontagem da União Soviética, a área de Livre Comércio da América do Norte, o agrupamento dos países da orla do Oceano Pacífico e a iniciativa do Presidente Bush de integração da América do Norte e da América Latina. Reconhecendo essas tendências globais e os imperativos regionais, os líderes da região, mesmo depois do desaparecimento do apartheid e já contando com a África do Sul entre seus membros, decidiram passar da fase de coordenação de projetos para a de coordenação setorial e de execução de políticas supranacionais, visando acelerar o processo em direção à integração.

Em quarto lugar, há a questão da dependência. Se, nos 10 anos de sua existência, a SADCC logrou reduzir, na área de transportes, sobretudo, a dependência da África do Sul, o fez através da transferência da dependência para os doadores externos. Ora, a redução da dependência significa aumento simultâneo da capacidade de auto-sustentação, e essa capacidade terá de ser fortalecida no momento em que a comunidade internacional, sobretudo os países doadores, se virem diante de novas realidades e demandas.

Procurar-se-á neste capítulo aprofundar essas observações e, ao mesmo tempo, realizar avaliação geral da SADCC, bem como analisar suas perspectivas futuras. Muitas das idéias aqui contidas foram derivadas das apresentações feitas durante a última reunião do Foro de Liderança Africana, realizada em Windhoek, de 9 a 10 de setembro de 1991, dedicado a examinar os reptos lançados à África Austral, em particular, e ao continente, em geral, por uma África do Sul de governo de maioria. Idéias e conceitos foram igualmente extraídos de entrevistas pessoais com vários Embaixadores sediados em Windhoek, Namíbia.

Preliminarmente, medir-se-á as realizações da SADCC à luz dos objetivos enunciados na Declaração de Lusaka, bem como das prioridades nela descritas. Esses objetivos e prioridades foram, como mencionados antes, traduzidos num Programa de Ação da SADCC, o qual é apresentado aos doadores

internacionais nas Conferências Consultivas Anuais. Todos os projetos constantes do Programa de Ação são escolhidos por consenso, tal como estipulado no Memorandum de Entendimentos sobre as instituições da SADCC, que é o documento principal que governa as operações da Organização.

Ao fazer essa avaliação, é necessário traçar antes o quadro sócio-econômico no qual os países da SADCC viveram nos últimos 10 anos.

Em primeiro lugar, os países da SADCC, como, aliás, todas as economias dos países em desenvolvimento, em grau maior ou menor, sofreram os efeitos da deterioração dos termos de troca, da recessão no mundo industrializado, do problema da dívida externa, da renda per capita em declínio, da redução da capacidade industrial, além de secas, etc. Todos esses fatores militaram contra o desempenho econômico vigoroso dos membros da SADCC.

Em segundo lugar, alguns desses países (Angola, Lesoto, Maláue, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue), em função de algumas das dificuldades acima mencionadas, empreenderam reformas estruturais induzidas mormente pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional durante a segunda metade da década de 80. Esses programas de ajustamento, ao melhorarem em alguns casos o desempenho macro-econômico daqueles países, pioraram consideravelmente as condições sociais,

especialmente as das populações urbanas, criando assim novos problemas políticos e econômicos para seus respectivos Governos. Keneth Kaunda, Presidente da Zâmbia, atribuiu abertamente suas dificuldades políticas ao programa de ajustamento econômico que seu país empreendeu, em discurso pronunciado em Windhoek, em 6 de outubro de 1991.

Em terceiro lugar, menção deve ser feita à guerra civil em Angola e Moçambique, e seus efeitos negativos sobre os países vizinhos. Essas guerras perturbaram profundamente a vida econômica e social dos países afetados, gerou milhões de refugiados, destruiu capacidade produtiva e desviou imensas quantidades de recursos para o setor de defesa. As guerras foram utilizadas e manipuladas pela África do Sul que, de acordo com a Estratégia Nacional Total, praticou política de desestabilização contra a região, como punição pela rejeição da CONSAS. Já foi mencionado que o custo material dessa política de desestabilização, no período de 1980 a 1988 foi estimado em US\$ 60 bilhões (considerando os países da SADCC conjuntamente), de acordo com estudos realizados pelas Nações Unidas. Isso representa 3,6 vezes o que foi recebido de ajuda ao desenvolvimento por todos os países da SADCC durante o período de 1979 a 1987. Embora os cálculos da ONU foram excessivos, de acordo com alguns críticos, não deixam de enfatizar que a África do Sul, através do apoio à UNITA (Angola) e à RENAMO (Moçambique) e de ataques militares diretos a outros países, infligiu pesados prejuízos e atrasou

o desenvolvimento econômico e social da SADCC. Profundas mudanças estão ocorrendo, porém, na região. Depois da ascensão ao poder do Presidente F.W. de Klerk na África do Sul, as intervenções militares diretas cessaram, aparentemente. Os acordos de Bicesse puseram fim à guerra civil em Angola, em junho de 1991, permitindo que este país se engaje na via de reconstrução. Se a guerra persiste em Moçambique, apesar das propostas do Presidente Chissano à RENAMO, é porque, segundo Fernando Jorge Cardoso (1989), Moçambique desempenha papel fundamental no seio da SADCC, "como via de acesso alternativa (e preferencial) ao mar por parte dos países vizinhos. Ou seja, a desestabilização de Moçambique dificulta o processo de desenvolvimento na região e dispensa, em grande medida, o desdobramento de ações diretas sobre outros países". (1)

Não obstante o quadro adverso acima descrito, o desempenho geral da SADCC foi considerado bem sucedido pelo Relatório Anual de Progresso da Organização (julho de 1989 a agosto de 1990). Um balanço das realizações e fracassos deve ser feito nessa altura.

(1) Cardoso, Fernando Jorge - SADCC e a Interdependência Econômica na África Austral: realidades e perspectivas, IEEI, Lisboa, 1989.

III.1 - As Realizações

Ampliando as observações feitas no início deste capítulo, pode-se dizer que a SADCC alcançou alguns êxitos notáveis.

Primeiramente, a SADCC continua a ser esquema autêntico de cooperação regional, que emergiu inicialmente da cooperação política e firme disposição dos Governos dos FLS, posteriormente endossados pelos demais membros da Organização. A SADCC conseguiu afastar no momento de sua constituição conceitos e estratégias alheias às suas necessidades e interesses. Não abraçou o modelo da Comunidade Econômica Européia, rejeitou as propostas da CONSAS e não seguiu as diretrizes do Plano de Ação de Lagos. Como foi dito no primeiro capítulo, a adoção de forma flexível de coordenação foi essencial para seu êxito, permitindo a acomodação de diferentes perspectivas políticas e garantindo a coordenação prática de interesses comuns. A auto-confiança que essa forma sui-generis de agrupamento de países gerou foi especialmente importante para resistir às várias tentativas dos países doadores de obrigar a SADCC a conformar-se com seus interesses.

Em segundo lugar, a SADCC, em função da escolha do sistema de coordenação econômica, logrou convencer paulatinamente os doadores que, no começo, entretinham dúvidas

sobre a viabilidade da Organização ou eram até hostis a ela e se recusaram a dar-lhe apoio significativo. O Banco Mundial e os Estados Unidos são dois exemplos proeminentes. Hoje, o Banco Mundial cobre a SADCC de elogios e a tem como modelo de organização regional a ser seguido ou analisado por outros países africanos. Em 1987, estudo empreendido conjuntamente pela OECD e a SADCC concluiu que:

"... one of SADCC's major achievements has been to initiate and sustain an extensive range of consultative mechanisms and consultations with international partners, thus being remarkably successful in presenting its programmes and strategies to the international community in attracting interest and resources from abroad and in building a network of functional relations internationally and in the region". (1)

O apoio crescente dos países industrializados foi motivado em grande parte pelo desejo de não aplicarem sanções totais contra a Africa do Sul. Como foi dito no primeiro capítulo, foi o apartheid que valorizou a SADCC aos olhos dos doadores, face aos outros agrupamentos económicos no continente africano. Com a derrota do apartheid e a ascensão do Governo de maioria na Africa do Sul, porém, a SADCC corre o perigo de perder boa parte do apoio financeiro que vem recebendo. Portanto, cabe à SADCC não só criar mecanismos adicionais de mobilização de recursos dentro da região para

(1) SADCC/OECD Consultants, Joint Study of structures and procedures in cooperation to implement the SADCC programmes of action. Gaborone, 1987.

compensar eventuais perdas de apoio externo e aumentar, ao mesmo tempo, a vitalidade e auto-confiança da Organização, como também convencer os doadores de que ela é meritória em si mesma, face aos êxitos alcançados, ao entendimento político interno e à percepção geral de que é a melhor via para assegurar a longo prazo o progresso econômico e social da África Austral. Há motivos concretos para afirmar que o apoio externo deverá continuar, não obstante a tendência de reorientação da ajuda externa para a Europa Oriental e a União Soviética. Deve-se considerar que os países doadores vêm trabalhando com a SADCC há 10 anos, durante os quais forjaram os laços descritos nas citações pouco atrás, fornecendo, assim, um contexto familiar de trabalho cooperativo, sem contar a simpatia gerada nos meios decisórios do Governo dos países doadores. A assinatura da declaração de cooperação preferencial com os países nórdicos, em 1986, e o memorandô de entendimento entre a Organização e a Comunidade Européia são dois indícios fortes. Pode-se, portanto, afirmar que o 4ª meta da Declaração de Lusaka foi atingido.

Em terceiro lugar, a SADCC, como já foi visto no Capítulo II, conseguiu reduzir a dependência da maioria de seus membros da África do Sul, principalmente no terreno de transporte e comunicações. Já em 1987, 75% da carga seca importada e exportada dos países membros sem litoral era processada em países da SADCC, não obstante a guerra em Angola e Moçambique. Se se incluir petróleo e derivados, a relação é

de 67:33 em favor dos portos da SADCC. Essa relação deverá aumentar na medida em que a infra-estrutura de transporte e os portos vão sendo restaurados e ampliados, perspectiva que melhorou depois da paz em Angola. Estima-se que, dentro de 10 anos, mais de 90% do comércio externo será processado pelas facilidades pertencentes à SADCC. Vê-se, portanto, que, no que concerne à segunda meta da Declaração de Lusaka, e ainda com relação à primeira, progresso significativo foi realizado.

Em quarto lugar, os projetos da SADCC têm tido influência favorável no desempenho econômico da maioria dos membros. Com exceção de Angola e Zâmbia, a situação macro-econômica da região melhorou, sobretudo no Botsuana, Suazilândia, Zimbábue e Moçambique. Isso não quer dizer que a situação sócio-econômica da região seja satisfatória ou que os projetos da SADCC tenham sido responsáveis pela melhora registrada. O fato, porém, é que, sem a SADCC, a situação teria sido muito pior. O Relatório Anual de Progresso da SADCC de 1989/1990 mostra que alguns indicadores macro-econômicos são positivos desde 1987/88 para a região como um todo. O crescimento real médio tem sido de 3,5% em 1987, 4,5% em 1988 e 3,5% em 1989, com o Botsuana, Maláue, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábue apresentando os melhores desempenhos.

Em quinto lugar, a SADCC contribuiu de maneira significativa para a formação de uma identidade regional para a África Austral, bem como uma consciência de destino comum, que já penetra a sociedade dos países-membros. Em termos mais concretos, a SADCC fornece contexto viável onde relações políticas e econômicas de várias matizes podem ser conciliadas. Não obstante o compromisso de lutar pela abolição do colonialismo e do racismo, a SADCC, pela diversidade política na sua composição, e, em função de seus documentos constitutivos, perseguiu o *modus vivendi* com o poderoso vizinho do sul e, conseqüentemente, desenvolveu políticas pragmáticas entre seus membros e com a África do Sul. Nenhum país membro foi criticado ou rejeitado por cooperar com Pretória em áreas que julgou ser do interesse nacional. O caso de Moçambique é ilustrativo. Depois dos acordos de Nkomati, Maputo conferiu à África do Sul status quase igual aos dos demais parceiros da SADCC. Essa flexibilidade poderá comportar a África do Sul como décimo-primeiro membro, após a assunção ao poder do Governo de maioria naquele país.

É justamente essa flexibilidade que constitui a sexta e última realização da SADCC, característica essencial para habilitá-la a enfrentar os desafios do futuro. A Organização tem revelado possuir extraordinária capacidade de auto-crítica para avaliar e reajustar seu Programa de Ação e sua metodologia de trabalho. Em 1987, a SADCC decidiu dar maior ênfase à produção e ao comércio regional, criando-se

vários conselhos de empresários e abrindo-se espaço à iniciativa privada, tanto na produção de bens como na prestação de serviços. Exemplo da reação positiva do capital privado foi a constituição do Grupo do Corredor da Beira, que melhorou consideravelmente os serviços daquele importante acesso ao mar. Para a década de '90, o tema escolhido pela Conferência Consultiva de 1990 foi: capacidade empresarial, desenvolvimento de habilidades e produtividade. Antecipa-se, assim, a Organização, para suprir a estagnação e possível declínio de recursos internacionais, antecipados no seu relatório de 1989/90, já mencionado, através da mobilização de recursos do setor privado, diminuindo, assim, essa dependência estratégica. A Organização já está desenvolvendo planos para harmonizar os códigos nacionais de investimento, estabelecer centros regionais de informação para o empresário e, possivelmente, instituir mercado de capital regional. Prepara-se ainda uma carta da SADCC, onde serão definidos os direitos e obrigações dos membros, passando a Organização de uma associação voluntária para uma Comunidade de Nações com certa medida de Governo supranacional. (1)

(1) Reunião de Chefes de Estado da SADCC - Arusha, Tanzania, Julho 1991.

III.2 - Os fracassos

No Capítulo II, descreveram-se as fraquezas básicas dos países membros e esboçaram-se os fracassos na colimação dos objetivos instituídos na Declaração de Lusaka. Nesta seção, essas fraquezas e fracassos receberão contornos mais precisos neste esforço de avaliação.

Podem-se apontar três grandes fracassos, já insinuados anteriormente.

Para começar, a dependência de auxílio externo e a incapacidade de gerar recursos internamente para acelerar o ritmo do financiamento do projeto ou substituir recúo no aporte externo são o calcanhar de Aquiles da SADCC. Segundo o Relatório de Progresso Anual de 1989/90, mais de 90% dos recursos necessários ao financiamento dos projetos aprovados provêm de fora da região, enquanto menos de 10% oriundo dos países membros. Ademais, 57% dos custos dos projetos não foram ainda cobertos. Tudo indica que o êxito da Organização em mobilizar recursos externos levou-a a negligenciar o desenvolvimento de um mercado de capitais. O resultado é que a SADCC feriu duas das metas da Declaração de Lusaka, quais sejam, a redução de dependência econômica e a mobilização de recursos próprios. O efeito imediato da dependência em recur

·sos externos foi o aumento do endividamento, não obstante tais recursos serem alocados ou oferecidos em termos concessionais. A dívida externa acumulada da SADCC está em torno da soma do Produto Interno Bruto dos países membros, isto é, US\$ 25 bilhões. Para aumentar o crescimento anual da economia de 3,5% em 1989 para 4% e mantê-lo nesse nível, o volume de investimento terá de passar de 15% do PIB para 25%. Isso implica fortalecer consideravelmente o sistema de formação interna de poupança.

Em segundo lugar e como foi visto exhaustivamente no Capítulo II, não houve progresso no desenvolvimento do comércio intra-SADCC, o qual, hoje, situa-se em torno de 4% do comércio total, a maior parte do qual oriundo do Zimbábue. A maior barreira ao comércio entre os países da Organização reside na falta de produtos e serviços para intercambiar e na escassez de divisas na maioria dos membros. Conforme observado no Capítulo II, existe uma dependência recíproca entre vários países da SADCC, principalmente os membros da SACU (Lesoto, Botsuana, Suazilândia e, recentemente, a Namíbia) e a África do Sul. Deve-se observar, porém, que a SACU tem servido para proteger as exportações da África do Sul àqueles países, exportações essas realizadas a preços não competitivos. A continuar essa situação, pode-se dizer que a SACU está fadada à extinção ou à reformulação radical. Nesse caso, os produtos sul-africanos sofrerão a concorrência dos de outras fontes e a queda consequente das exportações da

Africa do Sul terá efeito considerável sobre sua economia, uma vez que 20% das vendas externas daquele país são destinadas ao mercado da SADCC. Deduz-se do que precede que cresce em importância na atual conjuntura e terá de ser visto de frente pelos membros da SADCC, a inclusão ou não na Organização, da Africa do Sul como décimo-primeiro parceiro. Mais adiante, alguns comentários serão feitos a respeito.

O terceiro fracasso, de certa forma relacionado com a questão do comércio, refere-se à óbvia falta de vontade política de levar adiante o processo de coordenação setorial e tomar o passo lógico seguinte, de integrar o planejamento e coordenação regional no processo decisório nacional. A decisão do Zimbábue de construir uma termelétrica, no valor de cerca de US\$ 1 bilhão, recusando-se a levar em consideração os excedentes disponíveis na Zâmbia e Moçambique, ilustra o nacionalismo estreito ainda prevalecente. A importação daqueles excedentes teria tido impacto positivo no comércio regional, ao equilibrar o intercâmbio do Zimbábue com aqueles países, e fortalecido o princípio da mutualidade de benefícios. A dicotomia entre o interesse nacional e o interesse regional ainda não foi resolvida e ainda está imbutida na estrutura organizacional da SADCC. As várias unidades técnicas setoriais, embora de certo modo integradas na administração dos estados por elas responsáveis, não participam ou são chamadas a participar das deliberações nacionais sobre projetos específicos, os quais poderão ter, se implementados, consequências

regionais importantes. No campo do aperfeiçoamento de mão-de-obra e, sobretudo, nos de produção e investimento, essa dicotomia é particularmente evidente. A Cimeira de Harare, em 1989, reconheceu que:

"Cooperation in production will, of necessity, demand from us closer coordination of macro-economic issues such as taxation, exchange rates, licensing, prices and exchange controls. It is therefore clear that cooperation in production is a field of cooperation that will blur the hitherto clear distinction between national and regional policies". (1)

Vários estudiosos da SADCC já se manifestaram a respeito da necessidade de que a Organização alcance nível mais elevado de integração econômica. Tom Ostergaard (89), no seu estudo sobre cooperação industrial, enfatiza que os membros da SADCC deverão "ir além da política de coordenação de iniciativas nacionais", como condição necessária para o êxito de suas tentativas de encorajar o intercâmbio e a industrialização regional. (2)

Diante da perspectiva de um governo de maioria subir ao poder na África do Sul nos próximos anos, a SADCC terá de tomar decisão fundamental a respeito da criação de estrutura supranacional com poder decisório em algumas questões regionais.

(1) SADCC Summit. Harare, August 1989.

(2) Ostergaard, Tom - SADCC beyond transportation: the challenge of industrial cooperation Uppsala, 1989.

III.3 - A SADCC e a Africa do Sul

Este estudo não poderá deixar de tecer algumas considerações sobre a SADCC e a Africa do Sul e o relacionamento entre ambas.

Nos anos de 1980, o ritmo de crescimento da economia sul-africana foi menor que o da SADCC, no geral. Entre 1985 e 1991, não houve praticamente crescimento, com taxas negativas em 1985 e 1990, contra expansão de 3,5% da SADCC, em média, no período.

Na República da Africa do Sul, o setor manufatureiro cresceu lentamente, não obstante política vigorosa de substituição de importações. O problema básico tem sido a falta de expansão do mercado interno, não obstante o aumento de salário dos trabalhadores negros, consequente ao relaxamento do apartheid.

A lucratividade do setor é dependente do setor exportador. A natureza dessa expansão foi motivada por vários fatores. Grande parte das exportações sul-africanas são dirigidas a alguns países da SADCC, como mencionado, a preços mais elevados do que similares de outras fontes. Essas exportações, porém, foram mantidas através da destruição das vias

de transporte, da SACU, da extensão de créditos importadores de idoneidade duvidosa e de operações irregulares visando burlar as sanções. Deve-se aduzir, ainda, a contínua desvalorização do rand, que passou de R1 = US\$ 1,5 para R1 = US\$ 0,35 nos últimos cinco anos. (Ver Green, Reginald, 1991).

Outro indício de estagnação é a queda de investimento na infraestrutura. A conseqüente deterioração nas condições dos setores de transporte, educação, dos serviços de água e esgotos e agrícola (elevado índice de falências entre fazendeiros brancos), contribui para os desequilíbrios estruturais.

Em vista do exposto, e das mudanças políticas na África do Sul, parece insustentável a médio prazo a hegemonia econômica que aquele país exerce sobre os parceiros da SACU e sobre o Maláue, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, em menor grau. A base dessa hegemonia tem sido, como já dito, acesso garantido de exportações através da SACU, da maciça presença de firmas sul-africanas naqueles países, de ameaças e destruição. O uso da força, porém, não poderá sobreviver à derrocada da Estratégia Nacional Total, assim como as pretensões de formar uma zona de co-prosperidade através da CONSAS. Em seu lugar, círculos empresariais sul-africanos pensam no retorno da situação antes de 1975, considerada a fase áurea das relações entre a África do Sul e os países da África Austral. Qual era essa situação? Esquemáticamente, ela pode ser resumida da seguinte maneira:

1. Grandes volumes de exportação sul-africana para a Africa Austral, a preços muitas vezes acima dos do mercado internacional, e volumes reduzidos de importações da região, com exceção do Zimbábue, cujo setor manufatureiro já se revelava competitivo em alguns ramos e da Namíbia, fornecedor de gado, carne e peixe.

2. Crescentes importações sul-africanas de serviços de transportes. Antes da UDI (Unilateral Decision of Independence), a Africa do Sul processava volume reduzido do tráfego internacional, com exceção do tráfego do Lesoto, Botsuana e Suazilândia, além do da Namíbia, colônia de facto daquele país.

3. Presença substancial de homens de negócios sul-africanos em todos os níveis como residente, proprietários e representantes de grandes firmas sul-africanas, criando uma rede de informações e de interesses voltada para gerar negócios com a Africa do Sul e canalizar tráfego de bens através do sistema de transportes daquele país.

4. Grande número de trabalhadores importados, entre 500.000 nas minas e talvez até 1.500.000 na agricultura, em atividade doméstica e no setor manufatureiro.

5. Transferências maciças de divisas da região para a África do Sul, uma vez que as exportações sul-africanas para a África Austral eram substancialmente superiores às importações de bens, serviços, turismo e mão-de-obra.

6. Uma união aduaneira (SACU) altamente protetora da indústria sul-africana, que normalmente realiza transferências compensatórias para o Botsuana, Suazilândia, Namíbia e Lesoto mas que, na prática, rende menos aos três primeiros em termos de fluxo de recursos do que o sistema aduaneiro independente. (1)

Como se pode ver, o sistema era vulnerável. A África do Sul procurou consolidá-lo através da CONSAS mas, por causa do apartheid, e não apenas por isso, sofreu resistência crescente dos países da região. A África do Sul precisava mais e ainda precisa, dos mercados e dos fluxos financeiros positivos do que a África Austral necessita de produtos sul-africanos. O Tesouro sul-africano começou a questionar as vantagens de um sistema que o obrigava a pagar aos demais membros o equivalente, em termos de tarifas aduaneiras, às suas importações da África do Sul, assim como os membros independentes da SACU achavam que aqueles pagamentos não eram tão compensatórios e, além do mais, sentiam que a união era um impedimento ao seu desenvolvimento industrial.

(1) Ver Strauss, Conrad B.- South Africa in a Southern African Context, The South African Institute of International Affairs, Braamfontein, Agosto 1990.

É de se notar, porém, que a rejeição da CON-
SAS não foi motivada apenas pelo seu pecado de origem, mas pe-
la inaceitabilidade política de proposta de hegemonia econô-
mica e de integração desigual. A constituição da SADCC é an-
terior ao uso da força pela África do Sul. A Declaração de
Lusaka procura, por meio da coordenação de setores das econo-
mias dos países membros, uma alternativa à dependência econô-
mica e, por causa do apartheid, não prevê a possibilidade de
um entendimento entre os dois lados. Com o desaparecimento
da segregação, porém, haverá condição de negociar tal entendi-
mento. A SADCC já declarou que a África do Sul será aceita
como membro. (1) Os ajustes internos que se farão necessários
na África do Sul pós-apartheid, bem como o esforço de reabili-
tação econômica, ocuparão grande parte das suas energias. Por
outro lado, novas regras terão de ser negociadas entre a SADCC
e a África do Sul para assegurar um relacionamento equitati-
vo, baseado em princípios de equilíbrio de interesses e escoi-
mado de pretensões de dominação. O fato é que a região como
um todo tem de passar da dependência para a interdependência,
o que exigirá transformações profundas no método operacional
da SADCC, principalmente no que diz respeito à criação de es-
truturas supranacionais decisórias; e da África do Sul, no
sentido de desenvolver uma política de colaboração e de coo-
peração com seus parceiros regionais, em todas as áreas ,
principalmente no contexto da SADCC.

(1) A declaração foi feita durante a Conferência Consultiva
Anual da SADCC, realizada em Windhoek, Namíbia, Jan.1991.

CONCLUSÕES

Para concluir a presente dissertação, será necessário, à luz do que já foi escrito, considerar em conjunto conclusões parciais sobre os seguintes aspectos:

- institucional
- capacidade inerente
- doadores
- Africa do Sul

No que diz respeito ao aspecto institucional, a SADCC mostrou possuir a necessária flexibilidade para adaptar-se a novas circunstâncias. O tipo de estrutura adotada, que parte, por assim dizer, de baixo para cima, priorizando o interesse nacional sobre o regional, e realizando medida maior ou menor de coordenação em 7 grandes áreas em nível de projetos, mostrou-se adequado nos primeiros 10 anos, onde ênfase maior foi dada ao setor de transporte e comunicações, considerado o fator determinante da dependência da Africa do Sul. As adaptações realizadas, em 1987, porém, quando houve o redirecionamento da ênfase no setor transporte para o setor produtivo e para a área do comércio regional, não atingiram a

estrutura original e visaram apenas remanejar prioridades. O teste inicial da nova era que desponta será a capacidade dos 10 membros de evoluir organizacionalmente e transferir certa medida de soberania para órgão supranacional. Na análise da autora, certa evolução será necessária para que a SADCC incorpore como membro pleno ou associado uma África do Sul democrática. O peso relativo da África do Sul face aos 10 países membros, inclusive o Zimbábue, considerado o país melhor capacitado a enfrentar a concorrência sul-africana, é desproporcionalmente grande e, não obstante eventuais compromissos de um Governo de maioria negra de abdicar de qualquer relacionamento desigual com os parceiros regionais, a África do Sul não deixará de perseguir seus objetivos nacionais legítimos que, em si, dada a história da África Austral, poderá ter consequências regionais negativas. Exemplo ilustrativo é a importação de mão-de-obra, que um Governo de maioria certamente imporá limitações crescentes, em benefício de seus próprios cidadãos, e em detrimento dos tradicionais países exportadores, mormente o Lesoto e Moçambique.

No fundo, trata-se de resolver a dicotomia entre "pensar nacional" e "pensar regional". A SADCC não deverá voltar atrás e abandonar o patrimônio de consciência regional já adquirido. Uma superestrutura investida de poder decisório será a melhor defesa individual e coletiva contra as realidades do poder de uma África do Sul mesmo democrática.

Em resumo, o quadro geral, no que diz respeito ao aspecto institucional, é positivo. A SADCC é considerada o exemplo de maior êxito de tentativas de cooperação regional na África. Não há dúvida de que o método de cooperação escolhido pelos 9 membros fundadores lançou as bases para enfrentar o repto da década de 90. O repto é formidável: maior grau de integração e unificação, nível mais elevado de competitividade; maior volume de investimentos na produção; geração de empregos; reforma organizacional e cooperação com a África do Sul.

Por capacidade inerente, entende-se a existência de quadros de todos os níveis e em todos os setores para cumprir as tarefas próprias do processo de desenvolvimento. Sobre o assunto, a avaliação mais franca fica por conta de Quett Masire, Presidente do Botsuana, que na Cimeira da SADCC realizada em Arusha, Tanzânia, em agosto de 1991, pintou quadro sombrio da situação regional. Disse Masire que a persistência do atraso econômico nos Estados-membros da Organização é o resultado direto da baixa capacidade, tanto no nível individual como institucional. "As raízes de nossos problemas reside na grande ironia de nossa região, que possui abundância de pessoas e escassez desanimadora de capacidade profissional, empresarial e de outras qualificações, tudo isso levando a níveis muito baixos de produtividade. Toda a ajuda externa e investimento do mundo não mudarão essa realidade. Somente nos sa criatividade e trabalho árduo nos colocarão no caminho do

progresso". Prosseguindo, o Presidente Masire disse que o desemprego na região estava aumentando, os serviços sociais e o desempenho de instituições deteriorando e, por causa do aumento da pobreza, notava-se a disseminação de comportamento anti-social na sociedade de vários países membros. Nenhum dos países da SADCC possui os recursos ou a capacidade para sustentar todas as atividades associadas a uma economia moderna. "Instituições de treinamento avançadas são demasiadamente caras para um país, individualmente", aduziu o Presidente. Mais adiante, observou que os países da SADCC são ricos em recursos naturais, mas a capacidade de explorá-los plenamente era limitada pela dependência tecnológica e por mercados demasiadamente pequenos. "A industrialização pressupõe tecnologia, insumos, habilitações e mercados que nenhum dos membros pode arregimentar".

O tom é pessimista mas a situação descrita pelo Presidente do Botsuana é o resultado da ênfase, talvez excessiva, em transportes e comunicações, em detrimento dos setores que sustentam de fato o desenvolvimento econômico e dão substância à independência perseguida, entre as quais o aprimoramento de recursos humanos. Como pode ser visto no Quadro 37 do Capítulo II, a SADCC apresentou apenas 34 projetos naquela área, de um total de 558 projetos, contabilizando custos totais de US\$ 20,02 milhões, dos quais 99% de origem externa, sendo que destes, 49,4% não foi ainda negociado.

Agravando essa situação, há ainda o fato de que, em função da dicotomia entre o "pensar nacional" e o "pensar regional", as unidades técnicas setoriais pouco participam nos processos de cisórios nacionais, conforme já comentado acima. Essa dicotomia foi particularmente evidente no setor de desenvolvimento de recursos humanos, coordenado pela Suazilândia. Vários países membros têm investido pesadamente em programas de aprimoramento de mão-de-obra e de treinamento, especialmente na área vocacional, sem levar em conta esquemas semelhantes em curso em países vizinhos, ou mesmo mudanças de demanda no mercado de mão-de-obra regional. Se há instância em que o sistema SADCC de coordenação setorial foi reduzido a mera retórica, a de recursos humanos pode ser citada como exemplo.

As palavras do Presidente Quett Masire são na realidade crítica ao individualismo que, 10 anos depois da Declaração de Lusaka, ainda é característica saliente da SADCC. Ao mesmo tempo, é o reconhecimento de que somente unindo esforços é que 10 países pobre, com PIB global de apenas US\$ 23,3 bilhões, pode progredir e enfrentar os desafios que esta década lhes apresenta. Se o reconhecimento do problema é o primeiro passo para sua solução, o discurso do Presidente Masire é sinal de que este conhecimento já existe.

Uma pergunta que a SADCC se faz é a de se os doadores , isto é, os países desenvolvidos do Ocidente, continuarão a apoiar a Organização. Se o apartheid está por

trás do apoio maciço recebido na década dos 80, a democratização da África do Sul muito provavelmente fará arrefecer o interesse na África Austral por parte daqueles países, detonando movimento de transferir a responsabilidade pelo desenvolvimento da região ao poderoso vizinho do sul.

A situação é precária. O custo total dos 558 projetos apresentados aos doadores até 1990, de US\$ 8,24 bilhões, 90% será coberto por eles, mas daquele total apenas 35,8% já está assegurado. O restante ou está em negociação (6,85%) ou ainda está a espera de contribuintes (57,31%). Como já foi observado em outra parte deste trabalho, a SADCC, no que concerne ao financiamento de seus projetos regionais, criou uma dependência nos doadores.

Tudo indica que o relacionamento que perdurou até 1991, de "estender o píres", não deverá continuar. Nota-se "cansaço" entre os doadores mais dedicados, que são os países nórdicos. O Embaixador da Suécia e representante da Agência de Cooperação Sueca (ASDI) na Namíbia, Sten Rylander, considera superada a atual estrutura da SADCC. A Organização como está não tem solidez nem base em virtude da descentralização de suas atividades que, se, em 1980 foi o resultado de sabedoria política, a enfraqueceu ao longo do tempo e a deixou despreparada para lidar com as mundaças que estão ocorrendo na região. (1)

(1) Resultado de entrevistas realizadas com vários Embaixadores estrangeiros na Namíbia (ver relação pg. 188).

A Embaixadora da Finlândia em Windhoek, a Senhora Kirsti Lintonen partilha a mesma opinião do Embaixador sueco. Considera a cooperação desenvolvida no bojo do acordo SADCC/Países Nórdicos bastante frustrante. Se a parte de infraestrutura desenvolveu-se razoavelmente, o resultado no setor de indústria e comércio foi desastroso. Assim como seu colega sueco, não vê muito futuro para a Organização , que, com a entrada da Africa do Sul, deverá transformar-se em outra Organização.

Há opiniões mais radicais. Os Embaixadores do Canadá e do Egito em Windhoek, os Senhores Wayne Hammond e M.H. Elsad, respectivamente, acreditam que, após ingressar como membro, a Africa do Sul literalmente engolirá os 10 de mais. Que um membro do Grupo dos 7 e um país em desenvolvimento africano, que participou ativamente na luta contra o apartheid, compartilhem a mesma opinião não deixa de ser significativo, pois se de fato, é o que se espera, então não haverá razão para continuar a ajuda, nos termos atuais.

Opinião mais otimista tem o Embaixador de Angola em Windhoek, Dr. Alberto Ribeiro-Kabulu, ex-Ministro da Indústria e Comércio e homem com grande experiência da região. Considerou que a SADCC é uma organização pragmática , que trabalha com projetos concretos e que, em função disso , vem cumprindo sua finalidade precípua. Reconhece, porém, que o papel do doador diminuirá, o qual será, todavia, substituí

do por mecanismos mais eficientes de atração de recursos. Para tal, é essencial a entrada da Africa do Sul, que passaria a ser responsável pelo setor de comércio e finanças, transformando-se, assim, com base na grande tradição no assunto, em agenciador de recursos para toda a região.

A opinião geral é a de que o papel do doador se esgotou, devendo ser substituído por novas formas de atração de capital, quer através da Africa do Sul, como sugere o Embaixador de Angola, quer diretamente daquele país, como pensam outros, quer em virtude de esquema criado pela própria SADCC, com base na tradição que tem junto aos doadores que, com a adesão da Africa do Sul e em função de seu mercado, transformar-se-ão em investidores.

Finalmente, chega-se à Africa do Sul, que, instalado Governo de maioria, poderá ser o décimo-primeiro membro da SADCC. Há duas questões a considerar: a maneira de adesão e seus efeitos sobre a Organização.

Quanto à primeira, não há, na SADCC, unanimidade. Enquanto o Embaixador do Maláue em Windhoek, J.B. Itimu, um dos países que mais cooperaram com a Africa do Sul segregacionista, pensa que ela deve entrar o mais rapidamente possível e em situação de igualdade com os demais, o Embaixador de Angola, país que mais sofreu as agressões sul-africanas, acredita indispensável a conclusão prévia de arranjo de

segurança regional com a adesão da África do Sul, como condição para sua entrada. Nesses arranjos, a questão do desarmamento será um dos pontos principais.

Quanto aos efeitos, é opinião geral a de que a SADCC terá de sofrer transformações importantes; mesmo por que de uma Organização política que procurou a independência econômica da África do Sul, passará a ser uma Organização precipuamente econômica. O problema do poderio econômico sul-africano ainda subsistirá e mecanismos efetivos para contrabalançar esse fato terão de ser laboriosamente negociados. A natureza dessas transformações varia bastante. Num extremo, fala-se na criação de Mercado Comum para a África Austral - SACOM, que substituiria a SADCC e a SACU. Noutro extremo, a SADCC continuará existindo, porém fortalecida institucionalmente. Ao mesmo tempo, procurar-se-ia resolver as contradições com o PTA, formando-se um grande mercado africano, etapa intermediária para o Mercado Comum da África, acordado em Abuja, Nigéria, em julho de 1991. Seja como for, abre-se nos próximos anos período de intensas negociações na África Austral, de onde sairá uma região mais coerente em termos políticos e econômicos, que teve ou ainda terá a SADCC como cerne.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. SADCC, 1980- Southern Africa: Towards Economic Liberation
SADCC, Lusaka, 1980.
02. Memorandum of Understanding on the Institutions of the
Southern African Development Coordination Conference -
20th July, 1981.
03. AMIN, Samir & Chitala, Derrick and Mandaza Ibbo (Editors),
SADCC - Prospects for Disengagement and Development
in Southern Africa, The United Nations University
Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1987
04. SADCC - The Second Decade - Enterprise, Skills and Producti-
city , SADCC, Botsuana, 1990.
05. SADCC 1988-1989 Annual Progress Report, Botsuana, 1989.
06. SADCC 1989-1990 Annual Progress Report, Botsuana, 1990.
07. SADCC in the 1990's - a common responsibility , African
European Institute and AWEPA, Amsterdam, 1990.
08. OFSTAD, Arve (coord.)- Regional Trade Study, Michelsen
Institute, Bergen, Norway, 1986.
09. CARDOSO, Fernando Jorge - SADCC e a Interdependência Eco-
nômica na Africa Austral: realidades e perspectivas
IEEI, Lisboa, 1989.
10. OLIVEIRA, Henrique Altemani - Os organismos de Integração
Regional na Africa - Centro de Estudos Africanos da
USP, São Paulo, 1986.
11. CALLAGHY, T.M. (ed.) - South Africa in Southern Africa:
The Intensifying Vortex of Violence, Praeger, New
York, 1983.

12. LEYS, Rober and Tostensen, Arno - "Regional Cooperation in Southern Africa: the Southern African Development Coordination Conference", January-April 1982, in Review of African Political Economy, nº 23, p.52.
13. Focus on the SADCC - SA Barometer, Vol.5, Africa do Sul, April 1991.
14. DELL, Sidney - Trade Blocs and Common Markets, Alfred Knopf, New York, 1963.
15. ODÉN, Bertil - Namibia's Economic Links to South Africa, Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, Sweden, July 1991.
16. MAKONI, Simba - New Challenges for SADCC and the international community. Statement delivered at the AWEPA Conference, Windhoek, April 9, 1991.
17. STRAUSS, Conrad - South Africa in a Southern African Context The South African Institute of International Affairs, Braamfontein, August 1990.
18. MASSOT, Affonso E. de Alencastro - Africa Meridional: coordenação para a independência econômica e para o desenvolvimento . Uma nova dimensão da luta de liberação. Trabalho apresentado no VI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, MRE.Brasília, setembro 1982.
19. SADCC Transport Corridors: study of financial strategy, Final Draft, World Bank, November 1990.
20. Transport and Communications - Relatório apresentado pela SATCC à Conferência Consultiva Anual, Windhoek, Janeiro 1991.
21. BURGESS, Julian - "South Africa's Campaign against SADCC", African Business, London, January 1982.
22. "Southern African Record" - Biblioteca de Política Internacional, Univ. Columbia, USA, 1981.

23. South African Destabilization: the economic cost of front-line resistance to apartheid, United Nations, 1989.
24. "SADCC's in the 1990's: development on the frontline", The Economist Intelligence, September 1989.
25. Civil Aviation Safety Action Plan, SATCC Technical Unit, January 1991.
26. "Regional Transport and Communications Integration Study for Southern Africa", World Bank, Washington, March 1991.
27. Plano Nacional de Desenvolvimento do Botsuana - 1979-85, Botsuana, Ministério das Finanças e Desenvolvimento.
28. AZEVEDO, Mario - "A sober commitment to liberation?", African Affairs, London, 1981.
29. OSTERGAARD, Tom - "SADCC beyond transportation: the challenge of industrial cooperation", Uppsala, 1989.
30. SINGH, H. - "Economic Implications of Migratory Labour in South Africa", India Quaterly, 1981.
31. SADCC/OECD Consultants - Joint Study of Structures and procedures in cooperation to implement the SADCC programmes of action. Gaborone, 1987.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

01. LEISTNER, Erich and Esterhuysen, Pieter - South Africa in Southern Africa: economic interaction, Africa Institute of South Africa, Pretoria, 1988
02. The PTA and SADCC - Nedbank Guide to the Economy, Johannesburg, February 1991.
03. Country Risk Analysis for Southern Africa - Nedbank Guide to the Economy, November 1990.
04. An economic review of Southern Africa - Nedbank Guide to the Economy, August 1990
05. Southern Africa's Future: Europe's Role - AWEPA - The Association of West European Parliamentarians for Action against apartheid. The Hague, 1987.
06. CARTER, Gwendolen M. and O'Meara, Patrick - Southern Africa in Crisis - Indiana University Press, USA, 1977.
07. ROSENAU, James, Thompson, K. and Boyd, G. - World Politics - an Introduction, Collier Macmillan Publishers, USA, 1976.
08. DOUGHERTY, James and Pfaltzgraff, R. - Contending Theories of International Relations, Lippincott Company, USA, 1971.
09. MAKONI, Simba - Statement delivered at the Investment Conference, Windhoek, Namibia, February 1991.
10. BALASSA, Bela - Teoria da Integração Econômica, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1961.
11. CONESA, Eduardo - Conceptos Fundamentales de la integración económica, Integração Latino Americana (INTAL), Ano VII, nº 71, pgs. 01 a 27, Buenos Aires, 1982

12. MAASDORP, Gavin - Current Political and Economic factors in transportaion in Southern Africa, The South Africa Institute of International Affairs, South Africa, February 1988.
13. WEIMER, Bernard - SADCC: Past and Future, in Africa Insight, Vol.21, nº2, 1991 (Africa Institute of South Africa).
14. ADEDEJI, Adebayo - Integrating Post-Apartheid South Africa into the african economy - a preliminary exploration Africa Leadership Forum, Windhoek, September 1991
15. GREEN, Reginald - How to add 10 and one, statement delivered in Africa Leadership Forum, Windhoek, Sep.1991.
16. MANDAZA, Ibbo - The State and Democracy in Southern Africa, statement delivered in Africa Leadership Forum, Windhoek, Sep.1991.
17. NABUDERE, Dani W. - Africa's Development Experience under the Lome Conventions, statement delivered in Africa Leadership Forum, Windhoek, Sep. 1991.
18. AMIN, Samir - Ideology and development in Sub-Sahara Africa, statement delivered in Africa Leadership Forum, Windhoek, Sep.1991.

Periódicos

- Current History (Vol.89, May 1990)
- International Herald Tribune
- The Economist
- Focus on Africa (BBC Magazine), London, UK
- South, London, UK
- Southern Africa, Grassroots Books, Africa House, Zimbábue
- Southern Africa Economist - SADCC Press Trust, Zimbábue
- New African - IC Publications Ltd., London, UK
- African Business - IC Publications Ltd., London, UK

- Special Dispatch, Southern Africa, Johannesburg, SA
- Africa South, Harare, Zimbábue
- Mozambiquefile, Maputo, Moçambique
- Time Magazine
- Newsweek Magazine
- Fortune
- The Namibian (Namibia)
- Advertiser (Namibia)
- Times of Namibia (Namibia)
- New Era (Namibia)
- The Star (South Africa)
- Jornal de Angola

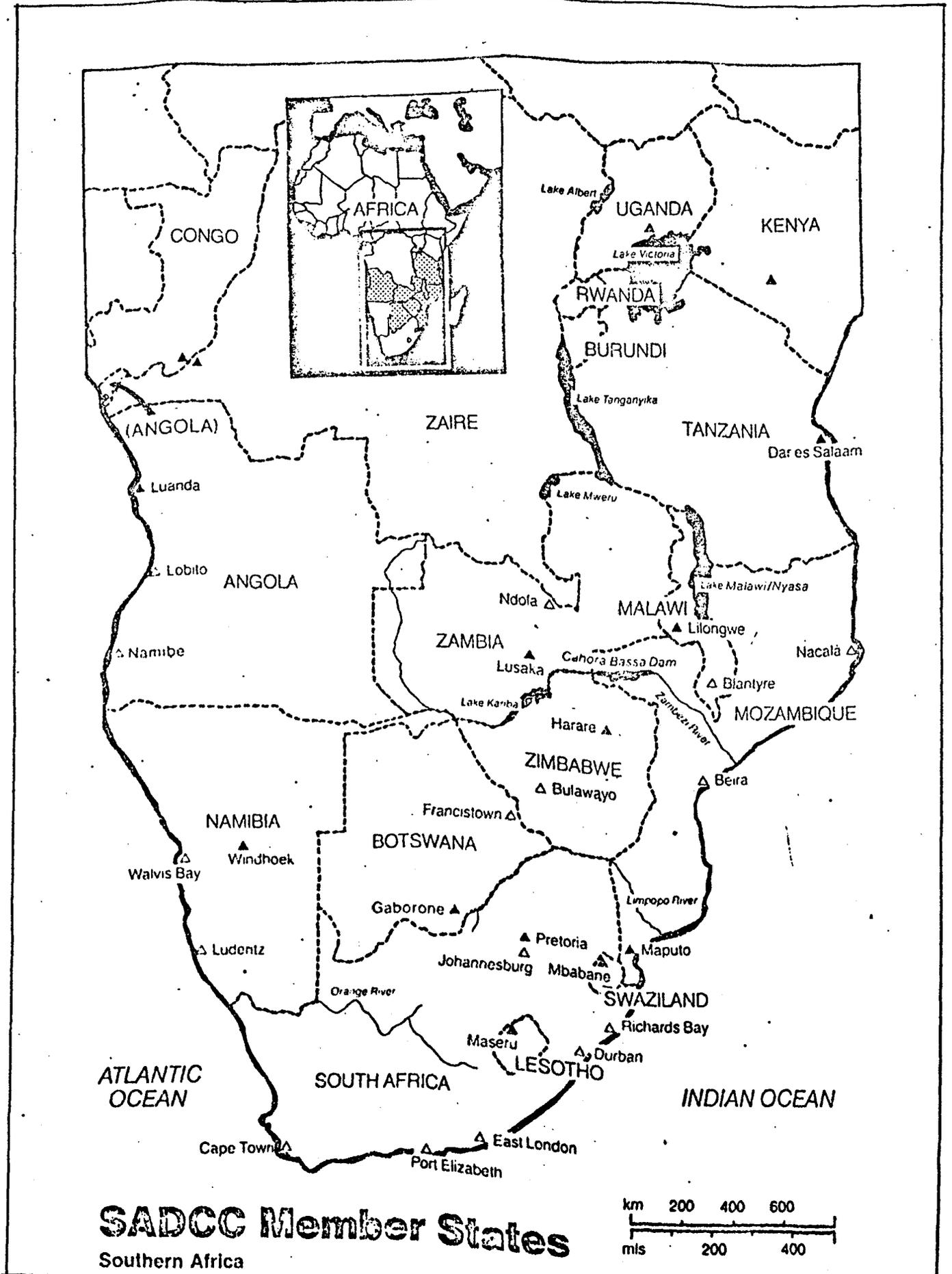
Entrevistas Realizadas

01. Dr. Alberto Ribeiro-Kabulu - Embaixador de Angola em Windhoek
02. Dra. Kirsti Lintonen - Embaixadora da Finlândia em Windhoek
03. Dr. Sten Rylander - Embaixador da Suécia e Representante da
Agência de Cooperação Sueca em Windhoek
04. Dr. Angel Dalmau - Embaixador de Cuba em Windhoek
05. Dr. J.B. Itimu - Embaixador do Maláui em Windhoek
06. Dr. Wayne Hammond - Embaixador do Canadá em Windhoek
07. Dr. Piero de Masi - Embaixador da Itália em Windhoek
08. Dr. M.H. Elsadr - Embaixador do Egito em Windhoek
09. Dra. T.R. Dithlhabi-Oliphant - Embaixadora do Botsuana em
Windhoek

ANEXOS

ANEXO I

ESTADOS-MEMBROS DA SADCC



África Austral: Rumo à Libertação Económica

Uma Declaração dos Governos dos Estados Independentes da África Austral, feita em Lusaka, em 1 de Abril de 1980.

Nós, abaixo assinados, enquanto que Chefes e de Governo de Estados com Governos de maioria da África Austral, oferecemos esta declaração aos nossos povos, aos povos e Governos dos muitos países que estejam interessados em promover o bem-estar do povo, justiça e paz na África Austral e às agências internacionais que compartilhem deste interesse. Nela, afirmamos o nosso engajamento na prossecução de políticas que visam a libertação económica e o desenvolvimento integrado das nossas economias nacionais e convidamos a todos a assistirem-nos neste grandioso esforço.

O Contexto de Dependência

A África Austral depende da República da África do Sul enquanto que centro dos transportes e comunicações, exportador de bens e serviços e importador de produtos e mão-de-obra barata. Esta dependência não é um fenómeno natural, e nem sequer um simples resultado duma economia de mercado livre. Os nove Estados e um território ocupado na África Austral (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábwe) foram, em níveis diferentes, deliberadamente incorporados — por potências metropolitanas, dirigentes coloniais e grandes corporações — nas estruturas coloniais e sub-coloniais, centradas, em geral, na República da África do Sul. O desenvolvimento de economias nacionais como unidades equilibradas e muito menos o bem estar dos povos da África Austral, não desempenhavam nenhum papel na estratégia de integração económica. Por isso, não constitui nenhuma surpresa que a África Austral esteja fragmentada, grandemente explorada e submetida à manipulação económica por estranhos à região.

O desenvolvimento futuro deve ter como objectivo a redução da dependência económica, não apenas da República da África do Sul, mas também de qualquer único Estado ou grupo de Estados externos.

Libertação: Política e Económica

Embora a luta por uma independência política genuína tenha avançado e continue a avançar, ainda não está terminada. Nós, Estados e Governos de maioria da África Austral, reconhecemos as nossas responsabilidades, como Estados nacionais separados e como um grupo de países africanos vizinhos governados pela maioria, de ajudar a alcançar a vitória na nossa luta.

A nossa tarefa urgente neste momento é de incluir a Libertação Económica nos nossos programas e prioridades

Em nome dos interesses dos povos dos nossos países, é necessário libertar as nossas economias da dependência em relação à República da África do Sul, de forma a ultrapassar a fragmentação económica imposta e coordenar os nossos esforços rumo ao desenvolvimento económico regional e nacional. Isto será tão importante para a Namíbia também para todos os Estados independentes da região.

A África Austral é o centro de conflitos. Como poderá ser de outra maneira se um regime racista ocupa militarmente a Namíbia, explora desenfreadamente os povos e as economias dos Estados independentes e constitui uma grande barreira para o nosso desenvolvimento nacional?

Não é a procura de libertação, mas sim o racismo, exploração e opressão enraizados que são a causa do conflito na África Austral. A força por detrás disto é, em grande medida, a económica. A libertação económica é, consequentemente, tão vital como a liberdade política.

Nós, Estados de Governos de maioria da África Austral, não visualizamos esta coordenação económica regional como exclusiva. A iniciativa com vista à libertação económica resultou da nossa experiência da acção conjunta para a libertação política. Nós visualizamos a coordenação regional como estando aberta a todos os Estados Africanos da África Austral genuinamente independentes.

Neste espírito, apelamos aos governos, instituições internacionais e agências voluntárias para darem prioridade ao aumento dos recursos financeiros para ajudar os esforços desenvolvidos pela África Austral rumo à libertação económica e desenvolvimento económico independente.

Creemos que esta é a rota para uma genuína interdependência e representa a melhor esperança dum futuro justo de cooperação para a região como um todo.

Objectivos de Desenvolvimento

Os objectivos de desenvolvimento que pretendemos alcançar através da acção coordenada são:

- 1 — A redução da dependência económica, particularmente, mas não só, da República da África do Sul.
- 2 — O forjar de laços com vista a criar uma genuína e equitativa integração regional.
- 3 — A mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, inter-estatais e regionais.
- 4 — Acções concertadas para assegurar a cooperação internacional no âmbito da nossa estratégia para a libertação económica.

Estratégias e Prioridades

Identificaremos áreas em que, trabalhando em harmonia, podemos dirigir o desenvolvimento nacional para fornecer bens e serviços que actualmente provêm da República da África do Sul e teer uma estrutura de cooperação e desenvolvimento regional.

A chave para a estratégia são os Transportes e Comunicações

A dominação da República da África do Sul tem sido reforçada e fortalecida pelo seu sistema de transportes. Sem o estabelecimento dum sistema regional de transportes e comunicações adequado, as outras áreas de cooperação tornam-se impraticáveis. A libertação económica da Namíbia, após a conquista duma independência política genuína, exigirá a criação e operação de ligações adequadas em transportes e comunicações com os seus parceiros naturais, para substituir as artificiais que presentemente a ligam à República da África do Sul.

Iremos assim criar uma Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral para coordenar o uso dos sistemas existentes e o planeamento e financiamento de facilidades regionais adicionais.

Os portos de Moçambique servem quatro Estados na região e, com a independência genuína do Zimbabwe, podem ser desenvolvidos para servir mais dois. A Zâmbia usa facilidades de transportes em cinco Estados da região; o desenvolvimento dos portos moçambicanos, tanzanianos e angolanos e a coordenação de facilidades mais eficaz para satisfazer as necessidades dos Estados sem acesso ao mar, são necessariamente uma preocupação regional. Os Transportes e Comunicações serão um centro importante da acção regional. A coordenação das facilidades de transportes para satisfazer as necessidades dos Estados do interior é crucial. Com a conquista duma independência genuína no Zimbabwe, é urgente restaurar as rotas de transportes que o ligam ao Oceano Índico através de Moçambique. Áreas adicionais em que a acção coordenada será necessária, incluem importantes projectos novos, tais como uma possível linha férrea do Botswana através da Namíbia até ao Oceano Atlântico, assim criando uma rota alternativa para o mar para o Botswana, Zâmbia e Zimbabwe; a coordenação de horários das linhas aéreas para que o movimento dentro da região seja praticável. O estudo de facilidades com satélites micro-ondas e terrestres existentes e propostos, para identificar como eles poderão estar interligados, possivelmente através da Rift Valley Station. A comissão estará situada em Maputo e será assistida por uma pequena unidade técnica. Ela coordenará as ligações de transportes e comunicações entre os Estados participantes.

A Comissão procurará a participação de todos os Estados genuinamente independentes da África Austral. Mais ainda, em muitos campos, particularmente nos transportes, será aberto um estatuto de observador aos movimentos de libertação interessados em participar antes da sua independência genuína. Igualmente, no desenvolvimento de mão de obra, o envolvimento dos Movimentos de Libertação é essencial para acumular conhecimentos e formar o pessoal necessário uma vez alcançada a liberdade política.

A coordenação regional deve ser operacional: ela deve resultar em programas e projectos concretos. Isto exigirá financiamentos tanto externos como internos. Estimativas actuais, por exemplo, indicam que serão necessários mais de US\$ 1.5 biliões para financiar projectos urgentes de transportes e comunicações ao longo da próxima década.

Realçamos a importância de os recursos adicionais serem disponibilizados para assistir aos esforços de coordenação de projectos de desenvolvimento económico regional. Numa primeira fase, pretendemos usar a Comissão Regional de Transportes e Comunicações para mobilizar financiamento para projectos urgentes em sectores prioritários, através da realização de sessões ad hoc para a atribuição de financiamentos com as agências financiadoras bilaterais e multilaterais existentes. À medida que a cooperação económica se desenvolve, será criado um Fundo de Desenvolvimento da África Austral e está a ser iniciada investigação, com este fim. A sua área de acção seria subsequentemente alargada e deverá ser necessário criar um banco de desenvolvimento regional separado. Assim, exortamos os amigos da África Austral para garantirem apoio financeiro a este fundo.

Acções concertadas

A cooperação regional no campo dos transportes e comunicações é vista como crucial para a libertação económica e foi-lhe, portanto, dada a maior atenção. Noutros Sectores, programas similares de acções concertadas estão em vista. Para o desenvolvimento do comércio, nós reconhecemos que muitos de nós já têm arranjos comerciais e alfandegários bilaterais e multilaterais. Contudo, mesmo com estas dificuldades, acreditamos que há possibilidade dum aumento substancial no comércio entre nós. Para este fim, os sistemas do pagamento existentes e os instrumentos aduaneiros serão estudados com vista a edificar um sistema regional de Comércio baseado em metas comerciais anuais e listas de produtos negociados bilateralmente.

A maioria dos povos da África Austral depende da agricultura e criação de animais. O seu modo de vida futuro é ameaçado pela degradação do meio ambiente e, em particular, pelo avanço do deserto, assim como ciclos de seca periódicos. Ainda hoje, poucos Estados da região são auto-suficientes em alimentos básicos. Tanto a protecção do meio ambiente como a segurança alimentar são os desafios principais, tanto ao nível nacional como regional. Portanto, exortamos o Centro Internacional de Pesquisa Agrária nos Trópicos Semi-Áridos (ICRASAT) a estabelecer um Centro Regional da África Austral no Botswana.

Apelamos ainda para o desenvolvimento das condições existentes no Botswana para a produção de vacinas contra a febre aftosa, de forma a responder às necessidades de todos os países com Governos de maioria na África Austral. A propagação desta doença ameaça presentemente Angola, Botswana, Namíbia, Zimbábue, Swazilândia e Moçambique. É necessária uma abordagem coordenada para o seu controle e eliminação urgentes.

Da mesma forma, empreenderemos projectos concertados a fim de explorar os recursos naturais, em particular os das bacias hidrográficas comuns.

É uma questão urgente identificar formas em que a coordenação da pesquisa e da formação, assim como a troca de informações, pode reforçar programas para proteger o nosso meio ambiente e aumentar a produção alimentar. No campo da segurança alimentar, dar-se-á uma atenção prioritária à possibilidade da coordenação das políticas de reservas nacionais e à facilitação de trocas interestatais.

Decidimos dar atenção especial à participação comum nas facilidades de formação e pesquisa.

Decidimos também estimular a troca de informações, com vista a alcançar uma política concertada nas seguintes áreas: minas, indústria, energia e agricultura. A fim de se chegar a soluções a nível regional, dever-se-ão realizar, em particular, consultas entre os Estados que necessitem de produtos petrolíferos e electricidade, por um lado, e os que têm capacidade de refinação de petróleo e excedentes de electricidade por outro.

O esforço por um desenvolvimento económico é uma condição essencial para libertar os Estados da África Austral do sistema de exploração de mão-de-obra migratória.

Cooperação externa

Estamos engajados numa estratégia de libertação económica. É uma estratégia que acreditamos necessitar e merecer um apoio internacional. O desenvolvimento regional da África Austral deve ser concebido e implementado pelos habitantes da zona. Contudo, o desenvolvimento será atingido mais rapidamente e será mais eficaz se se realizar no âmbito de uma cooperação global.

Organismos internacionais e Estados fora da África Austral são, portanto, convidados a cooperar na implementação dos programas virados para a Libertação Económica e Desenvolvimento da Região

Esta identificação preliminar dos objectivos, estratégias e sectores ilustra a grandeza da tarefa que nos espera e algumas áreas nas quais a assistência externa será bem-vinda.

Prevê-se que as reuniões de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral com participação dos Estados Membros da África Austral e outros participantes convidados tenham lugar anualmente. Isto proporcionará um mecanismo para fazer um levantamento dos resultados, avaliar as realizações, identificar os pontos fortes e fracos e acordar em futuros planos. A libertação económica e o desenvolvimento na África Austral não podem ser atingidos nem fácil nem rapidamente. Portanto, o que é necessário é uma cooperação persistente.

Nós encaramos esta declaração como uma afirmação de compromisso e estratégia. O subdesenvolvimento, a exploração, as crises e os conflitos na África Austral serão ultrapassados através da libertação económica. O bem-estar dos povos da África Austral e o desenvolvimento das suas economias requer uma acção coordenada a nível regional. Nós cremos que, no interesse do bem-estar popular, paz e justiça, nós, na África Austral, temos o direito de pedir e receber cooperação internacional prática na nossa luta pela reconstrução, desenvolvimento e por uma independência genuína. Porém, assim como a luta pela libertação política, a luta pela libertação económica não é nem um mero slogan para atrair a assistência externa, nem uma série de acções das quais podemos ser desviados pela indiferença externa. A dignidade e o bem-estar dos povos da África Austral exige a libertação económica e nós lutaremos até atingirmos esse objectivo.

ANEXO IIILISTA DE MEMBROS

<u>Atuais e potenciais membros do PTA</u>	<u>Membros SADCC</u>	<u>Atuais membros PTA</u>	<u>Membros SACU</u>
Angola	x		
Botsuana	x		x
Lesoto	x	x	x
Maláui	x	x	
Moçambique	x		
Namíbia	x		x
Suazilândia	x	x	x
Tanzânia	x	x	
Zâmbia	x	x	
Zimbábue	x	x	
Burundi		x	
Comoros		x	
Djibouti		x	
Etiópia		x	
Quênia		x	
Madagascar			
Maurício		x	
Ruanda		x	
Seicheles		x	
Somália		x	
Uganda		x	

SADCC: Southern African Development Coordination Conference

PTA: Preferential Trade Area for Eastern and Southern States

SACU: Southern African Customs Union